



Produto d:

Plano de ação comum contendo relatório de ações já realizadas por cada uma das ATIs no tocante à garantia do respeito às especificidades dos povos e comunidades tradicionais da Bacia no processo reparatório, bem como planejamento e cronograma para efetivação do direito à consulta livre, prévia e informada, a partir da elaboração de protocolos de consulta

**Belo Horizonte
junho/2022**

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01: Comunidade R1 e R2
- Quadro 02: Comunidades R3
- Quadro 03: Comunidade R4 e R5
- Quadro 04: Ciclo 1 R1
- Quadro 05: Ciclo 2 R1
- Quadro 06: Ciclo 3 R1
- Quadro 07: Ciclo 4 R1
- Quadro 08: Ciclo 5 R1
- Quadro 09: Ciclo 6 R1
- Quadro 10: Ciclo 7 R1
- Quadro 11: Ciclo 8 R1
- Quadro 12: Ciclo 1 R2
- Quadro 13: Ciclo 2 R2
- Quadro 14: Ciclo 3 R2
- Quadro 15: Ciclo 4 R2
- Quadro 16: Ciclo 5 R2
- Quadro 17: Ciclo 6 R2
- Quadro 18: Ciclo 7 R2
- Quadro 19: Ciclo 8 R2
- Quadro 20: Oficinas R3
- Quadro 21: Materiais de Comunicação R3
- Quadro 22: Quadro-resumo Kaxixó
- Quadro 23: Atividades Saco Barreiro
- Quadro 24: Pontos de coleta Saco Barreiro
- Quadro 25: Cronograma futuro
- Quadro 26: Cartografia Social na R4
- Quadro 27: Cartografia Social na R5 Oeste
- Quadro 28: Cartografia Social no Parque da Nações
- Quadro 29: Produtos referentes a variados segmentos Instituto Guaicuy
- Quadro 30: Materiais de comunicação
- Quadro 31: Materiais de comunicação
- Quadro 32: Materiais de comunicação
- Quadro 33: Materiais de comunicação
- Quadro 34: Consultorias R1
- Quadro 35: Consultorias R1
- Quadro 36: Cronograma de consultoria



LISTA DE SIGLAS

AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

ATEMAB/UFRRJ - Assessoria Técnica Educacional Meio Ambiente e Barragens da Universidade Rural do Rio de Janeiro

ATI - Assessoria Técnica Independente

CAGEC - Cadastro Geral de Convenientes

CAMF - Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CENARAB - Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileiro

CIMOS/MP/MG - Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

CPLI - Consulta Prévia, Livre e Informada

CRQ - Comunidades Remanescentes do Quilombo

CTC - Comitê Técnico Científico

CTCEL - Coordenação de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DFIPA - Diagnóstico Familiar sobre Perdas das pessoas atingidas

DPE - Defensoria Pública do Estado

DPU - Defensoria Pública da União

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

ERSHRE - Estudo de Avaliação de Risco a Saúde Humana e Risco Ecológico

FCP - Fundação Cultural Palmares

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FUCAM - Fundação Educacional Caio Martins

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GAA - Grupos de Atingidas e Atingidos

Grupo EPA - Grupo Engenharia de Proteção Ambiental

GTs - Grupos de Trabalho

GTI - Grupo de Trabalho Intergerencial

ICP - Inquérito Civil Público

IEPHA/MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IG - Instituto Guaicuy

IJs - Instituições de Justiça

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSEA - Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IRPF - Imposto de Renda da Pessoa Física

MPF - Ministério Público Federal

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAD - Plano de Ação e Diretrizes

PCTs - Povos e Comunidades Tradicionais

PCTRAMA - Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana

POT - Plano Operacional Transitório

PRMG/MPF - Procuradoria da República do Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais

PTR - Programa de Transferência de Renda

RD - Roda de Diálogo

RCID - Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

SES- Secretaria de Estado de Saúde



TAP-e - Termo de Ajuste Preliminar Emergencial

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UTT - Unidades Territoriais Tradicionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. Apresentação das instituições envolvidas	8
2. Apresentação das comunidades	9
AEDAS - Região 1	9
AEDAS - Região 2	10
ATI-INSEA – Região 2	2
NACAB – Região 3	2
Instituto Guaicuy – Regiões 4 e 5	7
3. Atividades realizadas até junho de 2022	1
AEDAS	1
INSEA	18
NACAB	19
INSTITUTO GUAICUY	48
PLANO DE AÇÃO COMUM PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA DE PCTs DA BACIA DO PARAOPEBA	101
4. Objetivo Geral	102
5. Objetivos específicos	102
6. Metodologia	103
7. Diretrizes	104
8. Ações comuns	105
<i>a. Encontros regionais, interregionais e a nível de Bacia</i>	105
<i>b. Formações com os PCTs, temáticas e eixos</i>	106
<i>c. Mapeamento e georreferenciamento das comunidades</i>	107
<i>d. Controle social: fortalecimento do sistema de participação</i>	107
<i>e. Materiais de comunicação específicos aos PCTs, formas de acesso e transparência</i>	108
<i>f. Anexo I.1</i>	109
<i>g. Anexo I.2</i>	109
<i>h. Anexo I.3 e I.4</i>	109
<i>i. Matriz de danos</i>	110
<i>j. Situação de demandas emergenciais</i>	111
<i>k. Assistência técnica em perícias (CTC/UFMG) e em estudos (ERSHRE e reparação socioambiental)</i>	112



9. CONSULTORIAS	113
AEDAS - Região 1	114
AEDAS - Região 2	124
ATI-INSEA – Região 2	136
NACAB – Região 3	137
Instituto Guaicuy – Regiões 4 e 5	138
10. Equipes responsáveis pelo acompanhamento de PCTs	145

INTRODUÇÃO

Por meio de ofício datado de 19 de abril de 2022, as Instituições de Justiça solicitaram às Assessorias Técnicas Independentes a elaboração de documento sobre Plano de ação comum contendo as ações já realizadas por cada ATI no trabalho juntamente com os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) da Bacia do Paraopeba, conforme redação apresentada no ofício:

Plano de ação comum contendo relatório de ações já realizadas por cada uma das ATIs no tocante à garantia do respeito às especificidades dos povos e comunidades tradicionais da Bacia no processo reparatório, bem como planejamento e cronograma para efetivação do direito à consulta livre, prévia e informada, a partir da elaboração de protocolos de consulta.

Desse modo, este produto foi dividido em duas grandes partes. A primeira com informações gerais, de apresentação das comunidades e das ações realizadas de 2020 a junho de 2022, pelas ATIs Paraopeba – Aedas, Nacab e Instituto Guaicuy. O Insea inicia sua atuação a partir de 2021. A segunda parte consiste no Plano Ação de ação comum e articulado entre as quatro ATIs da Bacia do Paraopeba, no qual são apresentados objetivos e diretrizes fundamentais para efetivação do direito à *Consulta, Livre, Prévia e Informada*, bem como ações necessárias e a construção de diagnósticos e laudos técnicos, por meio de contratação de consultorias especializadas. Por fim, são apresentadas as equipes responsáveis no acompanhamento aos Povos e Comunidades Tradicionais pelas ATIs.

1. Apresentação das instituições envolvidas

As Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) eleitas compõe a elaboração e execução desse produto – Plano de Ação e trabalho com os Povos e Comunidades Tradicionais da Bacia do Paraopeba, sendo elas:

- Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS): fundada no ano de 2000, a entidade tem por missão a defesa da vida. Reconhecida com organização de utilidade pública. trabalhou. Foi, então, escolhida para o assessoramento aos atingidos das Regiões 1 (Brumadinho) e 2 (Mário Campos, Betim, São Joaquim de Bicas, Igarapé e Juatuba), conforme se explicita nos planos de trabalho.



- Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB): em 2002, constituiu-se como uma entidade sem fins econômicos, tendo se originado a partir de trabalhos acadêmicos de pesquisa e extensão realizados, desde 1990, no âmbito da Universidade Federal de Viçosa. A finalidade do NACAB é o assessoramento a comunidades impactadas por barragens. Foi escolhido para assessorar os atingidos da Região 3 (Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, Fortuna de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios e Paraopeba);
- Instituto Guaicuy: formado nos anos 2000 por docentes vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais, a entidade constituiu-se como organização sem finalidade lucrativa, tendo por objetivo o apoio à promoção de ações socioambientais nas Bacias do Rio das Velhas e São Francisco. Desde sua criação, o Instituto trabalha em prol da preservação e melhoria da qualidade das águas do Estado de Minas Gerais, na perspectiva de troca com as populações e de constituição de processos que têm a sustentabilidade como fundamento (INSTITUTO GUAICUY, 2020). Foi escolhida para assessorar Regiões 4 (Pompéu e Curvelo) e 5 (São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias).
- Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA é uma entidade de caráter técnico sem fins lucrativos, de atuação de âmbito nacional, criada em 2001, com sede em Belo Horizonte-MG. Possui como missão promover o desenvolvimento sustentável com a inclusão social de pessoas e a defesa de seus direitos. Atualmente, suas ações estão concentradas nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Amazonas. Foi escolhida para assessorar aos indígenas das etnias Pataxó e Pataxó Hãhãhãe em São Joaquim de Bicas na Região 2.

2. Apresentação das comunidades

AEDAS - Região 1

Em Brumadinho a AEDAS atende quatro Comunidades Quilombolas: Ribeirão, Marinhos, Rodrigues e Sapé. Porém, há outras comunidades sem certificação ou em

processo de certificação e que ainda não são acompanhadas pela assessoria. Em conjunto com a AEDAS, as comunidades quilombolas de Brumadinho construíram um protocolo de consulta.

AEDAS - Região 2

Na região 2, os PCTs são os Povos de Matriz Africana, de tradições do Candomblé, Umbanda, Omolocô e Reinado, autointitulados enquanto comissão dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana - PCTRAMA. São organizados em Unidades Territoriais Tradicionais - UTTS, mapeados e atualmente assessorados pela AEDAS o quantitativo de 37 UTTS localizadas nos municípios de Betim (13), Igarapé (04), Juatuba (12), Mario Campos (02), Mateus Leme (05) e São Joaquim de Bicas (02). A comissão PCTRAMA, com auxílio da AEDAS, elaborou o Protocolo de Consulta. Durante o processo de confecção dos projetos, as lideranças dos PCTRAMA construíram, com auxílio da AEDAS, projetos que abarcavam suas questões específicas e prioridades, e enviaram em seus respectivos municípios.



Quadro 1 – Comunidades R1 e R2

Região	ATI	Município	Comunidade	Segmento
R1	Aedas	Brumadinho	Ribeirão, Marinhos, Rodrigues e Sapé	Quilombola
R2	Aedas	Betim	Centro Cultural Afrobrasileiro Ilê Asé Olodun, Ilê Axé Bàbá Odé Aroomi, Centro Espírita Umbandista São Sebastião e Santa Bárbara, Tenda Cigana Guerreiros de Ogun, Tenda Umbandista Nossa Senhora da Conceição, Casa de Umbanda Pai José de Angola, Casa Waldomira Tenda Preto Velho, Tenda de Preto Velho Luz de Aruanda, Guarda de Congo de Santo Expedito, Guarda de Moçambique de nossa senhora do Rosário de Betim, Reinado de Nossa Senhora do Rosário da Colônia de Santa Isabel e Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário de Betim.	PCTRAMA
R2	Aedas	Juatuba	Ilê Axé Alá Tooloribi, Ile Àse Baba Jacunam Joei, Ilê Axé Babá Odé Orum Omi, Oyá Izo Ojú Omí, Ilê Olu Aiye, Centro Afro-brasileiro Nzo Atim Oia Oderim, Nzo Nguzu Menha N'dandalunda, Bakise Mona Uakongo, Terreiro Vovó Maria Conga, Tenda de Umbanda São Jorge Guerreiro, Centro Espírita Vovó Ana de Moçambique e Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosário de São Sebastião de Juatuba.	PCTRAMA
R2	Aedas	Mário Campos	Ngunzo Netos do Bate-folhinha e Aldeia de Canjira.	PCTRAMA
R2	Aedas	Mateus Leme	Terreiro Bakise Bantu Kasanje, Nzo Nguku Kukia, Quilombo de Vó Maria e Terreiro Cultural e Tradicional Casa do Pai Jaraguá.	PCTRAMA

R2	Aedas	São Joaquim de Bicas	Tenda Espírita Cabocla Janaina e Centro Religioso e Cultural Ilê de L'Oya	PCTRAMA
----	-------	----------------------	---	---------

ATI-INSEA – Região 2

Região 2 - INSEA - Aldeia Naô Xohã - São Joaquim de Bicas - Indígenas - Juntamente com a aldeia Naô Xohã tem-se o tronco de Sr. Gervásio e Dona Antônia que, antes do rompimento, viviam na aldeia Naô Xohã e foram obrigados a sair, dada as possibilidades de contaminação e inviabilidade de uso do rio, e foram morar em Belo Horizonte.

Região 2 - INSEA - Aldeia Katurãma - São Joaquim de Bicas - Indígenas

N/A - INSEA - Tronco de Dona Eline - Belo Horizonte – Indígenas

NACAB – Região 3

Quadro 2: Comunidades R3

MUNICÍPIO	COMUNIDADE (S)	SEGMENTOS/CATEGORIA (S)
Florestal	Valentim	Pesca artesanal



	Ribeirão das Lajes	Pesca artesanal
	Ribeirão do Ouro	Pesca artesanal
	Marinheiro	Pesca artesanal
	Capim Santo – comunidade Tijuqueiro	Pesca artesanal
	Haras – comunidade Tapera	Pesca artesanal
	Comunidade dos Rosa	Pesca Artesanal/Comunidade em processo de reconhecimento enquanto Quilombola
Fortuna de Minas	Beira Córrego	Pesca Artesanal/Comunidade Quilombola/ Raizeiras.
	Retiro dos Moreiras	Pesca Artesanal/Comunidade Quilombola/ Raizeiras.
	Três Barras	Pesca artesanal

	Córrego de Areia	Pesca artesanal
	Casa Nova	Pesca Artesanal
Maravilhas	Boa Vista	Pesca artesanal
	Fazenda Perobas e Lagoa do Mato	Pesca artesanal
	Fazenda Coroinhas	Pesca artesanal
Pará de Minas	Córrego do Barro	Pesca artesanal
	Muquém	Pesca artesanal
Pequi	Pindaíbas	Pescadores/as Artesanais /Raizeiros/Benzedeiros
	Soledade	Pesca artesanal/Guarda de Congo Nossa Sra. Do Rosário



	Vilaça	Pescadores/as Artesanais
	Campos	Pescadores/as Artesanais
Papagaios	Fazenda São José da Vereda	Pescadores/as Artesanais Terreiro de Umbanda (PCTRAMAs)
	Região da Micapel	Pescadores/as Artesanais
	Fazenda da Ponte e Buritizinho	Pescadores/as Artesanais
	Fazenda Taquara e Açudinho	Pescadores/as Artesanais
Paraopeba	Pontinha	Comunidade Quilombola
	PCTRAMAS	Terreiros de Umbanda, Congado e Reinado.

Esmeraldas

Urucuia (PCTRAMAS)	Guarda de Congado N.S da Imaculada Conceição de Urucuia
Melo Viana (PCTRAMAS)	Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Religiosa Africana
Comunidade São José	Comunidade de Pescadores/as Artesanais / Benzedeira
Vargem Bento da Costa	Comunidade Quilombola / Guarda de Congado
Comunidade Cachoeirinha	Comunidade de Pescadores/as Artesanais / Benzedeira
Taquaras	Comunidade de Pescadores/as Artesanais/ Família de Ciganos
Vista Alegre e Fazenda da Ponte	Comunidade de Pescadores/as Artesanais /Folia de Reis
Aldeia Kamakã Grayra	Povos Indígenas
Comunidades de Bambus, Padre João e Vinháticos	Comunidade de Pescadores/as Artesanais e Folia de Reis



São José da Varginha	Fundão	Pesca artesanal
	Cachoeirinha	Pesca artesanal
	Mata dos Masceno	Pesca artesanal
	Marinheiro	Pesca artesanal

Instituto Guaicuy – Regiões 4 e 5

O Instituto Guaicuy tem trabalho de forma contínua com o Povo Indígena Kaxixó e o Quilombo de Saco Barreiro, sendo essas, comunidades certificadas. No entanto, também tem realizado atividades com os pescadores artesanais e povos ribeirinhos. A tabela a seguir aponta tanto as comunidades que o Instituto Guaicuy tem realizado atividades frequentes com os Povos e Comunidades Tradicionais, bem como, comunidades que a Consultoria está em processo de identificação enquanto PCTs, mas que o Instituto já havia contato estabelecido através dos núcleos e/ou pouco contato estabelecido devido ao recente mapeamento dessas comunidades no território.

Quadro 3: Comunidade R4 e R5

REGIÃO 04 (POMPÉU/CURVELO)

Município	Localidade	Possível PCT	Mapeado pelo IBGE	Observações
Pompéu	Aldeia Indígena Kaxixó	Indígena certificada	SIM	Indígenas reconhecidos pela FUNAI. Contato estabelecido.
Pompéu	Saco Barreiro	Comunidade quilombola certificada	SIM	Comunidade quilombola certificada pela FCP. Contato estabelecido.
Pompéu	Balneário Reino dos Lagos (Diamante 4)	Pescadores artesanais	NÃO	Contato inicial estabelecido.
Pompéu	Santa Cecília e São Marcos (Diamante 6)	Pescadores artesanais	NÃO	Contato inicial estabelecido.
Curvelo	Cachoeira do Choro	Pescadores artesanais	NÃO	Contato inicial estabelecido.
REGIÃO 05 (EM TORNO DO LAGO DE TRÊS MARIAS/CALHA S. FRANCISCO) - MARGEM LESTE				



Município	Localidade	Possível PCT	Mapeado pelo IBGE	Observações
São Gonçalo do Abaeté	Pontal do Abaeté	Pescadores artesanais / ribeirinhos ou quilombola	S/INFORMAÇÃO	Contato inicial estabelecido.
Felixlândia	Tronco	Comunidades Quilombolas	S/INFORMAÇÃO	Contato inicial estabelecido.
Três Marias	Porto Melancias	Pescadores artesanais / ribeirinhos	NÃO	Contato inicial estabelecido.
Três Marias	Porto Novo	Pescadores artesanais / ribeirinhos	NÃO	Contato estabelecido.
Felixlândia	Buritizinho	Comunidades Quilombolas	SIM	Contato estabelecido
Felixlândia (5L)	Paraíso	Pescadores artesanais / ribeirinhos	S/INFORMAÇÃO	Contato inicial estabelecido.

Felixlândia (5L)	Lagoa do Meio	Pescadores artesanais / ribeirinhos	S/INFORMAÇÃO	Contato inicial estabelecido.
Três Marias	Barra do Rio de Janeiro	Comunidades de Vazanteiros / Ribeirinhos	S/INFORMAÇÃO	Contato estabelecido
Três Marias	Silga / Barra dos Quartéis	Comunidades de Veredeiros	S/INFORMAÇÃO	Contato estabelecido
Três Marias	Ilha das Barreiras	Comunidades de Vazanteiros	S/INFORMAÇÃO	Contato estabelecido
Três Marias	Ilha da Merenda	Comunidades de Vazanteiros	S/INFORMAÇÃO	Contato estabelecido
Três Marias	Ilha da Silga	Comunidades Barranqueiras /Vazanteiras	S/INFORMAÇÃO	Contato estabelecido
Três Marias	Ilha do Coló	Comunidades Barranqueiras /Vazanteiras	S/INFORMAÇÃO	Pouco contato
Três Marias	Ilha das Pindaíbas	Comunidades Barranqueiras /Vazanteiras	S/INFORMAÇÃO	Pouco contato



Três Marias	Porto do Pontal	Comunidades Barranqueiras /Vazanteiras	S/INFORMAÇÃO	Contato estabelecido
Três Marias	Barra do Espírito Santo	Comunidades Barranqueiras /Vazanteiras	S/INFORMAÇÃO	Contato estabelecido
Três Marias	Escadinha	Comunidades Barranqueiras /Vazanteiras	S/INFORMAÇÃO	Contato estabelecido
REGIÃO 05 (EM TORNO DO LAGO DE TRÊS MARIAS) - MARGEM OESTE				
Município	Localidade	Possível PCT	Mapeado pelo IBGE	Observações
Martinho Campos	Aldeia indígena Kaxixó	Indígena - certificada	SIM	Contato estabelecido. Comunidade se divide em dois municípios, mas a referência é esta regional.
Morada N. de Minas	Porto Melancias	Pescadores artesanais / ribeirinhos	NÃO	Contato inicial estabelecido.
Morada N. de Minas	Porto do Indaiá de Baixo	Pescadores artesanais / ribeirinhos	NÃO	Contato inicial estabelecido.
Morada N. de Minas	Ilha de Indaiá de Baixo	Pescadores artesanais / ribeirinhos	NÃO	Contato estabelecido

Morada Nova de Minas	Morada Nova de Minas (sede)	Povos de Terreiro	S/INFORMAÇÃO	Contato inicial estabelecido.
Abaeté	Aldeia	Pescadores artesanais / ribeirinhos	S/INFORMAÇÃO	Contato estabelecido
Morada N. de Minas (50)	Larjinha	Pescadores artesanais / ribeirinhos	NÃO	Contato estabelecido.
Abaeté (50)	Abaeté - Associação de Congado	Festeiros	NÃO	Contato estabelecido.
Paineiras (50)	Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Paineiras - ACNSRP	Festeiros	NÃO	Contato estabelecido
Morada N. de Minas (50)	ASSOCIAÇÃO DE FOLIA DE REIS DO ORENTE E ESTRELA	Festeiros	S/INFORMAÇÃO	Contato estabelecido.



	DA GUIA E SÃO SEBASTIÃO DE MORADA NOVA DE MINAS			
Biquinhas	Biquinhas: Festeiro Folia de Reis e Festa do Padroeiro	Festeiros	NÃO	Contato inicial estabelecido.



3. Atividades realizadas até junho de 2022

AEDAS

Os processos de organização da Aedas são divididos em ciclos trimestrais, no qual são definidas as atividades no período. Esse acompanhamento é possível de se analisar de forma mais detalhada, por meio dos relatórios finalísticos.

Região 1

Ciclo 1 - Junho, julho e agosto de 2020

O Ciclo 1 representa a fase inicial de trabalho e articulação com os PCTs da Região 1, em alguns casos abrangendo também a Região 2, devido aos processos de mobilização para a construção dos Protocolos de Consulta (PCP). Nesse período de julho a agosto, foram estabelecidos dois grupos: GT Protocolo de Consulta, com participação de membros da ATI e também das comunidades quilombolas, sendo interno e externo, devido a sua função principal que consiste efetivamente na construção do PCP e; a Comissão de Estudos do GT Protocolo de Consulta, estritamente interno da ATI, para discussões de casos, análises conceituais e metodológicas.

Nesse período, há destaque para as reuniões internas com o objetivo de alinhamentos e sistematização dos processos de trabalho e capacitação das equipes responsáveis. Ao final do ciclo, em agosto, inicia-se as reuniões coletivas com as comunidades. Abaixo, segue quadro síntese, com apresentação geral das atividades realizadas no período.

Quadro 4

CICLO 1 – JUNHO, JULHO E AGOSTO DE 2020			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	GT Protocolo de Consulta; Comissão de Estudos do GT Protocolo de Consulta, Formações	Alinhamento interno; levantamento e divisão de tarefas; elaboração de cronograma; repasses sobre execução de tarefas; encaminhamentos para	Metodologias; Processos de pesquisa; Análises conceituais; Reuniões avaliativas; Preparação para reuniões – 1º encontro de comunidades;

		atividades externas	Construção PCP
Externas	Reunião com as comunidades quilombolas; Reunião com lideranças; GAAs		Elaboração PCP;

Ciclo 2 – Setembro, outubro e novembro de 2020

O Ciclo 2, compreendido entre os meses de setembro a novembro de 2020, teve atividades concentradas na Região 1 para alinhamento, formação, construção metodológica, mobilização, consulta, informes e acompanhamento, através de reuniões internas, rodadas de GAAs e Rodas de Diálogo.

Esses encontros envolveram as comunidades quilombolas de Marinhos, Rodrigues, Ribeirão e Sapé, o GT Protocolo de Consulta — que em novembro passou a ser GT Quilombos —, o GT Consciência Negra, as Equipes de Mobilização, de Gestão da Informação e de Comunicação da ATI, e a Auditoria Finalística.

Os principais temas abordados nesse período foram: pauta racial; Protocolo de Consulta Prévia; Termo de Referência para consultoria; Auxílio Emergencial; isolamento social e atividades remotas em decorrência da pandemia de Covid-19; Matriz de Medidas Emergenciais; o trabalho da Assessoria Técnica; medidas emergenciais que afetam a vida das mulheres atingidas; Novembro Negro e Racismo Ambiental.

O quadro a seguir apresenta a síntese das atividades realizadas durante o Ciclo 2:

Quadro 5

CICLO 2 - SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2020			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	GT Protocolo de Consulta; Preparação para mobilização das comunidades para GAAs; Formações de equipe; GT Quilombos; GT Consciência Negra	Avaliação e alinhamento de equipe; Monitoramento e alinhamento sobre espaços participativos (RDs e GAAs); Gravação de imagens - vídeo informativo;	Sistematização de metodologias, processos de pesquisa e análises conceituais; Reuniões avaliativas; Reuniões preparatórias; Revisão Minuta do PCP; Qualificação de



			processos; Sistematização de dados; Elaboração de roteiro para as RDs; Roteiro para mobilização; Materiais de comunicação
Externas	Reunião com lideranças; Primeira e segunda etapas de Rodas de Diálogos com os 04 quilombos Mobilização das comunidades; Reuniões sobre medidas emergenciais; Aplicação de formulário Kobo (auxílio emergencial);	Ajustes no texto do Protocolo de Consulta; Avaliação dos GAAs; Apresentação das RDs (espaços participativos); Validação de propostas; Validação das medidas emergenciais;	Elaboração PCP;

Ciclo 3 - Dezembro de 2020, janeiro e fevereiro de 2021

O Ciclo 3, compreendido entre os meses de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021. As atividades internas foram voltadas para processos alinhamento entre equipes, GTs, com planejamento de atividades, metodologias direcionadas para o desenho das atividades externas, envolvendo as comunidades quilombolas, para os GAAs, RDs, reuniões com outros atores, Registro Familiar e Mobilização, conforme as temáticas específicas, mas sobretudo para o lançamento do Protocolo de Consulta, bem como a retomada das reuniões e atividades presenciais em meados de dezembro.

Quadro 6

CICLO 3 - Dezembro de 2020, janeiro e fevereiro de 2021			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Alinhamento equipe de Mobilização; Aplicação de formulário; Reuniões de equipes - alinhamento e divisões de tarefas;	Acompanhamento de lideranças e comunidades em reuniões com outros atores; Alinhamento e articulação para	Lançamento do Protocolo de Consulta; Devolutiva sobre PCP;

	Planejamento de atividades; GT Quilombo; Reuniões temáticas - gênero e especificidades; Reuniões entre equipe R1 e R2;	lançamento do PCP; Preparação para oficinas temáticas - gênero (mulheres quilombolas agricultoras); Alinhamento entre R1 e R2 para Registro Familiar;	
Externas	Visitas presenciais Equipe de Mobilização e GT Quilombo; Aplicação de formulário; Mobilização GAAs; Reunião preparatória - Mobilização, GT Quilombo e Temática; Registro Familiar; Reunião com comunidades; II Romaria pela Ecologia Integral; Reunião comunidades quilombolas e Ijs; Atividade em campo.	Terceira rodada de GAAs; Reuniões preparatórias para atividades coletivas presenciais; Apresentação, distribuição e devolutiva; Alinhamento retorno trabalho presencial; Demandas das comunidades no processo de reparação; Acompanhamento da consultoria Concatu.	Lançamento do Protocolo de Consulta; Boletim Aedas; Registro Familiar; Distribuição impressa do PCP; Devolutiva PCP; Carta para a Campanha “Do luto à luta”;

Ciclo 4 - Março, abril e maio de 2021

O Ciclo 4, compreendido entre os meses de março a maio de 2021, representou um período de discussões com as comunidades quilombolas - Marinhos, Sapé, Ribeirão e Rodrigues, pelos GAAs e RDs, envolvendo, sobretudo os GTs Quilombo e PTR, devido a temática do Programa de Transferência de Renda (PTR) e, também questões relacionadas ao Anexo I.3 e I.4, com apresentação dos projetos e perguntas levantadas pelas próprias comunidades.

Quadro 7

CICLO 4 - Março, abril e maio de 2021			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Reunião de equipe; GT Quilombo; GT PTR;	Alinhamento para GAA - PTR; Alinhamento metodológico - PTR;	



Externas	Reunião com comunidades quilombolas; GAAs; RDs - Projetos	Temáticas: consultoria Concatu, medidas emergenciais, PTR, vacinação; Consulta sobre critérios para o PTR; Apresentação títulos de projetos do I.3 e I.4; Apresentação dos projetos construídos com as comunidades;	Ofício AEDAS para vacinação; Consulta sobre critérios para o PTR; Apresentação títulos de projetos do I.3 e I.4; Perguntas geradoras dos títulos dos projetos do I.3 e I.4 sobre áreas temáticas; Apresentação do andamento dos projetos construídos com as comunidades;
----------	---	---	--

Ciclo 5 - Junho, julho e agosto de 2021

O Ciclo 5, compreendido entre os meses de julho a agosto de 2021, representou um período de grande fluxo de atividades internas e externas, exigindo processos de alinhamento entre equipes, consultorias e GTs, para planejamento e construção de metodologias para devido acompanhamento discussão junto às comunidades, uma vez que, envolveu discussões pertinentes ao Acordo Judicial, relacionados ao Anexo I.4, Anexo I.2 - PTR e início da discussão sobre o Anexo I.1. Além de demandas das comunidades quilombolas de reuniões com as Instituições de Justiça.

Período de elaboração juntamente com as comunidades de roteiro de perguntas, Cartilha de Mobilização, Plano de Ação e construção de Projetos para o Anexo I.4, bem como, atividades e produtos relacionados às consultorias contratadas sobre levantamento de danos.

Quadro 8

CICLO 5 - Junho, julho e agosto de 2021			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Audiência Pública: Acordo entre Vale e Estado MG; Correção dos Projeto do I.4; Reunião - GT Quilombo e Concatu (consultoria); Reuniões - Áreas Temáticas e	Audiência Pública: Acordo entre Vale e Estado MG; Correção dos Projeto do I.4; Alinhamento para atividades nas comunidades quilombolas;	Roteiro para vídeo sobre Plano de Ação - Projetos I.4;

	Mobilização; Construção roteiro para vídeo sobre Plano de Ação - Anexo I.4; Reunião GT Quilombo e Concatu; Formação Temática; Reunião equipes PCTs - R1 e R2	Alinhamento entre equipes - preparação reunião conselheiros e I.4; Alinhamento de demandas com a consultoria Concatu; Formação sobre raça e reparação integral;	
Externas	Espaço Tira-Dúvidas - PTR; GAA PTR; Acompanhamento consultoria Concatu; Construção de Projetos; Reunião Geral de Conselho R1; Reunião com os Conselheiros da PCLE; Tira-dúvidas Cartilha de Mobilização; Reunião com as comunidades quilombolas; Acompanhamento consultoria Concatu; Ciranda presencial; GAA 4; RD com consultoria Conectaret; Reunião Quilombos, Camf e lideranças; RD com lideranças; RD - Anexo I.1;	Espaço Tira-dúvidas com as IJs - critérios e transição para o PTR; GAA para construção do roteiro PTR para comunidades quilombolas; Consulta específica sobre autodeclaração e comprovação das comunidades quilombolas; Acompanhamento consultoria; Reunião de conselheiros da R1 - participação Projetos I.4; Reunião com Conselheiros - área temática do PCLE; Plantão tira-dúvidas - cartilha; Relato de invasão na comunidade Ribeirão; Escuta ativa e acolhimento de crianças; Alinhamento com lideranças quilombolas para reunião com as IJs;	Construção de roteiro sobre PTR para comunidades quilombolas; Consulta - critérios e comprovação PTR; Consultoria - marcação de área territorial; Construção de Projetos - Anexo I.4; Construção Cartilha de Mobilização; Consultoria Concatu - levantamento de danos materiais, imateriais e naturais; Coleta de relato sobre invasão na comunidade Ribeirão; Sistematização e levantamento sobre o Acordo Judicial em 2021; Devolutiva e consolidação de Plano de Ação;

Ciclo 6 - Setembro, outubro e novembro de 2021

O Ciclo 6, compreendido entre os meses de setembro a novembro de 2021, além das atividades internas comumente desenvolvidas, como alinhamentos entre equipes e adaptação metodológica, foram elaborados produtos com questionário e a sistematização de dúvidas das comunidades. No período as reuniões com as comunidades quilombolas envolveu Anexo I.1, diálogo com as consultorias, mobilização com as crianças,



indenizações individuais, mas principalmente o Anexo I.4, RDs e consultas sobre priorização e reivindicação para votação impressa.

Quadro 9

CICLO 6 - Setembro, outubro e novembro de 2021			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Alinhamento para RD - indenizações individuais; Questionário Quilombo Ribeirão; Reunião GT Quilombos e Euiques Temáticas; Adaptação de materiais para RDs;	Adaptação metodológica para RDs; Alinhamento entre equipes - GTs e áreas temáticas;	Questionário Quilombo Ribeirão; Documento com as principais dúvidas das comunidades quilombolas;
Externas	Consulta PCP - critério de recebimento e comprovação; RD Anexo I.1; Reunião consultoria Conectaret e lideranças; RDs - Indenizações individuais; RDs - priorização Anexo I.4; Consulta - priorização Anexo I.4; Reunião de lideranças; Votação priorização Anexo I.4; Mobilização presencial das crianças; EP-EDUCAÇÃO	Alinhamento entre consultoria e lideranças quilombolas e adaptação metodológica; Votação impressa - I.4;	Consulta PCP; Consulta priorização Anexo I.4; Carta de repúdio ao Conselho de Compromitentes; Solicitação de extensão de prazo de votação dos Projetos e votação de maneira impressa; Levantamento de danos à educação

Ciclo 7 - Dezembro de 2021, janeiro e fevereiro de 2022

O Ciclo 7, compreendido entre os meses de dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, envolveu muitas interlocuções com as consultorias contratadas pela ATI, mas também com a consultoria externa, a Ecology, responsável pelo levantamento de danos das comunidades quilombolas. A ATI cumpriu a função de acompanhamento dessas reuniões, inclusive com a participação da Defensoria Pública da União. Além disso, a ATI desenvolveu diálogos sobre governança popular e fundos participativos.

Quadro 10

CICLO 7 - Dezembro de 2021, janeiro e fevereiro de 2022			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Reunião de equipe; Reuniões preparatórias;	Elaboração de material explicativo sobre estudos da Ecology; Alinhamentos para reuniões;	Material explicativo sobre estudo da Ecology;
Externas	Apresentação consultoria GEOENG e Archipel; Acompanhamento de consultorias; Intercâmbio Anexo I.1; Apresentação de consultoria Conectaret; Entregas de doações às comunidades pelas fortes chuvas; Reunião com lideranças; Reunião com comunidades, DPU, Fundação Palmares e Ecology; GAA enchentes;	Consultorias para levantamento de danos à moradia, bens móveis e infraestrutura urbana; Conversa sobre governança popular e participação representativa no gerenciamento de fundos populares com o Fundo Dema; Apresentação e discussão de estudo produzido pela Ecology;	Aplicação de fichas para levantamento de danos à memória e patrimônio histórico; Apresentação de estudos da Ecology; Considerações da DPU sobre o andamento do Estudo de Componente Quilombola (ECQO, elaborado pela Ecology);

Ciclo 8 - Março, abril e maio de 2022

O Ciclo 8, compreendido entre os meses de março a abril de 2022, envolveu atividades diversas, como o Seminário de gênero, com reuniões internas e externas até a execução do evento. Reuniões preparatórias para planejamento e alinhamento metodológicos para acompanhamento das consultorias, sobre a Ecology, que é consultoria externa à ATI. Em relação aos temas das reuniões, foram discutidos em reuniões, RDs, espaços tira-dúvidas, oficinas e formações, questões relativas às indenizações individuais, Anexo I.1 e sistema de participação. Além de reunião com a FGV para esclarecimento sobre os negados, bloqueados e novos cadastrados do PTR.

Quadro 8

CICLO 8 - Março, abril e maio de 2022



Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Reunião de equipe; Reunião equipe de gênero; Reunião com DRI; Reuniões preparatórias; Reunião de equipe moradia e infraestrutura;	Adaptação do roteiro da RD sobre Anexo I.1; Adaptação para Seminário de gênero para comunidades quilombolas; Adaptação do tira-dúvidas sobre indenizações individuais; Metodologia de reunião sobre estudos da Ecology; Alinhamentos para reuniões com DPU e Ecology; Adaptação do termo de referência para nova consultoria em campo;	
Externas	RD Anexo I.1; Oficina de gênero da consultoria Geoeng; Plantão tira-dúvidas sobre indenizações individuais; Oficina consultoria Ecology; Mobilização presencial das crianças; Seminário temático de mulheres; Ciranda presencial; Conversa com as pessoas atingidas - agentes multiplicadores na governança popular; Formação com agentes multiplicadores; Reunião Anexo I.1; Reunião de lideranças com a FGV; Plantão tira-dúvidas indenizações individuais;	Discussão sobre o processo de governança popular e sistema de participação; Acompanhamento da oficina da consultoria Ecology; Preparação para cirando no Seminário de Gênero; Garantir participação das crianças - temática "Meninas e mulheres em lutas"; Reunião com FGV - negados, bloqueados e novos cadastrados;	Seminário Temático de mulheres; Apresentação de proposta de estrutura de governança para projetos e microcrédito; Apresentação de minuta do sistema de participação e escuta das comunidades.

Região 2

CICLO 1 - junho, julho e agosto de 2020

O Ciclo 1, compreendido de junho a agosto de 2020 na Região 2, foi marcado por um período de estabelecimento de contato com as comunidades de PCTs, exigindo organização interna, com a constituição de grupos de trabalho, para construção de metodologias e formas de atuação, como os GT Protocolo de Consulta, de caráter interno e externo e a Comissão de Estudos GT Protocolo de Consulta, este interno e com o objetivo de aprimoramento da ATI na interlocução com as comunidades de PCTs. O trabalho de modo geral, foi voltado para a construção do Protocolo de Consulta. Porém, houve outras atividades, como o Seminário em direitos, levantamento de danos às religiões de Matriz Africana e elaboração de listagens para inclusão de novas UTTs.

Quadro 12

CICLO 1 - junho, julho e agosto de 2020			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Elaboração de Fluxo de atividades do projeto geral e específico para PCTs; Plano de Comunicação; Formação de Grupos de Atingidos/as para DRP e emergencial; Construção matriz emergencial específica; Diálogo com áreas temáticas e consultorias sobre PCTRAMA; Acompanhamento processo judicial; Comissão de estudos do GT Protocolo de Consulta; GT Protocolo de Consulta;	Consolidar grupos de trabalho e consolidação do PCTRAMA com comissão; Definições gerais, objetivos específicos para o Protocolo de Consulta. Ligações iniciais para integração de PCTs no GT Protocolo de Consulta;	Implementação de Plano de Comunicação específico para PCTs; Construção matriz emergencial específica; Sistematização dos espaços participativos da matriz emergencial; Tratamento de dados do PCTRAMA sobre recebimento pretérito do auxílio emergencial mensal; Produção de listas correlacionando o banco de dados - demandas coletivizadas emergenciais do PCTRAMA; Construção Protocolo de Consulta;
Externas	RD com PCTRAMA; GAAs com PCTRAMA - matriz emergencial, alinhamento com IJs; Reunião com comissões de atingidos; Reuniões periódicas com comissões de atingidos; Formação em direitos; Seminário para formação em direitos; Reunião GT Protocolo	Informar aos PCTRAMA sobre processo de reparação e medidas emergenciais; Comissões de atingidos do PCTRAMA sobre Plano de Trabalho; Alinhamento para a construção do Protocolo de Consulta; Comissão PCP - DRP, validação de metodologias, ações da	Seminário para formação em direitos; Levantamento dos danos às religiões de Matriz Africana; Roteiro de ligação para integração de novas UTTs.



	de Consulta; Reunião inicial com PCTs; Reunião com lideranças de PCTs; GAAs com lideranças de PCTs.	ATI e validação de acordo relativos ao PCP.	
--	--	---	--

CICLO 2 - setembro, outubro e novembro de 2020

O Ciclo 2, compreendido entre os meses de setembro a novembro de 2020, ocorreram muitas reuniões e encontros como, GAAs, RDs, reunião com lideranças e mobilização das comunidades para o processo de construção e lançamento do Protocolo de Consulta Prévia.

Quadro 13

CICLO 2 - setembro, outubro e novembro de 2020			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Inserção município de Mateus Leme; Elaboração Protocolo de Consulta Prévia; Realização de Plano de Trabalho contextualizado;		
Externas	DRP PCTRAMA; GAAs PCTRAMA; RDs PCTRAMA; Reunião com lideranças; Mobilização para RD; Reunião com Comissão de Povos de Terreiro; Mobilização para lançamento da <i>Live</i> do PCP;	Apresentação de panorama do Plano de Trabalho;	Sistematização de debates levantados; Lançamento PCP - formato de <i>live</i> ;

Ciclo 3 - dezembro de 2020, janeiro e fevereiro de 2021

O Ciclo 3, compreendidos entre os meses de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, foi marcado por intenso trabalho interno, em relação a processos de organização e sistematização do trabalho juntos aos PCTRAMA, relativos ao PCP, mas também envolvendo as consultorias especializadas. Contudo, a articulação da ATI permaneceu constante, a partir dos GAAs e mutirão via *whatsapp*. A elaboração de produtos, como os instrumentos de Registro do PCTRAMA, material de registro, roteiros e a construção da Matriz Emergencial de Danos.

Quadro 14

CICLO 3 - dezembro de 2020, janeiro e fevereiro de 2021			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Elaboração do instrumento de Registro do PCTRAMA; Organização do mapeamento do PCTRAMA; Formação Kobo; Recolhimento de subscrições do PCP; Elaboração de texto para consultoria de pesca; Reunião com consultoria de agricultura; Formação interna sobre PCTRAMA; Construção do formulário sobre demandas de alimentação.		Instrumento de Registro do PCTRAMA; Produção do material de registro do PCTRAMA; Roteiro de saúde na Roda de PCTRAMA;
Externas	GAAs PCTRAMA; Terceira rodada de GAAs; Mutirão de dúvidas sobre o Acordo pelo <i>whatsapp</i> .	Compreensão e validação do Plano de Ação de cada UTT;	Construção da Matriz Emergencial de Danos;

CICLO 4 - março, abril e maio de 2021

O Ciclo 4, compreendido entre os meses de março a maio de 2021, foi um período de grande fluxo de reuniões com os PCTRAMA, por meio de GAAs, espaços específicos, com temáticas variadas, relacionadas aos Anexo I.2 e I.3 e, também às demandas



emergenciais e à saúde, esse último, com o acompanhamento da consultoria de saúde. Além, do processo interno na elaboração de produtos para o reconhecimento de PCTs e PCTRAMA.

Quadro 15

CICLO 4 - março, abril e maio de 2021			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Construção de Roteiro para PCTs;		Roteiro PCTs; Elaboração de documento sobre o reconhecimento dos PCTRAMA;
Externas	Espaços específicos do PCTRAMA - Anexo I.2 e I.3; Reunião Aedas e PCTRAMAS; Comissão Protocolo de Consulta - 8 reuniões e GAAs - 67 reuniões (auxílio emergencial e água); GAAs - Projetos Anexo I.3; Indicação de conselheiros/as PCTRAMA; Espaços participativos "Saúde na roda"	Inclusão de PCTs e PCTRAMA no PTR; Auxílio emergencial e água; Construção de Projetos para o Anexo I.3; Atualização de informações sobre ofícios, anexos I.2 e I.3 e Acordo; Consultoria de saúde.	Levantamento e diagnóstico das necessidades emergenciais em saúde do PCTRAMA.

CICLO 5 - junho, julho e agosto de 2021

O Ciclo 5, compreendido entre os meses de junho a agosto de 2021, foi um período de grande fluxo de atividades internas e externas e interrelacionadas, abrangendo, principalmente questões referentes aos Anexo I.1, sobre crédito e microcrédito, Anexo I.3 com as demandas enviadas pelas comunidades e dúvidas sobre o PTR. Enquanto entregas, ocorreu a devolutiva sobre o Plano de Ação, elaborado conjuntamente com as comunidades e a identificação e validação das medidas emergenciais.

Quadro 16

CICLO 5 - junho, julho e agosto de 2021			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)

Internas	Apoio à execução dos Projetos de demandas das comunidades; Elaboração de proposta metodológica de crédito e microcrédito; Auxílio a revisão e detalhamento de projetos enviados; Acompanhamento do processo da resolução nº 230 do CNMP para os PCTs; Acompanhamento de grupos específicos.	Monitoramento sobre governança para PCTs;	Diretrizes operacionais para crédito e microcrédito; Construção e fundamentação técnica das demandas das comunidades;
Externas	GAA Balanço do Acordo; Reuniões de devolutiva e repasses; Formação de comissões - Anexo I.1 e diálogo com Camf e IJs; Espaço tira-dúvidas - PTR; Apoio à execução dos projetos das comunidades - Anexo I.3;	Tira-dúvidas com IJs sobre transição para o PTR; Estabelecer diálogos qualificados com conselheiros/as para composição do Conselho Comunitário de PCTs;	Devolutiva e consolidação do Plano de Ação; Identificação e validação das medidas emergenciais;

CICLO 6 - setembro, outubro e novembro de 2021

O Ciclo 6, compreendidos entre os meses setembro a outubro de 2021, nas atividades internas envolveu ativo diálogo com as consultorias, apoio a execução dos Projetos de demandas das comunidades, articulação interna de modo geral. As atividades com as comunidades, com intenso fluxo de GAAs e RDs com temáticas diversas, concernentes ao Processo e Acordo Judicial, especialmente relativos aos Anexos I.1, I.2 e I.3.

Quadro 17

CICLO 6 - setembro, outubro e novembro			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Apoio à execução dos Projetos de demandas da comunidades - Anexo I.1; Reunião com consultorias;	Discutir Planos de Trabalho das consultorias; Consolidação do primeiro Plano Amostral para coletas;	Coleta nas UTTs pela consultoria socioambiental - ECOENVIROX;



	Reunião entre Operativa PCTRAMA, mobilização, gênero, área temática socioambiental e Concatu consultoria;	Entendimento sobre demandas do PCTRAMA nos debates do MIP;	
Externas	GT Projeto - Anexo I.3; Reunião sobre Anexo I.2; RD - Anexo I.3; Pontos de apoio físico para a consulta popular; Plantões <i>online</i> sobre priorização no Anexo I.3; RD sobre indenizações individuais; Oficina de cartografia socioambiental na UTT de Tatetu Arabomi com consultoria Probiota; Reuniões com lideranças - 10 reuniões	Priorização dos PCTs e consulta popular no I.3; Reuniões - I.3, consulta informada; Grupo EPA; prorrogação consulta popular, repasse sobre consultorias, reuniões com prefeituras, aproximação com comunidade Brejo.	

CICLO 7 - dezembro de 2021, janeiro e fevereiro de 2022

O Ciclo 7, compreendidos entre os meses de 2021 a fevereiro de 2022, houve um fluxo de processo de formação interna para aprimoramento da atuação da ATI juntamente aos PCTRAMA, além da sistematização de demandas, aplicação de registro individual e coletivo, aprovação de nova consultoria e encaminhamento de documentos, solicitados pelas próprias comunidades. As atividades externas foram direcionadas para a medidas emergenciais, devido aos impactos das chuvas e enchentes, contudo temas relativos ao PTR, sobre o Manual de aplicabilidade da FGV e cadastramento foram debatidos e atividades executadas pelas consultorias, como cartografia social.

Quadro 18

CICLO 7 - dezembro de 2021, janeiro e fevereiro de 2022			
Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	Formação equipe de mobilização; Contratação de nova equipe para trabalho		Aplicação do registro individual e coletivo do PCTRAMA; Sistematização das

	<p>com PCTs; Construção de espaços participativos sobre PTR; Construção de materiais informativos; Preparação para GAAs e RDs sobre governança popular; Formação de equipe PCTs e Operativa PCTRAMA - panorama do trabalho nas UTTs;</p>		<p>demandas emergenciais dos PCTRAMA - enchentes; Ofício para compromitentes - falta de participação na consulta e priorização de PCTs e PCTRAMA; Contratação da consultoria - IDAFRO</p>
Externas	<p>Reuniões ordinárias com comissões de atingidos/as do PCTRAMAS; Vistorias técnicas nas UTTs - antes e após as chuvas; Oficinas de cartografia social - consultoria MIP; Escuta do PCTRAMA - período das enchentes; RDs com PCTRAMA; Reunião Comissão Protocolo de Consulta; Reunião sobre Manual - PTR/FGV; Tira-dúvidas sobre Manual e cadastramento PTR;</p>	Esclarecimento sobre Manual - PTR;	Levantamento de danos em consequências das enchentes;

CICLO 8 - março, abril e maio de 2022

O Ciclo 8, compreendido entre os meses de março a maio de 2022, foi um período de fluxo intenso de reuniões internas e externas, mas há um intercruzamento nas ações realizadas, em sua maioria voltadas para discussões relacionadas aos Anexo I.1 e I.2 e para o Sistema de Participação. Envolveu reuniões com outras temáticas como, Grupo EPA, legislações de PCTs e consultorias. Houve visita técnica para inclusão de nova UTT. Internamente, também foi um período de organização e sistematização de dados.

Quadro 19



CICLO 8 - março, abril e maio de 2022

Atividades	Tipo	Objetivo	Resultado (produto)
Internas	<p>1º reunião com consultoria IDAFRO; Reunião equipe PCT R2 com consultoria Concatu; Reunião das ATIs sobre PTR e PCTs; Reunião Idafro - TR PCTRAMA; Formação Equipe PCT R2 para aplicação de registro individual e coletivo; Planejamento semanal de equipe - organização de dados; Construção de documento PTR - PCTRAMA</p>	<p>Alinhamento de encaminhamentos com a consultoria Concatu; Alinhamento com Idafro sobre produto 2 da consultoria PCTRAMA;</p>	<p>Construção de termo revogatório da Resolução da Sedese; Sistematização do Anexo I.2 e I.3; Documento sobre inclusão dos PCTRAMA no PTR;</p>
Externas	<p>Reunião Comissão PCP PCTRAMA; Reunião da Comissão PCTRAMA - I.2, I.1 e sistema de participação; Reunião com Grupo EPA; GAAs PCTRAMAS; Seminário de Gênero com Mulheres do PCTRAMA; Visita a nova UTT que se juntou ao PCTRAMA; Reunião Concatu e PCTRAMA; Reunião PCP - PTR, legislação PCTs, sistema de participação, Resolução Sedese; Reunião com Defensoria Pública; Reunião PCTRAMA e IDAFRO; Reunião Comissão PCP PCTRAMA</p>	<p>Intercâmbio de diálogo com o Fundo DEMA sobre governança e Anexo I.1; Apresentação de estudo do Grupo EPA; Diálogo com Defensoria Pública sobre PCTs; Apresentação da consultoria IDAFRO para os PCTRAMA; Repasse MP e reorganização do acompanhamento dos PCTRAMA.</p>	

INSEA

As atividades da ATI-INSEA tiveram início apenas em Janeiro de 2021, apesar de ter sido acordado no Termo de Ajuste Preliminar Emergencial (TAP-e) em 05 de abril de 2019, a contratação de uma Assessoria Técnica Independente do Povo Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe.

No eixo Antropológico foi realizada a elaboração do Protocolo de Consulta da Aldeia Naô Xohã e da Aldeia Katurãma, cujas atividades iniciaram em 01/05/2021 e findaram em 31/05/2022, com os produtos: Cartilha sobre o que é o Protocolo de Consulta e o Protocolo de Consulta. Elaboração de Mapas genealógicos das aldeias e troncos, no período de 15/05/2021 a 02/06/2022 (?).

No eixo Ambiental foi realizada a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Aldeia Naô Xohã, com início das atividades em 01/05/2021 e conclusão em 31/05/2022, com o produto: Plano de Gestão Territorial e ambiental da Aldeia Naô Xohã. Elaboração de Relatório Ambiental da Aldeia Katurãma sobre as condições e demandas ambientais apresentadas pelo novo território conquistado, de 09/06/2021 a 30/07/2021.

No eixo Jurídico foram realizados GTs para construção de parâmetros para indenização individual, no período de 01/10/2021 a 15/12/2021. A ATI realizou um Grupo de Trabalho com a DPU com o objetivo de organizar a comunidade para coleta de parâmetros para indenização individual. Neste mesmo eixo, foram realizadas as Declarações de IRPF 2021, no período de 30/01/2022 a 30/05/2022, com objetivo de auxiliar os indígenas quanto à obrigatoriedade da declaração de IR, pelo recebimento das indenizações no âmbito do processo da reparação emergencial. Foram realizados cursos jurídicos, no período de 22/02/2022 a 02/06/2022, com objetivo de ampliar as compreensões sobre os processos em andamento e as esferas da Justiça.

No eixo de Comunicação foi realizado o Plano de Comunicação, no período de 01/04/2021 a 01/05/2022, gerando vídeos e Cartilha policial. Foi realizado o Documentário do Sr. Gervásio e D. Antônia, no período de 01/05/2021 a 14/05/2022 e o Documentário Dona Eline, 01/06/2021 a ser lançado.

No eixo da Saúde foram realizados Relatórios individuais e coletivos sobre as condições de saúde, no período de 21/04/2021 até o momento presente, com detalhamento das condições de saúde e da prestação de serviços. Foram realizadas formações em saúde



indígena, no período de 12/04/2021 até o presente momento, com atividades educativas sobre a COVID-19; Formação de lideranças sobre o processo de reparação no âmbito da saúde; Mapa Falado sobre o território com as crianças. O fortalecimento do controle social, no período de 01/08/2021 até o presente momento, com objetivo de organização, auxílio na formulação do Regimento Interno e construção de documentos para garantia da participação no conselho municipal de saúde e no diálogo com os serviços.

No eixo Educação foi realizado Curso de Patxohã (língua materna), no período de 26/06/2021 - 09/11/2021, que teve por objetivo o ensino e a troca sobre a língua materna dos Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe na perspectiva do resgate linguístico. O curso foi ofertado apenas para indígenas Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe e teve como carga horária de 30 horas. Foram realizadas formações em práticas pedagógicas, no período de 16/07/2021 a 03/09/2021, com o Curso virtual de formação continuada de Práticas Pedagógicas interdisciplinares do ensino da língua Patxohã, com 20 horas.

No eixo Ambiental e Saúde foram realizadas Formação sobre as enchentes de 2022, no período de 30/01/2022 a 30/03/2022, com objetivo de produção de documentos sobre as enchentes e seus impactos na população indígena Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe. Formação para a comunidade sobre metais pesados e seus impactos.

INSEA - Atividades em realização

No eixo Comunicação estão sendo elaborados os Documentários da Aldeia Naô Xohã e Katurãma, com os respectivos prazos até novembro de 2022 e até agosto de 2022, com sessões de lançamento.

No eixo Ambiental está sendo elaborado o Manual de Etnoturismo da Aldeia Katurãma com prazo para execução até setembro de 2022.

No eixo Saúde, o acompanhamento das demandas, com relatórios sobre as condições e prestação de serviços serão executados até janeiro de 2023.

No eixo antropológico será realizado relatório sobre os Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe, cuja elaboração iniciou-se em 01/05/2021 e tem prazo para execução até 31/01/2022.

NACAB - LINHA DO TEMPO

POVOS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E PCTRAMAS NA REGIÃO 3

Por sua extensão e abrangência, a região 3, ao curso da calha do Rio Paraopeba, apresenta uma expressiva diversidade sociocultural contando com a presença de comunidades quilombolas, assim como outras expressões de Povos e Comunidades Tradicionais, Povos de terreiro e outras expressões religiosas afro-brasileiras.

Logo após ser homologada enquanto entidade de assessoria técnica independente da Região, o NACAB iniciou amplo processo participativo de construção de seu plano de trabalho, tendo como referência inicial de identificação e diálogo, nos municípios de abrangência, as 21 comissões organizadas com o auxílio das Instituições de Justiça.

Junto às comunidades quilombolas, auto identificadas na região, foi instituída a comissão de atingidos de Pontinha no município de Paraopeba e a comissão de atingidos de Beira Córrego e Retiro dos Moreiras no município de Fortuna de Minas. Frente a extensão e complexidade do território, evidenciou-se que outras comunidades e coletivos marcados pela tradicionalidade, territorialidade e etnicidade seriam causa de identificação e compreensão por meio da incidência do trabalho da assessoria técnica nos territórios, quando do início de sua atuação.

Junto às comissões inicialmente articuladas, o NACAB assumiu, em seu processo de elaboração do plano de trabalho, estratégia metodológica ancorada no diálogo intercultural e científico. De tal modo, foram agregadas diferentes ferramentas socioeducacionais e instrumentos participativos no delineamento de etapas cumulativas e complementares: i) mobilização e engajamento, escuta ativa/diagnósticos rápidos, ii) sistematização e reuniões de devolutiva e validação.

Para além de fornecer os subsídios estruturais de conformação do plano de trabalho da instituição, as atividades permitiram identificar, ainda que preliminarmente, elementos constitutivos da dimensão cultural - expressões do saber e do fazer- existente, primeiramente, nos territórios quilombolas se estendendo depois para os demais segmentos de PCTs.

No que tange às comunidades quilombolas as ações desenvolvidas aconteceram ainda, alinhadas a observância aos dispositivos presentes em sistemas legais nacionais e internacionais, de respeito à autonomia, autogoverno e livre determinação, os quais



grupos detentores dessas características possuem, seja em decorrência dos direitos culturais, seja proveniente dos direitos étnicos territoriais.

Na etapa intitulada de “*Campo de escuta*”, no campo de trabalho, a qual buscou cumprir um conjunto de objetivos desde a apresentação do papel da assessoria técnica, as comunidades puderam relatar livremente as diversas e múltiplas afetações sofridas. Além disso, sinalizaram sobre os parâmetros de mediação inicial no diálogo a ser mantido com o NACAB, manifestando a expectativa de que a assessoria atuasse na garantia e defesa de seus direitos, evidenciando, por sua vez, suas histórias e singularidades.

- No quilombo da Pontinha a atividade de *Campo de Escuta* aconteceu no dia 22 de julho de 2019, contando com a presença de 20 pessoas, entre lideranças da associação local e moradores.
- Já em Beira Córrego e Retiro dos Moreiras a atividade foi realizada no dia 24 de julho de 2019, com a presença de 11 pessoas. Além de todo o contexto e dimensões de danos que guardam similitude com outros grupos sociais e territorialidades na região, emergiu a realidade da formação de uma rede complexa de interações de risco e vulnerabilidade social por fatores já vivenciados, porém, potencializados pelas afetações diversas e interconexas sofridas. Implicando, entre outros, os modos e manejos das condições ambientais presentes no território, a relação entre o território e a reafirmação de identidade étnica, a cosmologia quilombola.

Em etapa posterior, após sistematização das informações levantadas, realizada pela equipe técnica, aconteceu a etapa denominada de “*Campo de devolutiva*”.

- Na comunidade da Pontinha a atividade aconteceu no dia 18 de agosto de 2019, com a presença de 08 lideranças locais.
- Em Beira Córrego e Retiro dos Moreiras a atividade foi realizada no dia 18 de agosto, contando com a presença de 18 pessoas. A etapa foi marcada pelo debate crítico com os representantes das comunidades sobre as propostas construídas pelo NACAB para o desenvolvimento do trabalho de assessoria técnica independente na região.

Importante destacar a aprovação das propostas apresentadas em votação unânime. Todo o processo foi registrado no plano de trabalho com destaque para a importância de serem asseguradas atividades multidisciplinares articuladas e em observância ao escopo sociojurídico de coletivos dotados de territorialidade e modos de vida tradicionais junto às comunidades e demais coletivos tradicionais.

Em abril de 2020, com a liberação de recursos e efetiva contratação das ATIs, se iniciou a fase prevista para as ações preparatórias focadas na estruturação das condições de trabalho, com a implantação das estruturas e recursos, a contratação de profissionais, num primeiro momento para composição das gerências, coordenadores de escritórios, elaboração de planos específicos.

Coube à Gerência de Socioeconomia e Cultura orientar o seu escopo de trabalho para que fossem observadas as especificidades dos processos socioculturais e interculturais que envolviam as diversas comunidades abarcadas pelo território, evidenciando e singularizando as comunidades e coletivos tradicionais.

Excepcionalmente, esse momento é marcado pela disseminação da pandemia causada pelo vírus COVID -19, impondo o desafio de readequação das dinâmicas de trabalho, com a adoção de novas práticas e recursos não presenciais no atendimento às demandas emergenciais das pessoas e famílias atingidas. A decisão de adaptar as atividades ao trabalho não presencial seguiu ordem judicial, com base em recomendações da Organização Mundial da Saúde e outras autoridades sanitárias.

Em meio a esse cenário, as ATIs recebem das IJs a tarefa de construir com a população atingida novos critérios para o acesso ao Auxílio Econômico Provisório em substituição ao Pagamento Emergencial, ora em vigor. São definidas como estratégias a realização de atividades remotas/ virtuais mediadas por técnicas metodológicas de DRP – Diagnóstico Rápido Participativo com abordagens e recursos da educação popular que permitissem o debate com ênfase no levantamento das múltiplas dimensões do comprometimento econômico, como: as perdas e ou diminuição da renda, bem como o aumento das despesas que as pessoas atingidas sofreram após o rompimento da barragem em Brumadinho.

Concomitantemente, é disponibilizado aos atingidos e atingidas um formulário de apresentação de demandas emergenciais, além da realização de constantes contatos



telefônicos com as lideranças para escuta e acolhida de suas demandas, bem como compreensão de violações sofridas e intensificadas.

Frente ao cenário limitante e desafiador para a realização das atividades de DRP, foi definida a execução de etapas: planejamento, encontros virtuais, sistematização e consolidação das informações, validação e entrega de documento, ocorridas ao longo dos meses de julho, agosto e setembro de 2020.

Como recursos de mobilização dos atingidos e atingidas, foram realizados contatos telefônicos, o envio de mensagens de texto e áudios por *Whatsapp*. As comunidades quilombolas foram contatadas por meio de suas lideranças e, embora enfrentando severas dificuldades de acesso à internet, participaram das reuniões realizadas por meio de videoconferências conjugadas, quando necessário, com chamadas telefônicas compartilhadas.

Durante a realização das atividades se intensificou, junto às referidas comunidades, a necessidade de serem visibilizadas e reconhecidas no processo como detentoras do direito ao recebimento do pagamento emergencial, negado a toda a comunidade da Pontinha e assegurado de forma irregular e pouco abrangente para as comunidades de Beira Córrego e Retiro dos Moreiras.

Em resposta às reivindicações apresentadas, o NACAB passou a atuar de forma assídua para garantir que as reivindicações pelo direito ao recebimento do Auxílio Econômico Provisório se consolidassem como uma pauta em constante debate junto às IJs e ao Comitê Metodológico Finalístico.

Após um período de intensificação das adversidades provocadas pela pandemia causada pela COVID-19 e reorganização da equipe do NACAB, ocorre a contratação dos primeiros analistas para composição das equipes de campo dos escritórios planejados na região. A seleção dos profissionais foi orientada, entre outros, pelo desafio de responder às especificidades locais, assim, foram contratados profissionais da área da antropologia de forma a assegurar o aprofundamento da fundamentação socioantropológica, necessária no diálogo e tratativas junto às comunidades e coletivos tradicionais em função de suas complexidades e particularidades.

GRUPO DE TRABALHO INTERGERENCIAL: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O avanço do trabalho de incidência da assessoria técnica em diálogo com os atingidos e atingidas e a necessidade de estabelecer as bases de recepção e cooperação dos estudos e pesquisas a serem realizadas junto às comunidades evidenciaram novos desafios. O processo de participação ampla e informada junto às comunidades quilombolas exigia a observância e respeito a protocolos próprios, seja numa perspectiva jurídica de assecuração de direitos, seja numa perspectiva socioantropológica de respeito à sua cosmologia, protagonismo e autonomia.

De tal modo, era salutar o NACAB garantir junto às comunidades processo de *Consulta livre Prévia Informada e de Boa Fé*, nos termos da Convenção 169 da OIT, em suas ações obedecendo às especificidades de um território quilombola. Por outro lado, o dinamismo do processo judicial nas tratativas da reparação exigia ágeis ações de mobilização e diálogo.

Em atenção a tais questões o NACAB instituiu o Grupo de Trabalho Intergenerencial Povos e Comunidades Tradicionais. O GTI, composto por profissionais de diversas áreas e coordenado pela Gerência de Socioeconomia e Cultura, se constituiu como o compromisso do NACAB de intensificar as ações no estabelecimento de um processo coparticipativo com as comunidades dotadas de tradicionalidade e etnicidade, orientado pelo princípio da autodeterminação, visando afirmar seus moradores enquanto sujeitos capazes de traçarem estratégias de defesa dos seus direitos, tomando decisões refletidas e determinantes em relação ao processo de reparação.

A equipe que compõe o GTI também é responsável por acompanhar as reuniões externas com a CAMF e as outras ATIs pertinentes à temática.

Em função dessa caminhada e do acúmulo advindo desse processo a ATI Paraopeba Nacab, avança na constituição da Assessoria PCTs, incorporando na estruturada ATI a figura do especialista com a função de estabelecer os marcos e diretrizes de atuação da ATI junto aos segmentos tradicionais.

Em julho de 2021 instituiu-se a Assessoria para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) tendo como finalidade a produção de diretrizes, estratégias e táticas que orientem



o trabalho da ATI junto aos vários segmentos étnico-raciais da R3 para garantia do direito a um processo de reparação justa e integral adequado aos modos de vida tradicionais ancestrais.

Tais diretrizes, estratégias e táticas, constantes do Plano de Ação e de Diretrizes para PCTs (PAD/PCTs), elaborado em novembro de 2021, visam, dentre outras coisas, apoiar a construção de metodologias de pesquisa e intervenção sociocultural, formação de recursos humanos e segmentos étnico-raciais, produção de relatórios, notas e pareceres técnicos, orientações aos profissionais para o trabalho de base comunitária, relações institucionais e outros trabalhos atinentes à estrutura gerencial, assegurando a transversalidade, intersetorialidade sistemáticas e articuladas das questões étnico-raciais junto aos atos das Assessorias da Matriz de Danos e de Mulheres e Juventudes, Gerências e Escritórios regionais da ATI para execução meio e finalística do projeto.

DIRETRIZES E METODOLOGIA DE TRABALHO

Inicialmente, o GTI se dedicou a traçar as estratégias e bases metodológicas de atuação junto aos territórios quilombolas. A abordagem socioantropológica é assumida como dinamizadora da prática metodológica do trabalho a ser desenvolvido, por permitir documentar, identificar genealogias, mapear campos de sentidos, como também encontrar o conjunto de significantes que as próprias pessoas dão às situações vividas, permitindo manifestar seus interesses.

Por sua vez, para que a *Consulta livre Prévia Informada e de Boa Fé* se torne um processo facilitado, coletivo e seguro, as comunidades tradicionais podem criar um instrumento com regras de como querem ser consultadas, um Protocolo de Consulta. Embora a pauta sobre a elaboração de Protocolos *de Consulta livre Prévia Informada e de Boa Fé* ainda não havia sido apresentada, a equipe técnica consultou as lideranças das comunidades sobre a estratégia e construção do instrumento.

Por conseguinte, o GTI se dedicou a traçar diretrizes para o início da construção de protocolos junto às comunidades. A aproximação deveria acontecer em respeito às suas especificidades com o estabelecimento de laços de confiança que permitissem acessar a essência dos territórios. Com a flexibilização dos protocolos de segurança sanitária em relação á COVID-19, abriu-se a possibilidade de realização de atividades

presenciais. Assim, outra importante diretriz para o trabalho foi a definição de incursões nos territórios quilombolas para o estabelecimento de uma escuta ativa.

A presença regular permitiu compreender a comunidade estando inserida nela, lidando com a percepção que os moradores têm de si ouvindo suas histórias, presenciando como diferentes atividades são desenvolvidas no cotidiano, apreendendo suas expressões culturais, os sentidos e sentimentos que possuem para com a comunidade.

Ademais, a presença no território propiciou o uso de diferentes ferramentas de levantamento de informações, em especial a observação etnográfica, resultando em registros pormenorizados que permitiram uma caracterização nas múltiplas dimensões de seus modos de vida e territorialidades, a produção de conhecimento a partir de percepções, afetos e sensações que são frutos do encontro com o campo.

Nas ações e atividades desenvolvidas para a construção dos protocolos deveriam ser observadas outras etapas, além da escuta ativa, como processos formativos que visibilizassem os saberes locais e suas multiplicidades, ampliando a participação e aprendizagem no estabelecimento dos acordos a comporem os protocolos.

As estratégias metodológicas deveriam ser adequadas às especificidades e temporalidades das comunidades nos territórios, assim, as ferramentas participativas foram construídas pelas equipes dos escritórios.

Transversalmente, todas as ações são orientadas tanto para que se garanta a informação ampla e abrangente a respeito das etapas do processo judicial em curso, quanto para a escuta ativa de impressões, dúvidas, análises e sugestões apresentadas pelas comunidades.

TRABALHOS COM O QUILOMBO DA PONTINHA EM PARAÓPEBA

A Comunidade Quilombola da Pontinha está localizada na zona rural do município de Paraopeba (MG). Com o início da pandemia, visando a proteção da comunidade, houve a suspensão dos trabalhos de campos presenciais. No entanto, o contexto acabou por prejudicar o acesso da comunidade às movimentações relativas ao processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da Barragem da Mina de Córrego de Feijão. A comunidade, com mais de 3.000 moradores, conta com poucos



pontos de acesso à internet e rede telefônica. Assim, a participação nas reuniões virtuais contou, apenas, com alguns representantes e lideranças.

Neste período, a equipe técnica do NACAB se esforçou para manter a comunicação com a comunidade através de *WhatsApp* e telefone e contou com o contato mais direto com as lideranças, que, por sua vez, comunicavam a comunidade sobre o processo. Após uma certa estabilização do contexto de pandemia, a criação de protocolos de segurança sanitária e ampliação da equipe técnica do NACAB, os trabalhos de campo presenciais e o contato mais direto com a comunidade foram retomados.

Foi necessário um período de mobilização da comunidade, contextualizando às pessoas sobre o papel da Assessoria Técnica, o porquê do trabalho remoto no contexto da pandemia afastamento presencial e a atual fase do processo naquele momento. Nesta época, já se falava sobre o acordo que viria a ser assinado no dia 04 de fevereiro de 2021.

As conversas com os quilombolas eram realizadas individualmente, na área externa das casas e as analistas de campo estavam providas com equipamentos de segurança como máscaras e álcool em gel.

LINHA DO TEMPO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Os trabalhos de campo realizados de forma sistemática pelo NACAB junto à Comunidade Quilombola de Pontinha tiveram início em novembro de 2020. Abaixo, listamos as atividades realizadas em ordem cronológica.

Novembro de 2020:

1^a) Mapeamento demandado pela Gerência de Socioeconomia e Cultura enquanto atividade de planejamento de campo. Consistiu no primeiro contato de analistas de campo com a comunidade. O território foi percorrido para reconhecimento de trajetos e vias de acesso à comunidade e identificação de lugares de referência, incluindo marcação de pontos georreferenciados e realização de fotografias. Foi observado receio e resistência por parte dos quilombolas em receber o NACAB.

2^a) No dia 28 de novembro, a Coordenação Geral do NACAB esteve presente em Pontinha para uma reunião visando a construção do “*Manifesto de atingidos contra o*

Acordo.” Somente 3 pessoas compareceram, decidiu-se, então, pela remarcação desta reunião para o dia 3 de dezembro.

Dezembro de 2020:

3ª) No dia 3 de dezembro, foi realizada nova reunião para construção do “Manifesto de atingidos contra o Acordo”. O quórum, novamente, foi de 3 pessoas, o que evidenciou uma indisposição ativa dos quilombolas em participarem das reuniões e espaços de diálogo propostos.

4ª) Realização de visitas às famílias e desenvolvimento de um trabalho de base em Pontinha. Esta atividade é descrita em detalhes no próximo item deste relatório. Foram realizadas visitas à Comunidade Quilombola da Pontinha nos dias 16, 17, 18, 19 e 21 de dezembro

Janeiro de 2021:

As atividades previstas para este mês foram suspensas em decorrência do agravamento da pandemia de Covid 19.

5ª) Nos dias 18 e 19 de janeiro, foram realizadas visitas a algumas famílias para justificar a ausência da equipe em campo.

6ª) 20 de janeiro, aplicação do questionário elaborado pela Gerência de Desenvolvimento Territorial e Agroecologia acerca do conhecimento de dois quilombolas sobre políticas públicas para agricultura.

7ª) 24 de janeiro, o mandato da Deputada Andrea de Jesus realizou reunião em Pontinha, que contou com a presença da Coordenação Geral do NACAB e Coordenação de Campo de Paraopeba.

Fevereiro de 2021:

8ª) Foram realizadas 7 oficinas para construção do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada da Comunidade Quilombola da Pontinha. As reuniões ocorreram nos dias 15, 16, 20, 22 e 25 de fevereiro. Esta atividade é descrita em detalhes no tópico Protocolo de Consulta.



9ª) No dia 17 de fevereiro, foi realizada uma reunião entre os quilombolas de Pontinha e a Federação Mineira das Comunidades Quilombolas N'Golo, com participação da Gerência de Socioeconomia e Cultura.

10ª) No dia 24 de fevereiro, a Associação Quilombola da Pontinha realizou uma assembleia para discussão e melhor compreensão dos termos do Acordo firmado entre Instituições de Justiça, Vale e Estado de Minas Gerais, a qual contou com a participação da Gerência Jurídica do NACAB.

Março de 2021:

As oficinas que seriam realizadas para construção do Protocolo de Consulta foram canceladas em decorrência do agravamento da pandemia de Covid-19 e da suspensão das atividades presenciais.

ATIVIDADES GERAIS

1. PRÉ-CAMPO DA GERÊNCIA DE SOCIOECONOMIA E CULTURA

As visitas a campo na Comunidade Quilombola da Pontinha, referente ao pré-campo da Gerência de Socioeconomia e Cultura, foram realizadas na semana de 09 a 13 de novembro de 2020. O campo ocorreu em resposta à demanda da Gerência de Socioeconomia, entendida como uma ação de pré-campo, ou seja, visitas que precederam uma segunda rodada de campo, a ser feita por consultoria a ser contratada, à coleta de dados socioeconômicos e censitários através da aplicação de formulário. O objetivo do pré-campo foi a coleta de percursos, pontos notórios e de referência da paisagem natural e, principalmente, construída, bem como a conferência e validação das edificações presentes nas áreas das Comissões de Atingidas e Atingidos.

A visita ao território da Comissão da Comunidade Quilombola de Pontinha teve início com uma breve reunião com os membros e membras da comunidade, articulada pela presidente da Associação Quilombola e contou com a presença da coordenadora e gerente geral da Gerência de Socioeconomia, bem como dos analistas de campo e coordenador do Escritório ATI-R3 Paraopeba. A reunião teve como objetivo uma apresentação geral do NACAB, da ação em cursos e o anúncio da ação subsequente, destinada à aplicação de questionário censitário da socioeconomia.

Para a efetivação do campo de mapeamento da Pontinha, contou-se com o apoio logístico das lideranças da comunidade que mobilizaram cerca 6 pessoas da Pontinha para participarem da reunião com o NACAB e também com o apoio do senhor Dão Zé, uma importante referência da comunidade que durante dois dias apresentou e guiou a equipe de analistas de campo pelos principais pontos e referência comunitária. Durante as atividades de mapeamento a equipe de campo enfrentou algumas dificuldades, como a recusa de algumas pessoas da comunidade em conceder informações sobre o mapeamento do território.

Após o mapeamento dos principais pontos de referência e locomoção da comunidade da Pontinha, foram construídos alguns mapas do território com a finalidade de orientar geograficamente os analistas do NACAB nas atividades de campo.

2. REUNIÕES SOBRE O ACORDO

As discussões acerca do acordo judicial celebrado entre o Estado de Minas Gerais, Instituições de Justiça e a Vale, ocorreram de forma online e presencial com a Comunidade Quilombola da Pontinha, de maneira a inserir a comunidade nas discussões e garantir a participação informada. Entretanto, é preciso salientar que as discussões online e presenciais sobre os termos do acordo tiveram pouca adesão, uma vez que o acesso à internet é restrito e instável em todo o território da Pontinha, além do fato do processo de discussão e construção do instrumento ter acontecido de forma célere e distante da compreensão dos e das atingidas.

As reuniões presenciais de discussão do acordo judicial ocorreram nos dias 28/11/2020 e 19/02/2021, a primeira reunião contou com a participação de 3 lideranças da Pontinha. Durante as discussões, os presentes manifestaram sua inconformidade com o processo, devido a desconsideração da identidade quilombola da Comunidade da Pontinha, apontando também a necessidade de ampliação do diálogo do NACAB com mais pessoas da comunidade.

A segunda reunião sobre o acordo ocorreu durante o processo de realização das oficinas do Protocolo de Consulta da Pontinha, teve o objetivo de apresentar e discutir com a comunidade seus termos, esta reunião contou com a participação de cerca de 70 pessoas da Pontinha. Durante a reunião foram apresentados os anexos do acordo, os prazos e os valores previstos, após a apresentação do NACAB os presentes manifestaram



muitas dúvidas sobre o processo de implementação dos termos do acordo e uma preocupação significativa com os projetos de regularização fundiária e inventariado do território da Pontinha previstas no acordo, tendo em vista o histórico de conflitos fundiários vividos pela comunidade.

3. TRABALHO DE BASE

A educação popular é o procedimento teórico-prático que busca empoderar e contribuir com a conscientização, formação e transformação de uma dada realidade. No contexto do atingimento, foi possível perceber durante as primeiras visitas na Comunidade Quilombola da Pontinha que muitas pessoas tinham compreensões e vivências distintas sobre as mudanças sofridas no cotidiano da comunidade com o atingimento e, muitas vezes não se percebiam como sujeitos de direitos à reparação integral.

Deste modo, através da educação popular, da escuta ativa e do diálogo direto com as pessoas da Pontinha, o trabalho de base objetivou informar e engajar a Comunidade Quilombola da Pontinha sobre os diferentes processos de atingimentos, seus direitos como cidadãos e quilombolas e o papel da ATI. Estabelecendo vínculo de confiança e engajamento das pessoas, nas atividades promovidas pelo NACAB no território.

As ações de trabalho de base têm caráter permanente e ocorreram de forma articulada com as atividades previstas em campo, como o mapeamento do território proposto pela Gerência de Socioeconomia e Cultura realizado no mês de novembro de 2020 e em momentos específicos nos meses de dezembro de 2020 e fevereiro 2021, utilizando como estratégia visitas nas casas e nos estabelecimentos comerciais localizados em diferentes pontos do território.

As visitas seguiram a metodologia “bola de neve” na qual pessoas e famílias visitadas indicam sua rede de familiares, vizinhos e amigos que receberão as próximas visitas. As primeiras visitas realizadas pelo NACAB na Pontinha, foram propostas pelas pessoas de referência que atuam diretamente na comissão de atingidos da Pontinha, considerando a indicação de que o trabalho a ser executado pela ATI na Pontinha deve envolver tempo, construção de laços de confiança e respeito aos modos de vida da comunidade.

Durante as visitas, estreitamos ou criamos laços com a Comunidade Quilombola de Pontinha, apresentando quem é o NACAB e qual seu papel e função no processo

judicial e na assessoria à comunidade. Informamos sobre a necessidade de pesquisas serem desenvolvidas em Pontinha para que os danos sofridos em decorrência do rompimento possam ser conhecidos, afirmando a importância da consulta prévia, livre e informada para que as mesmas possam vir a ser realizadas.

4. PROTOCOLO DE CONSULTA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA PONTINHA

A execução das atividades referentes à elaboração do Protocolo de Consulta e Consentimento Prévia, Livre e Informada na Comunidade Quilombola da Pontinha ocorreram durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021, envolvendo atividades de mobilização e preparação da comunidade para o recebimento das oficinas do Protocolo da Consulta; confecção de uma cartilha para a comunidade informando o que é o Protocolo de Consulta e a função da ATI; 7 oficinas de construção do Protocolo de Consulta da Pontinha, realizadas em diferentes pontos do território; uma entrevista semiestruturada com a presidente da Associação Quilombola da Pontinha; categorização, sistematização e análise das informações coletadas nas oficinas; produção vídeos dialógicos de comunicação e retorno das oficinas para a comunidade e escrita do produto.

Com entrega prevista do Protocolo de Consulta e Consentimento Prévia, Livre e Informada da Comunidade Quilombola da Pontinha no mês de maio de 2021. O Protocolo de Consulta da Pontinha é um documento, onde as e os quilombolas da Comunidade da Pontinha dizem: quem são; como a comunidade toma suas decisões; como querem ser consultadas(os) e informadas(os) sobre os assuntos que interessam diretamente e indiretamente a comunidade. É importante destacar que as oficinas de construção do Protocolo de Consulta da Pontinha, teve forte adesão da comunidade. Com participação ativa de muitas mulheres, jovens, crianças, idosos e pessoas de referência para a tomada de decisões coletivas. A escolha do local de realização das oficinas levou em consideração a indicação dos Pontinheiros, ocorrendo nos quintais das casas e em espaços de uso comunitário como o bar de Jota e o bar da Marilei. Respeitando os protocolos de segurança e prevenção a COVID-19 e as formas de organização e vivência da Pontinha, por esse motivo as oficinas ocorreram em diferentes horários e dias, conforme a indicação de cada coletividade participante das oficinas, como pode ser observado na Tabela de abaixo:



Quadro 20

Oficinas	Data	Horário	Nº de participantes ⁽¹⁾	Localidade
Lanchonete da Sabrine	15/02/21	17h	23	Rua 10/ Meio da rua
Casa da Lúcia e do Buteco	16/02/21	15h	21	Fundo da Manga
Casa da Normélia	20/02/21	9h	25	Rua 10/ Início da rua
Bar da Marilei	20/02/21	17h	17	Rua 02/ Entrada da Pontinha
Bar da Jota	22/02/2	17h	23	Alto/Fundo da Manga
Casa do Paulinho	25/02/21	17h	14	Lagoa da Lontra
Zizi	16/02/21	13h	1	Centrinho
Total de Participantes				124

A metodologia utilizada nas oficinas seguiu o princípio metodológico da escuta ativa e do diálogo direto, partindo de questões geradoras que abordaram os seguintes temas: organização comunitária; direito à cidadania e direitos quilombolas; o percurso do atingimento; o acordo entre Vale e o governo do Estado de MG. Após a primeira rodada de realização das oficinas na Pontinha, as atividades presenciais de construção do protocolo foram suspensas, devido ao agravamento dos casos de COVID-19 e substituídas pela produção de vídeos dialógicos, que buscaram retornar para a comunidade os principais temas e questões levantadas durante as oficinas.

Destaca-se que foram realizadas diversos diálogos e conversas com as referências da comissão informando as principais ações como o PTR, as pesquisas e ligação dos pontos de internet.

O TRABALHO COM OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO ESCRITÓRIO DE PARÁ DE MINAS

O trabalho mais direto com PCTs no escritório de Pará de Minas teve início com o mapeamento e identificação das comunidades quilombolas do território, e foi realizado a partir de registros acumulados em pesquisas anteriores realizadas pelo NACAB e em trabalhos de campo realizados pelos analistas. Como ponto central, existem as comunidades remanescentes de quilombo (CRQ), como as de Beira Córrego e Retiro dos Moreiras no município de Fortuna de Minas, e outras comunidades que foram heteroidentificadas pelos analistas.

1. PROTOCOLO DE CONSULTA

A construção do protocolo de consulta nas comunidades de Beira Córrego e Retiro dos Moreiras, únicas comunidades certificadas pela Fundação Palmares e autoreconhecidas no território, teve início a partir dos meses de outubro/novembro de 2020. Ainda, estabeleceu-se o GT de Povos e Comunidades Tradicionais do escritório de Pará de Minas, contando com uma equipe de analistas diversificada de diversas áreas de formação para constituir uma abordagem multidisciplinar do território.

Essa equipe desenvolveu a metodologia específica e planejou a realização do protocolo obedecendo às particularidades das comunidades, suas características sociodemográficas e a conjuntura das relações sociais locais.

O planejamento do protocolo foi realizado através de trabalhos de campo, com a realização de sete visitas domiciliares, uma oficina e aproximadamente vinte momentos de conversas com lideranças e outros membros das comunidades.

As visitas domiciliares foram utilizadas como abordagem em campo, por sugestão da liderança comunitária que avaliou que as oficinas ou assembleias poderiam oferecer riscos para os moradores no contexto da pandemia. Vale dizer que foi constatado em campo a omissão significativa do poder público na ausência de pesquisas (historiográficas, antropológicas e sociodemográficas) sobre a comunidade, o que gerou um vácuo de informações que poderiam fornecer dados mais aprofundados sobre Beira Córrego e Retiro dos Moreiras.

Nesse sentido, procurou-se suprir essa carência, no esforço de coletar e registrar as histórias e os relatos orais, especialmente entre as pessoas mais idosas (“os mais antigos”), detentores de conhecimentos ancestrais relativos à comunidade. Partindo



desses relatos foi possível construir junto à comunidade, uma breve história do local, com registro das principais famílias de ex-escravizados e trabalhadores negros que laboravam nas fazendas da região e constituíram seu agrupamento aonde atualmente ocupam.

Essa foi a primeira etapa da construção do protocolo, que subsidiaria a segunda etapa de constituição dos princípios organizativos da comunidade os quais dariam corpo às diretrizes de consulta. Deu-se início ao planejamento da segunda etapa que constaria de oficinas com a comunidade e posteriormente a escrita e validação do protocolo, mas o agravamento da pandemia de COVID-19 impediu o desenvolvimento dessa etapa.

A pandemia afetou sobremaneira essas comunidades por terem um perfil etário composto por pessoas mais idosas e, portanto, mais vulneráveis à doença. Por esse motivo, a liderança quilombola local pediu a suspensão de várias atividades de campo relacionadas à construção do protocolo e a falta generalizada de acesso à internet impediu a realização de reuniões online. Toda a discussão sobre o protocolo se deu com a liderança quilombola local legitimada pela comunidade, e, cujo protagonismo foi sempre reiterado e defendido pelos analistas.

De todo modo, destacamos que a atenção aos ditames da Convenção nº169 da OIT, bem como o exemplo da construção de outros protocolos de consulta de comunidades tradicionais, guiaram nosso trabalho em campo, que prezou pelo cuidado, pela atenção e pelo respeito aos tempos e dinâmicas da própria comunidade.

2.LEI ALDIR BLANC

No intuito de promover a construção de conhecimento coletivo junto às comunidades quilombolas para que pudessem participar dos processos de luta por direitos de forma qualificada e com consciência ampla de sua realidade e suas reivindicações, em dezembro de 2020, os analistas do escritório de Pará de Minas envolvidos nos trabalhos com os PCTs participaram da construção de uma proposta de credenciamento das comunidades de Beira Córrego e Retiro dos Moreiras para a Lei Aldir Blanc. Essa proposta foi feita num esforço conjunto entre os analistas, a comunidade e o então subsecretário de Cultura do município de Fortuna de Minas. O projeto foi aprovado e o credenciamento das comunidades foi concedido pelo IEPHA/MG.

A lei credencia as comunidades, legitimando a autoridade das lideranças locais sobre suas comunidades e a certificação frente ao IEPHA/MG de sua posição enquanto comunidade tradicional. O credenciamento facilita a participação da comunidade em outras chamadas públicas e abre caminho para que possa demandar seus direitos como comunidade remanescente de quilombo. A aprovação também garantiu um recurso de R\$7.000,00 para a realização de obras comunitárias, e foi escolhida a reforma do cemitério de Retiro dos Moreiras, em que foram sepultados os primeiros moradores da comunidade. Além de ser um sítio central para a comunidade, esse cemitério apresenta inscrições que datam do séc. XIX e mostra indícios de ser um patrimônio histórico o qual vem sendo desgastado pelo tempo e pelo descaso público.

3. ATIVIDADES GERAIS

A equipe também realizou com a comunidade diversas atividades relacionadas às ações ordinárias do escritório de Pará de Minas, concernentes à reparação dos danos de forma geral. Foram realizadas oficinas para a formulação do Manifesto em relação ao acordo; mobilizações para a participação da comunidade em lives e reuniões virtuais com as IJs; realização de pesquisas diagnósticas por telefone; entre outras.

4. LINHA DO TEMPO DAS ATIVIDADES DE CAMPO REALIZADAS BEIRA CÓRREGO E RETIRO DOS MOREIRAS

Os trabalhos de campo e contatos com as Comunidades Remanescentes de Quilombos Beira Córrego e Retiro dos Moreiras realizados pela atual equipe de analistas direcionados para o trabalho com PCTs do escritório de Pará de Minas estão descritos abaixo:

Novembro de 2020:

1ª) Nos dias 13 e 19 de novembro foram realizados mapeamento demandado pela Gerência de Socioeconomia e Cultura enquanto atividade preliminar de campo. Assim como em Pontinha, estas atividades em Beira Córrego e Retiro dos Moreiras consistiram nos primeiros contatos da atual equipe de analistas de campo do escritório de Pará de Minas dedicados para o trabalho com PCTs com as comunidades. O objetivo das atividades de campo estava relacionado ao reconhecimento do território a partir de contatos com lideranças, identificação de pontos de referências, vias de acesso, espaços



para atividades coletivas, comércios, escolas, associações, igrejas, praças, dentre outros. Ocorreu o reconhecimento de lugares de referência e a marcação de pontos georreferenciados bem como fotografias e relatórios de visitas.

Dezembro de 2020:

2^a) Em 14 de dezembro, foi feito o contato com a liderança quilombola das comunidades, para a construção do projeto de credenciamento para o edital estadual da Lei Aldir Blanc.

3^a) A partir de 22 de dezembro e com o intuito de respeitar as determinações estabelecidas na Convenção nº169 da OIT que estabelece o direito à consulta livre, prévia e informada, demos início à construção do protocolo de consulta nas comunidades de Beira Córrego e Retiro dos Moreiras.

Janeiro de 2021:

4^a) Em janeiro de 2021 os analistas trabalharam na elaboração da Nota Técnica ATI-R3 001/2021, que foi enviada à DPU, contendo: apresentação da comunidade; demandas e problemas de políticas públicas; demandas relativas à comunidade enquanto PCT.

5^a) A partir do dia 04 de janeiro as atividades de campo previstas para o mês de janeiro foram suspensas em decorrência do agravamento da pandemia de COVID - 19, conforme circular interna do NACAB.

6^a) Em 28 de dezembro e com o retorno das atividades de campo, foi realizada uma oficina de construção do Protocolo de Consulta e de levantamento de informações para composição de Nota Técnica para DPU em Beira Córrego com a presença de uma maioria de pessoas que são produtores rurais não-quilombolas. A equipe, após realizar a identificação das lideranças (os mais velhos), começou o debate sobre como são tomadas as decisões importantes nas duas comunidades. A equipe também identificou em campo a falta de regularização das terras, que em sua maioria tem características de terras devolutas.

7^a) Em 29 de Janeiro ocorreram visitas domiciliares da equipe em Retiro dos Moreiras com uma das lideranças e o assunto tratado foi o Protocolo de Consulta e Nota

Técnica em três residências de pessoas que são consideradas importantes referências antigas quilombolas.

Fevereiro de 2021:

8ª) Em 12 de Fevereiro a comunidade Retiro dos Moreiras vetou a visita da Federação Quilombola N'Golo e da deputada Andreia de Jesus, proposta para o dia 16 de fevereiro. A justificativa se deu em razão da pandemia do COVID-19 e das celebrações da Quarta-Feira de Cinzas. Não houve sugestão por parte das comunidades Beira Córrego e Retiro dos Moreiras de nova data para a visita.

9ª) Em 22 de fevereiro ocorreu a conclusão e encaminhamento da Nota Técnica 01/2021. Os pontos principais abordados foram: caracterização das comunidades quilombolas; principais efeitos e danos do rompimento; auxílio emergencial e transferência de renda; diagnóstico de políticas públicas; Direito à Consulta Prévia, Livre e Informada;

10ª) Em 25 de fevereiro ocorreu uma reunião das pessoas atingidas da Região 3 com as IJ's.

Março de 2021:

As visitas às comunidades remanescentes de quilombos Beira Córrego e Retiro dos Moreiras que seriam realizadas para continuidade da construção do Protocolo de Consulta foram canceladas em decorrência do agravamento da pandemia de COVID-19 e da suspensão das atividades presenciais.

11ª) Em 09 de março ocorreu a visita da equipe de analistas em Retiro dos Moreiras para realizar diálogos sobre a realização de oficinas sobre prazos e os anexos do acordo exclusivamente com as comunidades quilombolas (com o objetivo de dar um tratamento diferenciado ao grupo, tendo em vista os conflitos de representatividade na comunidade_Retiro dos Moreiras. Aguardamos o retorno da comunidade com a disponibilidade de data para as semanas seguintes.

12ª) Em 11 de março ocorreu a suspensão das atividades de campo presenciais conforme orientação de circular interna do NACAB.



13ª) Em 12 de março ocorreram tentativas frustradas de contato com a liderança de Beira Córrego. O objetivo dos contatos era enviar o convite para a Live “Programa de transferência de renda - Explicações iniciais” que ocorreu no dia 13/02/2021.

14ª) Em 15 de março foram aplicados questionários sobre cadeias produtivas para a Gerência de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial com alguns moradores da região.

15ª) De 15 a 20 de março ocorreram tentativas frustradas de contato com liderança de Retiro dos Moreiras para tratar de assuntos sobre: organização da oficina com quilombolas sobre o acordo, instalação do modem de internet na comunidade de Retiro dos Moreiras e aplicação de questionário sobre cadeias produtivas para a Gerência de Agroecologia e Desenvolvimento territorial.

16ª) Em 30 de março ocorreram tentativas frustradas de obter respostas da comunidade Beira Córrego sobre o interesse em participar das reuniões sobre os anexos do acordo firmado entre Vale, Governo do Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça. Tal anexo aborda temáticas sobre proposições de projetos sobre políticas públicas nos territórios das comunidades para serem encaminhados para a Vale e IJs e a proposição de reuniões específicas para as pessoas das comunidades remanescentes de quilombos.

Abril de 2021:

17ª) Em 6 e 7 de abril ocorreram tentativas frustradas de obter resposta da liderança quilombola de Beira Córrego sobre o interesse em um repasse sobre as reuniões realizadas com todas as comissões da Região 3 sobre o anexo 1.3 que ocorreram nas semanas anteriores. Foi informado sobre a disponibilidade do GT PCT do escritório de Pará de Minas em realizar reuniões de modo específico com a presença de quilombolas conforme conversas anteriores presenciais.

18ª) Em abril demos continuidade às reuniões semanais de articulação com as outras ATIs em um espaço proposto pela CAMF. Nele, debatemos sobre como os PCTs seriam abordados no anexo 1.2 e nos demais anexos do acordo.

- Reuniões anexo 1.3
- Preparação TR - Cenarab

Maio de 2021:

18º) Reuniões preparatórias com a Confluência.

- Debates com a CAMF sobre como assegurar os direitos dos PCTs durante o processo de reparação integral e sobre como se dará as suas entradas no PTR e outros anexos.

Junho 2021:

- Reuniões com as comunidades dos Rosas e Pindaíbas para identificação de tradições. Nessa reunião virtual a equipe apresentou inicialmente o que são povos e comunidades tradicionais, apresentou os direitos específicos e ouviu os participantes contarem um pouco da história da origem das comunidades.
- Preparação para a formação sobre PCTs e PCTRAMA para a ATI.
- Formação PTCs e PCTRAMA da região 3.

Julho 2021:

- Reuniões preparatórias com a Confluência para apresentação do território e contextualização dos PCTs na região do escritório de Pará de Minas.
 - Reuniões com a CAMF de construção do seminário sobre PCTs e PCTRAMA e seus direitos no acordo judicial.
 - No dia 23 de julho realizamos uma reunião com os quilombolas da comunidade de Retiro dos Moreiras. A reunião teve presença da coordenação geral, fizemos a devolutiva da validação das poligonais e dialogamos sobre algumas características do acordo. Essa reunião marcou a retomada do diálogo da comunidade com o NACAB.
 - No final do mês de julho a Confluência concluiu os trabalhos de caracterização nas comunidades dos Rosas e na comunidade de Pindaíbas

PRODUÇÃO DE NOTAS TÉCNICAS E MOBILIZAÇÕES GERAIS

Janeiro e Fevereiro de 2021:



Os analistas locais e equipe componente do GTI de Povos e Comunidades Tradicionais trabalharam na elaboração da Nota Técnica ATI-R3 001/2021, enviada à DPU, apresentando as demandas afetas aos povos e comunidades tradicionais da região 3, com ênfase nas comunidades quilombolas. O documento teve como eixos principais a caracterização das comunidades quilombolas; a descrição dos principais efeitos e danos do rompimento; a necessidade de inserção das comunidades no recebimento do pagamento emergencial e no Programa de Transferência de Renda; a apresentação do diagnóstico de políticas públicas e a defesa do Direito à Consulta Prévia, Livre e Informada. Por fim, o documento sugeriu uma série de ações à DPU, no tocante à garantia e reafirmação de direitos étnicos e territoriais das comunidades quilombolas, os quais poderiam auxiliar na efetivação de uma reparação justa e integral.

Para tanto, as equipes locais coletaram dados e informações em campo, utilizaram dados secundários e realizaram novas visitas domiciliares visando o aprofundamento em alguns pontos específicos, dialogando com as comunidades quilombolas sobre sua história, mas também sobre as principais demandas. Este processo possibilitou uma troca rica de (auto-)percepções sobre o território, o reavivamento de memórias e a ampliação de horizontes de sentido.

No contexto de elaboração participativa da nota técnica, restou evidente a cumulatividade das graves violações de direitos perpetrados em desfavor das comunidades historicamente e agravadas após o rompimento.

No contexto de elaboração participativa da nota técnica, restou evidente a cumulatividade das graves violações de direitos perpetrados em desfavor das comunidades historicamente e agravadas após o rompimento.

Agosto de 2021

Produção de relatório técnico descrevendo a situação vivenciada pelo Povo Indígena Pataxó HãHãHãe, no território Kamakã Grayra, na localidade da Fazenda Santa Tereza, pertencente a Fundação Educacional Caio Martins – FUCAM, no município de Esmeraldas/MG, no mês de agosto de 2021, em atendimento a solicitação feita ao Núcleo de Assessoria aos Atingidos por Barragens-NACAB, através do Ofício nº 2824/2021/MPF/FT-Brumadinho sobre o Inquérito Civil nº 1.22.000.001047/2019-96, encaminhado pelo Ministério Público Federal-MPF, solicitando parecer indicando as

observações e conclusões da assessoria técnica quanto à identificação do território indígena Kamakã Grayra como território atingido, permitindo-se registrar a eventual necessidade de medidas de reparação.

Frente a esta demanda, o NACAB iniciou no mês de junho de 2020, as tratativas de diálogo com a cacique desta aldeia, Marinalva Maria de Jesus, para dar início ao trabalho de campo, sendo agendados encontros para levantamento das informações a respeito do grupo e da situação vivenciada, através de agendas específicas por telefone ou de forma presencial com as lideranças indígenas, respeitada as normas de segurança e proteção no contexto da pandemia da COVID - 19. Para tanto, a equipe técnica do NACAB utilizou o método de “escuta ativa” ou “escuta sensível” associado a metodologias de pesquisas sociais participativas.

Durante a visita e o diálogo com a Cacique Marinalva e com outros membros da aldeia, foram levantados dados do histórico e motivações do grupo para constituição deste território, o período de ocupação da Fazenda Santa Tereza (FUCAM) - Caio Martins/Esmeraldas, os desdobramentos do conflito fundiário, a relação com a região e o Rio Paraopeba e os danos vivenciados decorrentes do pós rompimento da Barragem da Mineradora Vale em Córrego do Feijão em Brumadinho em 25 de janeiro de 2019. Também foram abordados os desafios atuais e perspectivas de futuro continuidade do projeto de vida deste povo indígena aqui relatados.

ENCONTRO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Setembro de 2021

Realização do I ENCONTRO do Segmento de Povos e Comunidades Tradicionais de Tradição Religiosa de Matriz Africana (PCTRAMAs) da ATI Paraopeba da região 3, ocorrido nos dias 24 e 25 de setembro de 2021. Promovido pelo NACAB em parceria com o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileiro (CENARAB) no âmbito das ações do Pano de Trabalho/Contrato nº 005/2021, de 25 de maio de 2021, que como objeto a Contratação de pessoa jurídica para executar os serviços de consultoria junto ao NACAB envolvendo o mapeamento, a identificação e caracterização dos danos às comunidades de Matriz Africana na Região 3 da Bacia do Rio Paraopeba, o I Encontro contou com a participação de 40 lideranças dos coletivos de PCTRAMAS: Terreiros de Umbanda e Candomblé, Folias de Reis e Catitas, Congados, Rezadeiras e Benzedeiras.



Teve como objetivo o mapeamento, a identificação e caracterização e qualificação dos danos às comunidades de Matriz Africana na Região 3 da Bacia do Rio Paraopeba.

- Novembro de 2021

Contrato nº 010/2021, celebrado entre o NACAB e HEDIO SILVA JUNIOR, ADVOGADOS ASSOCIADOS, que teve por objeto, nos termos da CLÁUSULA PRIMEIRA - Contratação de parecerista jurídico reconhecido pelo seu trabalho com Povos e Comunidades Tradicionais de Religiões de Matriz Africana, com experiência não só em estudos jurídicos, mas também de destacada atuação prática, que apresentará, dentre outros, fundamentos por meio dos quais será possível identificar os danos imateriais ocasionados pelo rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da mina Córrego do Feijão da empresa Vale S.A. A elaboração do parecer deu-se por meio da revisão de bibliografia, dos posicionamentos jurisprudenciais, bem como da análise dos dados primários, secundários e relatórios produzidos pelo CENARAB. O referido produto foi entregue pelo contratado e aprovado pelo contratante em 12 de abril de 2022.

- Maio de 2022

1. Realização do I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) da região 3 da bacia do rio Paraopeba foi realizado no dia 14 de maio de 2022, no campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV) no município de Florestal/MG, contou com mais de 100 lideranças dos segmentos de PCTs: Terreiros de Candomblé e Umbanda, Folias de Reis, Congados, Quilombolas, Povos Indígenas, Povos Ciganos, Comunidades de Pesca Artesanal, Comunidades Extrativistas, etc., e teve como objetivo estabelecer um diálogo aberto, e ao mesmo tempo, prestar informações sobre o processo de reparação e o Acordo Judicial, celebrado entre o Governo do Estado de Minas Gerais, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual com a empresa Vale S.A, que visa reparar os danos e demais afetações oriundos do desastre crime ocorrido com o vazamento das barragens de rejeitos de mineração de propriedade da referida empresa.

2. Realização do Reunião com PCTRAMAS de Paraopeba e Caetanópolis, dia 31 de maio de 2022, para a contextualização do processo de reparação e alinhamento sobre o acordo, seus principais anexos, o mapeamento de danos e processo judicial, além da escuta das principais demandas e dúvidas. A atividade contou com a participação de 25 pessoas dos segmentos de Terreiros de Umbanda.

- Junho de 2022

1. Realização do ÈGBÉ Parte de Nós - II Encontro Nacional de Povos de Terreiro, ocorrido entre os dias 02 e 05 de junho de 2022, em parceria com o CENARAB, com indicação e apoio a lideranças dos segmentos de PCTRAMAS da R3 para participação no referido evento que se apresentou como um espaço de construção de unidade no processo de resistência e luta em defesa dos direitos, liberdade e modos de vida dos povos e comunidades de religião de matrizes africanas. O evento debateu em sua programação o racismo ambiental como estruturante das desigualdades, crimes e injustiças socioambientais, que revela sua face cruel no massacre aos povos originários, população negra e comunidades tradicionais, com poluição das águas dos rios, mares, devastação das florestas, biomas, fauna etc. Os rompimentos de barragens de mineração, como ocorreram na bacia do Rio Doce e do Rio Paraopeba, se configuram crimes de racismo ambiental atingindo populações de maioria negra e indígenas. O estudo “Diagnóstico populacional e socioeconômico dos municípios da Região 3” realizado pelo Núcleo de Assessoria Técnica as Comunidades Atingidas por Barragem - NACAB, com populações atingidas pelo crime socioambiental de Brumadinho, em alguns municípios da bacia do rio Paraopeba, observou que 64,11% das pessoas atingidas dessa região se autodeclaram negras.

A atividade “O Impacto do Crime ambiental de Brumadinho e os PCTRAMA”, que integrou o ÈGBÉ Parte de Nós - II Encontro Nacional de Povos de Terreiro, teve como um dos objetivos principais proporcionar um espaço de reflexão, diálogo e articulação para pensar ações e estratégias de reparação integral e histórica dos danos oriundos do crime de racismo ambiental que ocorreu em



Brumadinho e que estão sendo vivenciados pelos Povos e Comunidades Tradicionais de Religião de Matriz Africana.

A oficina partiu da compreensão da existência de danos coletivos e individuais para povos e comunidades tradicionais de religião de matriz africana provocados pelo crime de racismo ambiental de Brumadinho de responsabilidade da mineradora Vale S.A. Com finalidade de construir o presente documento com propostas dos participantes da oficina para subsidiar o processo de reparação integral, aliado a reparação histórica para os povos de axé/matrizes africanas, pois os danos e desigualdades socioambientais para esses povos são históricos.

A Oficina trabalhou com a Metodologia "Baobá – Caminhos para Reparação", discutindo alguns temas relevantes para pensar o contexto do crime de Brumadinho e os processos de reparação integral/histórica para os Povos e Comunidades Tradicionais de Matrizes Africanas, debatendo sobre a importância da Natureza e Meio Ambiente para os povos de terreiro; e sobre Reparação Integral, Danos Materiais Imateriais (Coletivos e Individuais) para esses segmentos. A partir do desenho de uma árvore, trazendo o simbolismo de que todas as árvores são sagradas para o povo de axé, assim como toda natureza, estruturou-se a proposta de desenhar um baobá em que o Tronco representa o problema e suas causas (Racismo ambiental/Crime de Brumadinho), as folhas representam os danos e perdas causados pelo desastre-crime, e as raízes, simbolizando a relação com as raízes ancestrais, representa os caminhos e as propostas de reparação/indenização para os danos e perdas provocados pelos crimes de racismo ambiental.

LISTA DE PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO PRODUZIDOS PELO NACAB SOBRE O TEMA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Quadro 21

Materiais de Comunicação		
Data	Produto	Evidência
Março de 2021	Boletim digital "Mobilização" - Título:	https://nacab.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Mobilizacao-2.pdf

	Comunidades tradicionais atingidas	
19 de fevereiro de 2021	Matérias publicadas no site - Título: Comunidades tradicionais e Nacab discutem reparação de danos	https://nacab.org.br/comunidades-tradicionais-e-nacab-discutem-reparacao-de-danos/
28 de junho de 2021	Título: Pesquisas com comunidades e coletivos tradicionais da Região 3 do Paraopeba	https://nacab.org.br/pesquisas-com-comunidades-e-coletivos-tradicionais-da-regiao-3-do-paraopeba
1º de julho de 2021	Título: Nacab realiza estudo de caracterização das comunidades e coletivos tradicionais da região 3	https://nacab.org.br/nacab-realiza-estudo-de-caracterizacao-das-comunidades-e-coletivos-tradicionais-da-regiao-3/
16 de julho de 2021	Título: Comunidades e grupos tradicionais em foco	https://nacab.org.br/comunidades-e-grupos-tradicionais-em-foco/
26 de julho de 2021	Título: Identificação de danos em povos de religiões de matriz africana	https://nacab.org.br/identificacao-de-danos-em-povos-de-religoes-de-matriz-africana/
29 de setembro de 2021	Título: Reparação para os povos de tradição de matriz africana	https://nacab.org.br/reparacao-para-os-povos-de-tradicoes-de-matriz-africana/
18 de maio de 2022	Título: Nacab promove I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais da Região 3	https://nacab.org.br/nacab-promove-i-encontro-de-povos-e-comunidades-tradicionais-da-regiao-3/



1º de julho de 2021	Vídeos - Título: [Minuto Nacab] Pesquisa com comunidades e coletivos tradicionais da Região 3 do Paraopeba	https://youtu.be/BRa8UZ2ioFo
16 de julho de 2021	Título: Comunidades e grupos tradicionais em foco	https://youtu.be/9j_1rhdANxs
26 de julho de 2021	Título: Makota Celinha fala sobre identificação dos danos sofridos por povos de religiões de matriz africana	https://youtu.be/IfvjJACAMnk
18 de maio de 2022	Título: Nacab promove I Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais da Região 3	https://youtu.be/eauVPT75Jlw
28 de abril de 2022	Assessoria de imprensa - Veículo: TV ALMG	https://youtu.be/m0C_7JhGZhI
4 de junho de 2022	Veículo: TV Band Minas	https://youtu.be/9zM9wzneE1o

As ações e diretrizes assumidas pelo NACAB junto às comunidades e povos tradicionais evidenciam o contexto complexo e desafiador que envolvem as realidades das mesmas, contudo, denotam o compromisso da instituição no enfrentamento dos limites e desafios impostos pelo atual contexto para garantir um processo qualificado de informação e formação. Sustentado em um processo educativo elaborado e construído, em meio às análises conjuntas, conversas, críticas e reelaborações, inicialmente

estimulado por ações metodológicas aplicadas pela equipe de assessoria técnica, mas comprometidos com a autonomia dos sujeitos.

As atividades propostas e realizadas até o momento, buscam instituir processos de informação reflexiva e engajada, sensibilização e a construção de espaços políticos-educativos de formação cidadã, de diálogos colaborativos, com a internalização das questões multifocais de forma a subsidiar tomadas de decisão referentes ao processo de reparação.

INSTITUTO GUAICUY

ATUAÇÃO DO JUNTO AOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O presente item é dividido em 3 momentos. No primeiro, há a descrição do amadurecimento do processo de atuação do IG junto aos PCTs em seus territórios. Em seguida, no segundo momento, há a descrição, de forma minuciosa, dos trabalhos realizados pelo IG junto a três segmentos tradicionais: Povo Indígena Kaxixó (A4 e A5), Comunidade Quilombola de Saco Barreiro (A4) e comunidades de pescadores artesanais e ribeirinhos (A4 e A5). Ao final, no terceiro momento, os produtos relativos aos variados segmentos de PCTs produzidos pelo IG foram dispostos em tabelas, incluindo todo o material de comunicação.

I. O processo de amadurecimento de atuação do Instituto Guaicuy junto aos PCTS

No início dos trabalhos de assessoria técnica independente, prestados pelo Instituto Guaicuy (IG), em junho de 2020, ainda não havia uma definição precisa de como se daria a atuação do IG junto aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTS), no âmbito do processo judicial, mais especificamente, se o trabalho se limitaria aos PCTS certificados, se seria possível a heteroidentificação por parte da ATI e de que modo os direitos específicos desses povos seriam garantidos no processo de reparação. Ademais, nos mapeamentos iniciais feitos pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) do Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG) não havia identificação de segmentos tradicionais presentes nos territórios da A4 e A5.



Não obstante todo esse contexto de incertezas, havia a compreensão interna, até mesmo pelas experiências pretéritas de atuações do IG em crimes socioambientais, de que se havia PCTs nos territórios, haveria danos específicos e formas específicas de se trabalhar junto à essas comunidades, respeitando a ancestralidade, a tradicionalidade, os modos de vida e os conhecimentos tradicionais, bem como o direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé.

Foi nesse contexto que em agosto de 2020 foi instituído o *Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais*, o qual realizou o levantamento, sistematização de dados e conduziu as discussões iniciais concernentes aos PCTs, internamente. Com o desenvolvimento dos trabalhos, foram realizados campos de reconhecimento territorial e mapeadas novas comunidades de atuação do IG, como o Povo Kaxixó, o Quilombo de Saco Barreiro e inúmeras comunidades de pescadores artesanais e ribeirinhos.

Atualmente, com o amadurecimento interno do Instituto Guaicuy sobre a temática dos PCTs e demais grupos sociais específicos, concluiu-se pela instituição, em novembro de 2021, do *Grupo de Trabalho Especificidades¹*, dividido em 6 frentes de atuação: Frente de Povos e Comunidades Tradicionais, Frente Pescadores, Frente População Negra, Frente Mulheres, Frente Infâncias e Juventudes e Frente Idosos.

II. Atuação do Instituto Guaicuy para garantir o direito à especificidade dos segmentos tradicionais nos territórios 4 e 5

Feitas essas considerações, o IG apresenta as ações já realizadas no tocante à garantia do respeito às especificidades, por cada um dos segmentos tradicionais presentes no território.

1. Povo Indígena Kaxixó

Relativamente ao Povo Indígena Kaxixó, localizado em Martinho Campos (Região 5) e em Pompéu (Região 4), os trabalhos da Assessoria Técnica Independente Paraopeba do Instituto Guaicuy (IG) remontam à sua própria instituição. É que, quando

¹ Espaço multidisciplinar e horizontal para discussão e planejamento de ações voltadas ao atendimento deste público.

eleito para prestar assessoria técnica independente nas chamadas Regiões 4 e 5, o Guaicuy não tinha indicada a presença de povos indígenas. Foi em meio ao trabalho de reconhecimento territorial em dezembro de 2020 que o Povo Kaxixó se apresentou como povo atingido, podendo a atuação da equipe multidisciplinar do Guaicuy ser resumida em três importantes etapas, duas desenvolvidas e uma em desenvolvimento, a saber:

1. com a instituição da assessoria técnica independente, reconhecimento territorial, levantamento da existência de povo indígena no território e realização dos primeiros contatos remotos²;
2. realização do primeiro contato presencial com autorreconhecimento do Povo Kaxixó como povo atingido e trabalhos consequentes do autorreconhecimento junto ao Povo Kaxixó, instituições de justiça (IJs) e demais atores do processo judicial de reparação; e,
3. sinalização de concordância, por parte do Ministério Público Federal (MPF)³, com a manifestação de interesse do Povo Kaxixó em ter o Guaicuy como sua assessoria técnica independente e solicitação ao Guaicuy de inclusão do assessoramento ao Povo Kaxixó em seu plano de trabalho, prosseguimento dos trabalhos consequentes do autorreconhecimento e trabalhos consequentes do hetero reconhecimento do Povo Kaxixó como povo atingido.

1.1. O início dos trabalhos do IG junto ao Povo Kaxixó

Pois bem; antes de se adentrar na pormenorização da atuação do Guaicuy em cada uma das etapas e, mais especificamente, no relatório das ações já realizadas no tocante à garantia do respeito às especificidades do Povo Kaxixó e planejamento e cronograma para continuidade da efetivação do direito à consulta livre, prévia e informada a partir do protocolo de consulta já elaborado, importante destacar a grandiosidade de extensão e

² Após o primeiro contato, vale mencionar que os demais contatos iniciais foram remotos, isto é, por chamada de voz, chamada de vídeo, troca de mensagens e etc., tendo em vista as medidas de enfrentamento à situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (pandemia de COVID-19) dispostas, na República Federativa do Brasil, na Lei nº 13.979/2020. Atualmente, quando não é possível realizar reunião ou contato presencial, é realizada reunião ou contato remoto.

³ Tal sinalização ocorreu por intermédio do “Ofício no 5713/2021/MPF/FT- Brumadinho”, encaminhado pela chamada Força-Tarefa Brumadinho da Procuradoria da República do Ministério Público Federal em Minas Gerais.



complexidade territorial das Regiões 4 e 5. Nesse sentido, o Povo Kaxixó não foi preliminarmente mapeado pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (CIMOS/MP-MG) e indicado ao Guaicuy, pelo que não restou incluído em seu primeiro plano de trabalho, e também não participou das ações que ocasionaram a sua eleição como assessoria técnica independente nas mencionadas regiões. Por outro lado, considerando-se a complexidade territorial, inconcussa a gravíssima condição de atingido do Povo Kaxixó, povo que não vive às margens do Rio Paraopeba e sim do Rio Pará, seu paralelo, o que legitima o trabalho do Guaicuy e a inserção sem ressalvas do Povo Kaxixó no âmbito do processo judicial de reparação.

Não obstante tais aspectos acerca das regiões assessoradas pelo Guaicuy e observado ainda o fato de o Povo Kaxixó ter o seu território localizado em ambas as regiões⁴, de se afirmar desde já que, ao longo de todo o diálogo e trabalho para com o Povo Kaxixó, a garantia de respeito às suas especificidades, bem como a efetivação de seu direito à consulta livre, prévia e informada foram e seguirão tendo integral observância pelo Guaicuy. É o que se passa a demonstrar mediante a pormenorização das etapas de atuação do Guaicuy para com o Povo Kaxixó .

Como já apontado, o Povo Kaxixó não participou do pleito ocorrido em 2019 e que elegeu o Guaicuy como assessoria técnica independente das Regiões 4 e 5. A verdade é que, à época, a condição de atingido do Povo Kaxixó era desconhecida. E é por isso que o assessoramento ao Povo Kaxixó não consta no primeiro plano de trabalho apresentado pelo Guaicuy.

Todavia, com a aprovação do plano de trabalho e início dos trabalhos no território, iniciou-se no Guaicuy internamente também trabalhos no sentido de mapear possíveis grupos sociais específicos atingidos no território de atuação, incluindo-se povos e comunidades tradicionais (PCT's). À época, a atual equipe multidisciplinar⁵ do Guaicuy ainda não havia sido integralmente contratada, mas, a equipe multidisciplinar então

⁴ O território do Povo Kaxixó está localizado em Martinho Campos (Região 5) e em Pompéu (Região 4).

⁵ Para atuação com os PCT's, em agosto de 2020, o Guaicuy inicialmente instituiu o Grupo de Trabalho (GT) PCT's, o qual, em novembro de 2021, foi incorporado ao GT Especificidades. Atualmente, encontra-se em discussão, no GT Especificidades, as diretrizes de atuação da Frente de Trabalho PCT's. Quais sejam os cenários, isto é, no GT PCTs e Frente PCT's, a discussão sobre os PCT's ocorre a nível multi e interdisciplinar.

contratada iniciou e construiu diálogos e trocas objetivados no mapeamento.

É neste contexto que, diante do refutamento da hipótese inicialmente levantada acerca da existência de comunidade quilombola em Martinho Campos, Região 5, o Quilombo Olhos D'água dos Crioulos⁶, que, em reconhecimento territorial, os trabalhos se encaminharam para levantamentos junto ao Povo Kaxixó no mesmo município. A partir de então, diversos foram os diálogos internos e externos no sentido de melhor conhecer o Povo Kaxixó e apresentar o Guaicuy.

No que diz respeito à garantia do respeito às especificidades do Povo Kaxixó neste momento, de dizer que desde o primeiro contato realizado foram observadas e respeitadas as formas de diálogo costumeiramente estabelecidas. Nesse sentido, porque o Povo Kaxixó informou não possuir e desconhecer a utilização de protocolo de consulta, todos os contatos remotos realizados e o planejamento do contato presencial tiveram como ponto de partida indagação ao Povo Kaxixó sobre como o diálogo deveria ocorrer.

E então, em conformidade com as formas de diálogo costumeiramente estabelecidas e previamente informadas pelo Povo Kaxixó, o Guaicuy se deslocou até o seu território para o primeiro contato presencial. Na oportunidade, o Povo Kaxixó se autorreconheceu como povo atingido, afirmou que sabia que algo havia acontecido após o desastre-crime, mas que, até então, não sabia o que fazer ou a quem procurar. Com isso, iniciou-se no Guaicuy os trabalhos consequentes do autorreconhecimento junto ao Povo Kaxixó e também junto às IJs e demais atores do processo judicial de reparação. Um deles foi a elaboração do “Relatório de Campo Aldeia Capão do Zezinho - Povo Kaxixó”, publicado em dezembro de 2020.

Pelo “Relatório de Campo Aldeia Capão do Zezinho - Povo Kaxixó”, o Guaicuy fez o primeiro levantamento dos danos sofridos pelo Povo Kaxixó⁷. Todos os danos foram relatados pelo Povo Kaxixó. O Guaicuy encaminhou o mencionado relatório ao Povo Kaxixó e, em especial, às IJs, com importantes recomendações, três delas transcritas

⁶ O quilombo foi identificado pelo Guaicuy por meio de fontes de dados secundários obtidos junto ao Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), em outubro de 2020. Ao realizar os campos de reconhecimento territorial, no entanto, descobriu-se que os remanescentes foram expulsos do território, que foi adquirido por empresa ligada à silvicultura de eucaliptos. Os descendentes das famílias residem dispersos, hoje, em Ibitira, distrito de Martinho Campos.

⁷ Os demais levantamentos de danos ocorreram e seguem a ocorrer mediante coleta dos relatos realizados (e-ou por realizar) pelo Povo Kaxixó nos espaços de diálogo que o Guaicuy participa.



abaixo:

“[...] 3. Recomendamos que as Instituições de Justiça, não meçam esforços para realizarem o levantamento específico da extensão dos danos sofridos pelo povo Kaxixó.

4. Avaliamos pela necessidade de incluir o povo Kaxixó no Plano de Trabalho da ATI Guaicuy, até que as medidas apropriadas, como por exemplo uma ATI própria, sejam adotadas, considerando que se encontram na circunscrição territorial de atuação da ATI Guaicuy; garantindo, assim, além da participação informada, que possam ser contemplados por eventuais estudos e levantamentos específicos sobre os danos sofridos.

5. Recomendamos, após diálogo e se este for o entendimento da comunidade, que seja instituída uma Assessoria Técnica Independente específica ao Povo Kaxixó, como vem acontecendo ao longo da Bacia do Rio Paraopeba aos povos indígenas, a exemplo do povo Pataxó Hã Hã Hãe e Pataxó em São Joaquim de Bicas.”

E foi assim que, em dezembro de 2020, o primeiro pedido de assessoria técnica independente para o Povo Kaxixó foi realizado pelo Guaicuy. Conforme indicado acima, com o fito de efetivar o direito à consulta livre, prévia e informada do Povo Kaxixó no âmbito do processo judicial de reparação e também o incluir em eventuais estudos e levantamentos específicos sobre os danos sofridos, o Guaicuy avaliou a necessidade de inclusão do Povo Kaxixó em seu plano de trabalho, ainda que provisoriamente, para que, uma vez que localizados no território de atuação do Guaicuy e que se autorreconhece como povo atingido, o trabalho do Guaicuy se realizasse para com todas as pessoas atingidas localizadas em seu território de atuação, inclusive para com o Povo Kaxixó.

Sem prejuízo, para garantir o respeito às especificidades do Povo Kaxixó, o Guaicuy também recomendou a instituição de assessoria técnica independente própria para o Povo Kaxixó, desde que fosse esse o interesse do Povo Kaxixó. Posteriormente ao contato presencial e seu consequente relatório, o Guaicuy iniciou os trabalhos para com o Povo Kaxixó. Com efeito, carecia o Guaicuy de deferimento formal do pedido de inclusão do trabalho com o Povo Kaxixó no seu plano de trabalho, não obstante, a avaliação institucional no momento concluiu pela exigência de se prestar assessoria técnica independente para todas as pessoas atingidas localizadas em seu território de atuação.

Em abril de 2021, foi realizado o segundo pedido de assessoria técnica independente para o Povo Kaxixó. Desta vez, foi o próprio Povo Kaxixó que, reconhecendo o trabalho e a relação de confiança então estabelecida com o Guaicuy,

manifestou interesse em ter o Guaicuy como sua assessoria técnica independente. A manifestação foi feita por intermédio do “Termo de Solicitação para Assessoria Definitiva do Instituto Guaicuy junto ao Povo Kaxixó”.

Em outubro de 2021 foi sinalizada a concordância, por parte do Ministério Público Federal (MPF)⁸, com a manifestação de interesse do Povo Kaxixó em ter o Guaicuy como sua assessoria técnica independente. Na oportunidade, também foi solicitado ao Guaicuy pelo MPF a inclusão do assessoramento ao Povo Kaxixó em seu plano de trabalho.

1.2. Desdobramentos do envio do “Relatório de Campo Aldeia Capão do Zezinho - Povo Kaxixó”

Com o recebimento do “Relatório de Campo Aldeia Capão do Zezinho - Povo Kaxixó”, em um primeiro momento, houve a instauração do Inquérito Civil Público (ICP) de autos nº 1.22.000.000184/2021-28 no âmbito da Procuradoria da República do Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais (PRMG-MPF). Pelo ICP, o Guaicuy acompanhou o oficiamento, entre outros, da Vale S.A., que se manifestou sobre o “Relatório de Campo Aldeia Capão do Zezinho - Povo Kaxixó”. Acompanhou também o Povo Kaxixó em reuniões com o MPF e com o MPF, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG), CIMOS/MP-MG e Vale S.A., bem como em perícia antropológica no MPF, todas realizadas em abril de 2021. Para efetivação do direito à consulta livre, prévia e informada, o Guaicuy também dialogou com o Povo Kaxixó sobre o procedimento, notadamente sobre a “Manifestação para Reconsideração da Decisão de Arquivamento” apresentada pelo Guaicuy em fevereiro de 2022 contra a decisão de arquivamento do ICP também de 2022.

1.3. Apoio na construção do Protocolo de Consulta do Povo Kaxixó

O Guaicuy iniciou e aprofundou diálogo com o Povo Kaxixó sobre a importância do protocolo de consulta. Assim, entre maio e outubro de 2021 foram realizados os

⁸ Como já observado, tal sinalização ocorreu por intermédio do “Ofício no 5713/2021/MPF/FT-Brumadinho”, encaminhado pela chamada Força-Tarefa Brumadinho da Procuradoria da República do Ministério Público Federal em Minas Gerais.



trabalhos. A construção do “Protocolo de Consulta Prévia do Povó Kaxixó” restou finalizada em outubro de 2021⁹, foi aprovado pelo povó em plenário em março de 2022 e publicado em abril de 2022. O documento foi construído pelo Povó Kaxixó, com o apoio do Guaicuy:



**PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA
DO POVÓ KAXIXÓ**

ALDEIA CAPÃO DO ZEZINHO

2022

1.4. A garantia dos direitos específicos do Povó Kaxixó no âmbito do acordo judicial

Como sabido, no dia 4 de fevereiro de 2021 foi assinado o acordo judicial que pôs fim às discussões concernentes aos direitos difusos e coletivos no âmbito do processo judicial de reparação. Assim, a partir desse momento, além de acompanhar os desdobramentos do recebimento do “Relatório de Campo Aldeia Capão do Zezinho - Povó Kaxixó” pelas IJs, o Guaicuy passou a dialogar, presencial e virtualmente, com o Povó Kaxixó sobre os desdobramentos do acordo judicial homologado. Sem prejuízo, apresentada com o acordo a necessidade de se construir plano de trabalho provisório, o

⁹ Aqui, vale apontar que, embora finalizado em outubro de 2021, o “Protocolo de Consulta Prévia do Povó Kaxixó” foi aprovado em plenária apenas em março de 2022. Desde então, ele tem sido amplamente utilizado pelo Povó Kaxixó, inclusive no processo judicial de reparação, como se demonstrará adiante.

chamado Plano Operacional Transitório (POT), a inclusão da assessoria técnica independente ao Povo Kaxixó foi discutida e inserida no plano de trabalho provisório do Guaicuy.

Ainda sobre o acordo judicial homologado e em meio ao cenário de não resposta acerca de sua assessoria técnica independente, importante destacar o manifesto encaminhado pelo Povo Kaxixó em fevereiro de 2021, o “Documento Kaxixó para inclusão no Acordo Judicial”, o qual foi construído e encaminhado às IJs com o apoio do Guaicuy. Pelo Manifesto, o Povo Kaxixó requereu:

1. Seja **reconhecido** como grupo atingido pelo rompimento das barragens B-I, B-IV E B-IVA, do Córrego do Feijão;
2. Seja **incluído** nas medidas de reparação integral pelo dano causado pela Vale S.A.;
3. Seja **informado e esclarecido** pelas Instituições de Justiça **de que maneira e mediante qual instrumento** se dará a reparação integral do Kaxixó e de outros povos indígenas, tendo em vista que, a partir de uma análise preliminar do acordo, a reparação aos povos indígenas não está prevista neste instrumento;
4. Seja estabelecida consulta prévia, conforme assegurado pela Convenção 169 da OIT, sobre novas estruturas - principalmente captação de água - nas margens do Rio Pará, que tenham qualquer relação com o rompimento da barragem B-I, B-IV E B-IVA de Córrego do Feijão.

Embora ainda não houvesse resposta sobre pedido de assessoria técnica independente para o Povo Kaxixó, observada a efetivação do direito à consulta livre, prévia e informada, o Guaicuy dialogou com o Povo Kaxixó sobre pautas importantes do acordo judicial homologado, quais sejam:

- Sobre o seu Anexo 1.2, que trata do chamado Programa de Transferência de Renda (PTR): em abril de 2021 o Guaicuy iniciou os diálogos com o Povo Kaxixó sobre o Programa, trazendo detalhes sobre as informações até então disponibilizadas. Em seguida, também em abril de 2021, o Povo Kaxixó participou de consulta sobre a construção de critérios, oportunidade em que foi solicitada a possibilidade de recebimento de forma coletiva pela comunidade, pleito levado pelas ATIs e CAMF aos compromitentes.
- Sobre o seu Anexo 1.3, que trata de projetos de fortalecimento de serviços e políticas públicas: em outubro de 2021 o Guaicuy dialogou com o Povo Kaxixó sobre o Anexo e informações até então disponibilizadas. Porque esse Anexo não previa ou prevê a inclusão do município de Martinho Campos, onde está localizada a maior Aldeia



Kaxixó, o Guaicuy dialogou com o Povo Kaxixó também sobre a situação.

- Sobre o seu Anexo 1.1, que trata, além da possibilidade de crédito e microcrédito, de projetos de demandas das comunidades: em 2021 o Guaicuy dialogou com o Povo Kaxixó sobre Anexo e informações até então disponibilizadas.

Ademais, para além dos trabalhos consequentes do heteroreconhecimento do Povo Kaxixó como povo atingido pelas IJs, houve o prosseguimento dos trabalhos consequentes também do autorreconhecimento. Neste sentido, as seguintes ações foram desenvolvidas, sendo que o desdobramento de algumas delas segue em desenvolvimento:

- Anexo 1.2: diversos foram as notas e relatórios técnicos e ofícios encaminhados e reuniões realizadas com as IJs no sentido de demonstrar o atendimento dos critérios para fruição, pelo Povo Kaxixó, do PTR. O Guaicuy também demarcou as poligonais e as encaminhou às IJs a fim de melhor indicar o seu território. Sem prejuízo, a partir das notas técnicas e relatórios técnicos e ofícios enviados, envio de requerimento às IJs a fim de chamar a atenção para a gravíssima situação vivenciada pelo Povo Kaxixó e requerer a sua inclusão prioritária no PTR. Como consequência, em 2022 o Povo Kaxixó foi formalmente incluído no PTR, pelo que, após o envio, também em abril de 2022, de ofício com Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) do território, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), administradora do PTR, visitou, no mesmo mês, o Povo Kaxixó para dialogar sobre o cadastramento. Na oportunidade, o Povo Kaxixó entregou à FGV o seu “Protocolo de Consulta Prévia do Povo Kaxixó”. Posteriormente, o Guaicuy dialogou com o Povo Kaxixó sobre eventuais dúvidas e documentações necessárias para o cadastro. Em detrimento de algumas situações-problemas, o Guaicuy também tem dialogado com a FGV e Povo Kaxixó no sentido de solucioná-las e, tão logo se fizer possível, auxiliar no cadastro de todas as pessoas exclusivamente indicadas pelo Povo Kaxixó, discussão em andamento;
- Anexo 1.3: com o maior detalhamento do Anexo, os diálogos entre Guaicuy e Povo Kaxixó foram realizadas sob duas perspectivas. A primeira, quando ainda não havia sido sinalizado o tratamento específico para os PCT’s, em oportunidades em que o Guaicuy novamente levantou o fato de a consulta pública se realizar apenas com eleitores de um dos municípios do território do Povo Kaxixó (Pompéu) e dialogar com os mencionados eleitores e interessados sobre as possibilidades. E, a segunda, consoante ao Ofício Compromitentes n° 094/2022, oportunidade em que o Guaicuy tem dialogado com o Povo Kaxixó sobre as novas possibilidades, discussão também em andamento;

- Anexo 1.1: em novembro de 2021, a partir do Encontro Regional realizado para integração e formação em direito das pessoas atingidas, espaço que congregou pessoas atingidas para quem o Guaicuy presta assessoria técnica independente em todas as regiões de atuação, inclusive o Povo Kaxixó¹⁰, representante do Povo Kaxixó foi destacada para estar em ampliado espaço de discussão ocorrido em Sarzedo/MG, em dezembro de 2021. O espaço reuniu pessoas atingidas pelo desastre-crime de todas as regiões. O Anexo 1.1 e suas possibilidades foram pautas de ambos os espaços. Ademais, em 2022 o Guaicuy dialogou com o Povo Kaxixó sobre o mencionado Anexo e novas informações disponibilizadas, as discussões igualmente seguem em andamento; e,
- Sistema de Participação: ao tratar do Anexo 1.1 em 2022, o Guaicuy também dialogou sobre a proposta de construção de Sistema de Participação, oportunidade em que mais uma vez o Povo Kaxixó esteve presente em Encontro Regional e destacou representante sua para estar em ampliado espaço de discussão, o qual ocorreu em Belo Horizonte, em junho de 2022¹¹, discussão em andamento.

Em junho de 2022 ocorreu, no território do Povo Kaxixó, o campo de visitas às comunidades atingidas pelas IJ's, representadas pela Defensora Pública Estadual Carolina Morishita. Na oportunidade, foram discutidos diversos pontos de interesse do Povo Kaxixó, notadamente sobre o processo judicial de reparação, seu respectivo acordo judicial e discussões em andamento:

1.5. A garantia dos direitos específicos do Povo Kaxixó no âmbito da reparação socioambiental

Para além do Sistema de Participação, anexos do acordo judicial homologado e demais trabalhos realizados no âmbito do processo judicial de reparação, importante destacar situação adversa sofrida pelo Povo Kaxixó no âmbito da reparação socioambiental, especificamente, atuação do Grupo Engenharia de Proteção Ambiental (Grupo EPA) no território. Em abril de 2022, o Grupo EPA propôs ao Povo Kaxixó para participar de reunião virtual sobre o Estudo de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) com representantes de comunidades atingidas não caracterizadas como PCT's.

¹⁰ Na oportunidade, foi escrita Carta Aberta por todas as pessoas atingidas presentes.

¹¹ Na oportunidade, foi escrita Carta Aberta por todas as pessoas atingidas presentes.



Todavia, não foram respeitadas as formas de diálogos costumeiramente estabelecidas pelo Povo Kaxixó, menos ainda o seu “Protocolo de Consulta Prévia do Povo Kaxixó”, tampouco houve contato prévio com o Guaicuy para abordar a questão.

Ante à situação e diante da relação de confiança estabelecida entre o Povo Kaxixó e Guaicuy, o Povo Kaxixó relatou os fatos ao Guaicuy que, por sua vez, oficiou às Instituições de Justiça sobre o ocorrido. O desrespeito ao protocolo de consulta dos Povos Kaxixó nesse episódio provocou a advertência do Grupo EPA pela DPE-MG, que determinou a suspensão dos contatos até que haja cronograma e planos de ações específicos para PCT’s da bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias.

Ademais, em conformidade com o Ofício encaminhado pelas IJs em abril de 2022 (assunto Ref. liberação de valores e estruturação das atividades de assessoria técnica independente para o período de 3 meses), para fins de elaboração de relatório técnico preliminar a partir das considerações das pessoas atingidas e equipe técnica do Guaicuy quanto ao Plano de Reparação Ambiental da Bacia (Plano Arcadis), o que se fará mediante a indicação de pontos de atenção, problemas identificados e eventuais sugestões, realizada, em junho de 2022, entrevista com o Cacique do Povo Kaxixó, o Cacique Nilvando.

O escopo da entrevista foi a aferição de ponto de vista, entendimentos e sugestões que o Cacique Nilvando (e demais pessoas atingidas) têm acerca do Plano de Reparação Socioambiental, assim como as possíveis interações desse plano com o território do Povo Kaxixó. Para a realização da entrevista foi observado o protocolo de consulta.

1.6. A atuação do IG junto ao Povo Kaxixó durante as enchentes de janeiro de 2022

Diferentes localidades do território de atuação do Guaicuy sofreram com enchentes no início de 2022. Por exemplo, a Aldeia Fundinho, parte do território do Povo Kaxixó localizada em Pompéu, na divisa com Martinho Campos, que lidou com a enchente do Rio Pará. Por causa das enchentes, houve danificação de plantações e residências de parte das famílias, que ainda ficaram isoladas ou com extrema dificuldade de deslocamento por via terrestre. O Guaicuy monitorou a situação das famílias durante esse período e realizou coletas de água para fins de análise. O resultado da análise ainda não foi divulgado.

1.7. Intercâmbios realizados com atores para a garantia dos direitos específicos do Povo Kaxixó

Sobre os anexos do acordo, sobretudo o Anexo 1.2, de dizer que, com a possibilidade de construção de seminário entre e para todos os PCT's atingidos pelo desastre-crime, entre junho e agosto de 2021 o Guaicuy participou de diálogos junto às demais assessorias técnicas independentes, respectiva Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF) dos trabalhos das assessorias técnicas independentes e Povo Kaxixó no sentido destacar a situação do Povo Kaxixó em espaço mais amplo de discussão. Em um dos momentos de diálogos, o Povo Kaxixó participou ativamente das discussões com as demais assessorias técnicas independentes e CAMF. Além disso, o Guaicuy, assim como o Povo Kaxixó, procurou entidades representativas indicadas pelo Povo Kaxixó e que gostariam de ver presentes no espaço do seminário. Tal seminário ainda não ocorreu e está no horizonte de atuação das assessorias técnicas independentes.

É de se considerar também que, a despeito da pauta imposta pelo acordo judicial homologado, pautas outras relativas ao processo judicial de reparação, garantido o respeito às especificidades do Povo Kaxixó, foram com ele dialogadas. Neste sentido é que entre abril e junho de 2021 ocorreu diálogo entre o Guaicuy e o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), no sentido de melhor compreender o trabalho do INSEA para com o Povo Pataxó e Hã-hã-hã e oportunizar o intercâmbio entre os povos. Posteriormente, em reunião realizada em junho de 2021 junto ao Povo Kaxixó, foi dado o devido repasse e enviado os contatos levantados na reunião junto ao INSEA.

1.8. Consultorias contratadas¹²

Também em 2021 o Guaicuy iniciou diálogos, internos e externos, no sentido de contratar consultoria externa para operacionalizar o trabalho de identificação e caracterização dos danos dos PCT's. A contratação da consultoria restou concretizada em março de 2022, os trabalhos iniciados em maio de 2022. Também em maio de 2022 ocorreu o primeiro contato da consultoria com o Povo Kaxixó.

¹² Para aprofundamento, vide item "Consultorias".



Ademais, também relativamente à então chamada matriz de danos em construção, entre 2021 e 2022 foram realizadas diversas reuniões para diálogos internos e externos. Para melhor qualificar os diálogos, o Guaicuy também contratou consultoria externa, desta vez para formar os seus trabalhadores. Tal formação se voltou inclusive para as especificidades dos PCT's e demais grupos sociais específicos, pelo que foi criado o primeiro documento que aborda o tratamento dos PCT's (e demais grupos sociais específicos) na matriz de danos.

1.9. Matriz de danos

Ao cabo, todos os relatos de danos até então levantados foram sistematizados para fins de construção de matriz de danos preliminar de todo o território atingido pelo desastre-crime. O Guaicuy também realizou reuniões com outras assessorias técnicas independentes e CAMF a fim de discutir o tratamento específico dos danos do Povo Kaxixó e demais PCT's nos documentos. Sem prejuízo, além da sistematização, o Guaicuy construiu o "Dossiê dos Danos Identificados nas Regiões 4 e 5", o qual traz apontamentos sobre os danos específicos do Povo Kaxixó. O dossiê foi publicado e dialogado com as comunidades, inclusive com participação do Povo Kaxixó, em *live* realizada em maio de 2022.

1.10. Vinculação do Povo Kaxixó nos marcos lógicos, para a elaboração do Plano de Trabalho

Com a alteração da dinâmica da entrega dos planos de trabalho e necessidade de vinculação aos chamados marcos lógicos, o Guaicuy incluiu os trabalhos com o Povo Kaxixó e demais PCT's com os quais trabalha em cada um dos marcos, sobretudo, como não poderia deixar de ser, no marco lógico relativo à participação informada. Por ocasião do Ofício Compromitentes n° 094/2022, atualmente encontra-se em elaboração novos marcos e planos de trabalho. Como o já apresentado, os documentos incluem o assessoramento técnico independente do Povo Kaxixó.

1.11. Quadro-resumo da atuação do IG para a garantia dos direitos específicos do Povo Kaxixó

Pelo que exposto, restaram-se demonstradas as ações já realizadas no tocante à garantia do respeito às especificidades do Povo Kaxixó, bem como ações vinculadas à efetivação do direito à consulta livre, prévia e informada a partir do protocolo de consulta elaborado pelo Povo Kaxixó com o apoio da assessoria técnica independente. O IG reforça a seriedade e o comprometimento para atuação com o Povo Kaxixó, presentes desde 2020.

Veja-se, pois, quadro-resumo do relatado:

Quadro 22

QUADRO-RESUMO DAS AÇÕES JÁ REALIZADAS PARA COM O POVO KAXIXÓ				
EIXO	ATIVIDADE	PERÍODO	PRODUTO	LINK DE ACESSO
<i>Participação Informada</i>	Trabalhos internos para fins de mapeamento de PCT's no território.	agosto de 2020 (em desenvolvimento)	Envio, via e-mail, em setembro de 2021, de mapeamento realizado até então para a CAMF.	PCTs A4 e A5.pdf E-mail de Instituto Guaicuy - LISTAGEM DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS A4 E A5.pdf
			Aprimoramento do mapeamento anteriormente realizado e envio para a consultoria externa contratada.	
	Reuniões internas e, observadas e respeitadas as formas de diálogo costumeiramente estabelecidas, contatos remotos a fim de melhor conhecer o Povo Kaxixó e apresentar o Guaicuy.	agosto de 2020 a dezembro de 2020	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	
	Observadas e respeitadas as formas de diálogo costumeiramente estabelecidas, contato presencial a fim de melhor conhecer o Povo Kaxixó e apresentar o Guaicuy. Envio do relatório de campo elaborado ao Povo Kaxixó.	dezembro de 2020	Elaboração do “Relatório de Campo Aldeia Capão do Zezinho - Povo Kaxixó”.	Guaicuy - Relatório - Povo Kaxixó - Aldeia Capão do Zezinho.pdf
	Envio às ij's do relatório de campo elaborado e que contém recomendações e avaliações, como a avaliação de inclusão do Povo Kaxixó no plano de trabalho do Guaicuy com o fito de, entre outros, efetivar seu	dezembro de 2020	Envio do “Relatório de Campo Aldeia Capão do Zezinho - Povo Kaxixó” às ij's.	



<p>direito à consulta livre, prévia e informada no âmbito do processo judicial de reparação, e recomendação de instituição, desde que fosse esse o interesse do Povo Kaxixó, de assessoria técnica independente própria para garantir o respeito às suas especificidades.</p>				
<p>Diálogo, mediante reuniões, e apoio na elaboração de protocolo de consulta.</p>	<p>maio a outubro de 2021. Aprovação do protocolo de consulta em plenária em março de 2022.</p>	<p>Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas. Apoio na elaboração do “Protocolo de Consulta Prévia do Povo Kaxixó”.</p>		<p>03.05.21 KAXIXÓ GUAICUY Protocolo de consulta resposta Vale .docx.pdf 28.10.21 Anexo 1.3. Povo Kaxixó..pdf PROTOCOLO DE CONSULTA PRÉVIA DO POVO KAXIXÓ oficial e aprovado em plenaria.pdf</p>
<p>Diálogo, mediante reuniões, e acompanhamento e apresentação de Manifestação no ICP de autos nº 1.22.000.000184/2021-28 no âmbito da PRMG-MPF. Acompanhamento, inclusive, de reuniões e também de perícia antropológica realizada.</p>	<p>dezembro de 2020 (em desenvolvimento)</p>	<p>Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas. Elaboração da “Manifestação para Reconsideração da Decisão de Arquivamento”.</p>		<p>3. 07.04.21 MEMÓRIA KAXIXÓ E MPF.docx.pdf 4. 09.04.21 - PTR Kaxixó e Perícia antropológica.docx.pdf 7. 22.04.2021 Kaxixó MPF VALE D PU.docx.pdf MANIFESTAÇÃO PARA RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO - POVO KAXIXÓ- Inquérito Civil nº 1.22.000.000184-2021-28 (1).pdf E-mail de Instituto Guaicuy - MANIFESTAÇÃO PARA RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO referente aos Autos do Inquérito Civil nº</p>

			1.22.000.000184-2021-28 .pdf
Diálogo, mediante reuniões, e apoio na elaboração e envio às IJs de manifesto do Povo Kaxixó sobre o acordo judicial assinado.	início em fevereiro de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas. Apoio na elaboração do “Documento Kaxixó para inclusão no Acordo Judicial” e envio às IJs.	3. DOCUMENTO KAXIXO ACORDO (1.).pdf
Envio do Povo Kaxixó às IJs de manifestação de interesse em ter o Guaicuy como assessoria técnica independente.	abril de 2021	Envio de “Termo de Solicitação para Assessoria Definitiva do Instituto Guaicuy junto ao Povo Kaxixó” às IJs.	Termo de Solicitação ATI Guaicuy - Kaxixo.pdf
Diálogo, mediante reuniões, com o Povo Kaxixó, demais ATIs e CAMF e contribuição na construção de seminário dos PCT’s atingidos pelo desastre-crime.	junho de 2021 a julho de 2021 (em desenvolvimento)	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	12. 10.06.21 SEMINÁRIO PCTS + PLANILHA LISTAGEM PCTS.docx.pdf 22.06.21 PCTS CAMF + ATIS SEMINÁRIO E OFÍCIO PTR.docx.pdf 13.07.21 PCTS CAMF + ATIS SEMINÁRIO PCTS.docx.pdf 27.07.21 PCTS CAMF + ATIS SEMINÁRIO PCTS.docx.pdf
Junto ao Povo Kaxixó, contato com entidades representativas indicadas pelo Povo Kaxixó a fim de convidá-las para seminário.	agosto de 2021	Envio de e-mail à entidade representativa indicada pelo Povo Kaxixó.	E-mail de Instituto Guaicuy - Seminário PCTS atingidos pelo desastre-crime da Vale.pdf
Diálogo, mediante reuniões, com o INSEA, no sentido de melhor compreender o seu trabalho para com o Povo Pataxó e Hã-hã-hãe e oportunizar o intercâmbio entre os povos.	abril de 2021 a junho de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	12.04.21 Diálogos entre ATIs INSEA e Guaicuy.pdf 05_06_2021 Insea e Guaicuy.pdf
Apresentação do dossiê de danos elaborado para as pessoas atingidas (e, como tal, Povo Kaxixó) no território	março de 2022 a maio de 2022	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	Dossiê de Análise Matriz de Danos.pdf



de atuação do Guaicuy.		Publicação do “Dossiê dos Danos Identificados nas Regiões 4 e 5”.	
Sinalização de concordância do MPF com a manifestação de interesse do Povo Kaxixó em ter o Guaicuy como sua assessoria técnica independente. Solicitação ao Guaicuy de inclusão do assessoramento ao Povo Kaxixó em seu plano de trabalho. Comunicação das informações ao Povo Kaxixó.	outubro de 2021	Ofício nº 5713/2021/MPF/FT-Brumadinho.	Ofício n. 5713 - Ofício ao Instituto Guaicuy(1).pdf
A partir dos acúmulos e amadurecimento com a atuação com o Povo Kaxixó, elaboração do Plano de Trabalho com a devida inserção de seu assessoramento técnico independente. Envio do plano de trabalho às IJs. Elaboração de novos planos de trabalho.	2021 (em desenvolvimento)	Elaboração e envio do Plano de Trabalho da Região 5.	R5 - Plano de Trabalho Revisão Final.pdf
Convite e participação de representante do Povo Kaxixó em Encontro Regional realizado para integração e formação em direito das pessoas atingidas, espaço que congregou pessoas atingidas para quem o Guaicuy presta assessoria em todas as regiões de atuação. Escrita de Carta Aberta pelas pessoas atingidas.	novembro de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas. Carta Aberta escrita.	
Convite e participação de representante do Povo Kaxixó em ampliado espaço de discussão que reuniu pessoas atingidas pelo desastre-crime de todas as regiões em Sarzedo/MG.	dezembro de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	
Diálogo, mediante reuniões e Encontro Regional composto por representantes do Povo Kaxixó, sobre proposta de construção de Sistema de Participação.	2022	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	
Participação de representante do Povo Kaxixó em ampliado espaço de discussão que reuniu pessoas atingidas pelo desastre-crime de todas as regiões em Belo Horizonte/MG. Escrita de Carta Aberta pelas pessoas atingidas.	junho de 2022 (em desenvolvimento)	Elaboração de relatórios e atas das reuniões realizadas. Carta Aberta escrita.	
Campo de reconhecimento territorial por parte das IJs (DPE-MG) no território do Povo Kaxixó, oportunidade em que houve escuta ativa e diálogo sobre diversos pontos de interesse do Povo Kaxixó.	junho de 2022	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	Relatório de Atividade A50 Território Kaxixó 1º 6 2022.pdf

Matriz de Danos	Realização de levantamento de danos mediante coleta dos relatos do Povo Kaxixó.	dezembro de 2020 (em desenvolvimento)	“Relatório de Campo Aldeia Capão do Zezinho - Povo Kaxixó”.	Guaicuy - Relatório - Povo Kaxixó - Aldeia Capão do Zezinho.pdf
	Contratação de consultoria externa para formar os trabalhadores sobre a construção da matriz de danos, inclusive no que diz respeito às especificidades dos PCT's.	fevereiro de 2021 a maio de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das formações realizadas. Contratação de consultoria externa.	
	Elaboração e publicação do primeiro documento que aborda o tratamento dos PCT's (e demais grupos sociais específicos) na matriz de danos.	abril de 2021	Elaboração e publicação do documento “Grupos vulnerabilizados na matriz de danos”.	Grupos Vulnerabilizados na Matriz de Danos.pdf
	Realização de reuniões internas e externas para dialogar sobre os danos do Povo Kaxixó na matriz de danos em construção.	entre 2021 e 2022 (em desenvolvimento)	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	
	Realização de reuniões internas e externas e de audiências para fins de contratação de consultoria externa.	início em junho de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões e audiências realizadas.	25.06.2021 Relatoria Reunião com NIISA.pdf 16_07_2021 Reunião com CENARAB Guaicuy.pdf
	Sistematização dos danos relatados pelo Povo Kaxixó ao longo de todo o trabalho.	início em 2021 (em desenvolvimento)	Elaboração de documento sistematizador.	
	Discussão com outras assessorias técnicas independentes e CAMF sobre o tratamento dos danos específicos dos PCT's e, como tal, do Povo Kaxixó.	início em 2021 (em desenvolvimento)	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	18_02_2022 GT Matriz Grupos Especificos GUAICUY NAC AB AEDAS.pdf
	Elaboração, publicação e apresentação de dossiê sobre os danos identificados no território de atuação do Guaicuy, com especificação dos danos do Povo Kaxixó até então levantados.	março de 2022	Elaboração do "Dossiê dos Danos Identificados nas Regiões 4 e 5”.	Dossiê de Análise Matriz de Danos.pdf
Anexo 1.2	Diálogo, mediante reuniões, sobre o PTR, com detalhes sobre as informações até então disponibilizadas.	abril de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	6. 20_04_2021 REUNIÃO KAXIXÓ PTR roteiro.docx.pdf
	Realização de consulta sobre os critérios do PTR.	abril de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	
	Apresentação dos critérios escolhidos.	maio de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das	



		reuniões realizadas.	
Elaboração e envio de notas e relatórios técnicos e ofícios e realização de reuniões com as ij's no sentido de demonstrar o atendimento dos critérios para fruição, pelo Povo Kaxixó, do PTR.	2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas. Elaboração e envio de notas e relatórios técnicos.	
Demarcação e encaminhamento de poligonais às ij's a fim de melhor indicar o território do Povo Kaxixó.	fevereiro de 2022	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas. Notas e relatórios técnicos elaborados.	
A partir de notas e relatórios técnicos e ofícios enviados, envio de requerimento às IJs a fim de chamar a atenção para a gravíssima situação vivenciada pelo Povo Kaxixó e requerer a sua inclusão prioritária no PTR.	fevereiro de 2022	Envio de requerimento.	REQUERIMENTO CADASTRAMENTO PRIORITÁRIO - PTR - KAXIXÓ.PDF Ofício Conjunto ATIs - Anexo I.2 - Solicita informações sobre as poligonais (1).pdf Nota Técnica sobre o povo Kaxixó Instituto Guaicuy jul. 2021.pdf (KAXIXÓ) 20.08.2021 Notas Técnicas PTR KAXIXÓ.pdf minuta MEMÓRIA REUNIÃO COM IJs E MORADORES A S DA ÁREA 5 - DIA 08_07_2021.docx.pdf E-mail de Instituto Guaicuy - REQUERIMENTO CADASTRAMENTO PRIORITÁRIO - PTR - KAXIXÓ.pdf
Elaboração de Ofício com Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) do território do Povo Kaxixó e envio à FGV.	abril de 2022	Elaboração e envio do "Ofício 021/2022".	E-mail de Instituto Guaicuy - REQUERIMENTO

				CADASTRAME NTO PRIORITÁRIO - PTR - KAXIXÓ.pdf Of.021 2022-DA Ref. Nota Técnica sobre Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) .pdf
	Acompanhamento de visita da FGV para diálogo sobre o cadastramento, com entrega, pelo Povo Kaxixó, de seu protocolo de consulta.	abril 2022	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	
	Diálogo, mediante reuniões, com o Povo Kaxixó e FGV, sobre eventuais dúvidas, documentações necessárias e situações-problema relativos ao cadastro.	maio 2022 (em desenvolvim ento)	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	Cópia de Modelo Relatório e Extrato para Evidência EY.docx.pdf
Anexo 1.3	Diálogo, mediante reuniões, sobre as informações até então disponibilizadas.	2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	
	Diálogo, mediante reuniões, para discutir o fato de a consulta pública se realizar apenas com eleitores de um dos municípios do território do Povo Kaxixó (Pompéu) e para tratar das possibilidades com os mencionados eleitores e interessados.	outubro de 2021 a novembro de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	28.10.21 Anexo 1.3. Povo Kaxixó. (1).pdf 04.11.21 Kaxixó consulta popular anexo 1.3.docx.pdf
	Consoante ao Ofício Compromitentes nº 094/2022, diálogo, mediante reuniões, sobre as novas possibilidades de participação.	2022 (em desenvolvim ento)	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	
Anexo 1.1	Diálogo, mediante reuniões, sobre as informações até então disponibilizadas.	2021	Elaboração de relatórios e atas das reuniões realizadas.	
	Convite e participação de representante do Povo Kaxixó em Encontro Regional realizado para integração e formação em direito das pessoas atingidas, espaço que congregou pessoas atingidas para quem o Guaicuy presta assessoria em todas as regiões de atuação. Escrita de Carta Aberta pelas pessoas atingidas.	novembro de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas. Carta Aberta escrita.	



	Convite e participação de representante do Povo Kaxixó em ampliado espaço de discussão que reuniu pessoas atingidas pelo desastre-crime de todas as regiões em Sarzedo/MG.	dezembro de 2021	Elaboração de relatórios e-ou atas das reuniões realizadas.	
	Diálogo, mediante reuniões, sobre o mencionado Anexo e as novas informações disponibilizadas.	2022 (em desenvolvimento)	Elaboração de relatórios e atas dos diálogos realizados.	
Medidas Emergenciais e monitoramento ambiental	Monitoramento da situação das famílias que sofreram com as chuvas ocorridas no início de 2022. Realização de coleta e análise de água.	início de 2022 (em desenvolvimento)	Elaboração de relatórios e-ou atas dos diálogos realizados. O resultado da análise ainda não foi divulgado.	
Assistente Técnico	Ante ao “convite” do Povo Kaxixó para participar de reunião virtual sobre o ERSHRE sem respeitar as formas de diálogos por ele costumeiramente estabelecidas, menos ainda o seu protocolo de consulta, envio, pelo Guaicuy, de ofício às IJs.	abril de 2022	Elaboração e envio do “Ofício nº 23/2022” às IJs.	
	Advertência do Grupo EPA pela DPE-MG e suspensão dos contatos até que haja cronograma e planos de ações específicos para os PCT’s atingidos pelo desastre-crime. Pedido de retratação em curso.	2022	Resposta ao “Ofício nº 23/2022”.	
	Realização de entrevista com o Cacique Nilvando para fins de confecção de relatório técnico preliminar relativo ao Plano Arcadis.	junho de 2022 (em desenvolvimento)	Documento que demonstra entrevista.	

2. Quilombo de Saco Barreiro

A comunidade quilombola de Saco Barreiro, é localizada no município de Pompéu-MG, mesorregião Central Mineira. Diante do cenário de conflito socioambiental, devido o território estar cercado pelas monoculturas de cana de açúcar da empresa Agropéu – S/A, a comunidade deve ser analisada sob a perspectiva das relações desiguais de poder estabelecidas no município ao longo da trajetória.

No que diz respeito à garantia do respeito às especificidades da comunidade quilombola de Saco Barreiro, desde o primeiro contato realizado foram observadas e respeitadas as formas de diálogo costumeiramente estabelecidas pela comunidade. Como

ela informou não possuir protocolo de consulta, todos os contatos remotos realizados e o planejamento do contato presencial tiveram como ponto de partida a indagação à comunidade sobre como o diálogo deveria ocorrer, respeitando sua organização social. E assim, foi recomendada a necessidade de diálogo com algumas lideranças locais indicadas.

A atuação da Assessoria se desenvolveu por meio de conversas estabelecidas coletiva e individualmente, para que fosse possibilitada uma compreensão mais ampla acerca dos problemas vivenciados, bem como dos aspectos relacionados aos agravos ocorridos à comunidade após o desastre-crime. Como mencionado acima, a comunidade Quilombola Saco Barreiro é circundada por plantios de cana-de-açúcar da empresa Agropéu e, por isso, sofre com os efeitos da aplicação dos agrotóxicos que são pulverizados, inclusive, muitas das vezes por vias aéreas.

Considerando a presença desse ator dentro do território, o processo de atuação da ATI junto à comunidade é complexo, posto que o contexto-histórico das violências praticadas pela Agropéu - cotidianamente experimentados pela comunidade - é abordado frequentemente pelos comunitários e os danos decorrentes do rompimento se sobrepõem/somam/misturam àqueles. Portanto, se faz necessário a instituição de um processo de aproximação com zelo e respeito à história, aos entendimentos e às colocações das pessoas da comunidade.

Como os danos sofridos pela comunidade são *polidistintos*, os membros do quilombo começam a se colocar enquanto as pessoas atingidas. Dentro desse processo formativo, foram pensadas, pela ATI, atividades que respeitassem as diretrizes estabelecidas pela comunidade e que possibilitassem o aprofundamento dos trabalhos realizados, no sentido de identificar e codificar-lhes os danos e variáveis de agravamento.

Dentro desse processo de aproximação, foram realizadas visitas e reuniões com o intuito de elucidar dúvidas sobre o acordo e entender como a comunidade se posiciona frente ao rompimento. Importante salientar a interação realizada, em sede, do anexo 1.3, onde além de reuniões de núcleo foi possível a realização de uma votação de mais de 20 pessoas da comunidade, mesmo com a existência de dificuldades de acesso à rede telefônica e à rede de internet.

Além disso, em relação ao Protocolo de Consulta, foi informado às pessoas da comunidade acerca do direito que possuem à consulta livre, prévia, informada e de boa-



fé. Oportunidade em que foi solicitado o auxílio da ATI para que pudessem elaborar o “Protocolo de Consulta de Saco Barreiro”. A proposta para a execução das atividades está discriminada no cronograma ao fim deste tópico.

Considerando o que exposto, o Instituto entende que se faz necessária a continuidade da atuação, de modo mais intenso junto à comunidade. Abaixo, descreve-se as atividades até então realizadas, garantindo o respeito às suas especificidades, bem como o planejamento para efetivação do direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé, no âmbito do processo, por meio da elaboração de protocolo de consulta.

- **ATIVIDADES EXTERNAS REALIZADAS DENTRO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA SACO BARREIRO**

1º Atividade

DATA: 06/08/2021

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

A atividade consistiu em um campo de reconhecimento e levantamento de danos sofridos pela comunidade Quilombola Saco Barreiro em decorrência do rompimento da barragem da Vale na Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. Os principais danos observados foram: danos à comercialização de produtos na feira livre, deixar de consumir peixes (insegurança alimentar) e perda de área de lazer por medo de contaminação. Membros da comunidade relatam que consumiam peixes, que compravam na Feira de Pompéu e provinham do rio Paraopeba e da represa de Três Marias. Todavia, após o rompimento eles não realizam mais o consumo por medo de contaminação. Observou-se que a comunidade é acometida por uma série de problemas econômicos e socioambientais como desapropriação territorial, pulverização aérea de agrotóxicos, falta de documentação para acessar energia elétrica, qualidade da água questionável que pode oferecer risco à saúde, comercialização de produtos na feira livre prejudicado pela mudança para o Mercado Municipal, dificuldade no acesso à escola (o que forçou alguns pais a mudarem para cidade com seus filhos), etc.

LINK DE REGISTRO: [RELATÓRIO DE CAMPO_ SACO BARREIRO_ 2021_08_06_SACO BARREIRO Relatório de Campo_A4_rev0](#)

2º Atividade

DATA: 02/09/2021

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

No dia 02 de setembro de 2021 a Coordenação de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer do Instituto Guaicuy foi à Comunidade realizar uma pesquisa exploratória objetivando um Diagnóstico Cultural com a Caracterização das manifestações culturais e mapeamento de danos da comunidade quilombola.

LINK DE REGISTRO:

[Relato de Campo Diagnóstico Cultural CTCEL \(1\).pdf](#)

3° Atividade

DATA: 17/09/2021

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

No campo ocorrido no dia 06/08/21, a equipe do Instituto Guaicuy observou que a comunidade demandava algumas informações sobre o anexo 1.2 e sobre os seguintes documentos: CCU, DAP e Cagec. No retorno à comunidade, inicialmente informamos que com relação ao CCU, somente o titular poderia solicitar a documentação e por conta disso, foram orientados a procurar o Incra situado em BH. Com relação a DAP Jurídica eles foram orientados a solicitar junto a Emater situada em Pompéu. Já com relação ao Cagec, foi informado que consta com situação irregular por falta de atualização documental (informamos quais documentos precisam ser atualizados). Após essas informações documentais, dialogamos com a comunidade sobre a tentativa de inclusão da comunidade no programa de transferência de renda e a construção de notas técnicas nesse sentido.

LINK DE REGISTRO:

[Cópia de 2021_09_17_Saco Barreiro_Relatório de Campo_A4](#)

4° Atividade

DATA: 10/11/2021

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Na tarde do dia 10 de novembro de 2021, as equipes da Coordenação de Campo, Direito das Pessoas Atingidas e Comunicação do Instituto Guaicuy dirigiram-se até a comunidade Quilombola Saco Barreiro. O trabalho de campo, teve como principal objetivo apresentar



para comunidade o trabalho da assessoria técnica e a importância do anexo 1.3 para as comunidades. Tendo em vista esse panorama de introdução da atuação do Guaicuy, optamos por uma reunião em que colocássemos a importância da assessoria técnica, passando pelo acordo até chegar no anexo 1.3. Sobre esse anexo, fizemos a sua diferenciação dos outros anexos e passamos as informações referente à consulta realizada no mês de novembro de 2021. Após a explicação, a comunidade foi questionada se tinham interesse em participar da consulta, onde obtivemos resposta afirmativa.

LINK DE REGISTRO:

[Cópia do relatório da atividade - 2021 11 10 Saco Barreiro Reunião Anexo 1.3.docx](#)

5º Atividade

DATA: 18/11/2021

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

A consulta popular do anexo 1.3 ocorreu entre os dias 05 e 22 de novembro de 2021, junto dela, o Instituto Guaicuy realizou plantões com pontos de apoio nas comunidades atingidas. As equipes do Guaicuy visitam as comunidades em determinados locais de referência para poder auxiliar na votação da consulta popular. Os técnicos levaram computadores e receberam as pessoas atingidas e/ou prejudicadas para que elas pudessem escolher os temas e subtemas que preferem. As ações ocorreram durante todo o período de votação, onde a equipe do Instituto esteve presente na Comunidade Quilombola Saco Barreiro no dia 18 de novembro de 2021. Nessa atividade recebemos 18 pessoas da comunidade e conseguimos ajudar na conclusão da votação de 13 pessoas. Dentre as 5 pessoas que não foram possíveis concluir a votação, encontramos como empecilhos a ausência de título de eleitor, título de eleitor em Município diverso, Idade inferior a permitida para votação.

LINK DE REGISTRO:

[Consulta 1.3 SACO BARREIRO_Ata de registros_ATENDIMENTOS 1.3 18/11/2021](#)

6º Atividade

DATA: 17/12/2021

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

No dia 17 de dezembro de 2021 os técnicos do Instituto Guaicuy estiveram na comunidade, onde foram recebidos pelo casal que possui a cisterna no seu quintal. Em suma, foi conversado sobre as pautas relacionadas a convivência da comunidade com as aplicações de agrotóxicos da agroindústria no entorno da comunidade e sobre como isso afetava a saúde das pessoas e a vida comunitária. Em seguida, a equipe ambiental fez a devolutiva da análise de água da cisterna localizada na propriedade do casal, eles receberam a versão impressa dessa análise, posteriormente o morador conversou com a equipe presente sobre as ações a partir do resultado apontado pela Analista da Equipe Ambiental, finalmente visitamos outras três casas com cisternas e conversamos brevemente com a vice liderança comunitária.

LINK DE REGISTRO:

[Devolutiva Análise Água SACO BARREIRO 17 12 2021.docx](#)

7º Atividade

DATA: 04/01/2022

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

Foi realizada uma visita na comunidade com objetivo de realizar coletas e verificar a situação da comunidade após as chuvas ocorridas no final do ano de 2021. Foi informado que a comunidade estava realizando coleta de água da chuva para consumo. O telhado não tem calha, ele coloca vasilhames improvisados para coleta onde a água escoava com mais vazão. Em toda comunidade, plantas de diferentes espécies têm apresentado embranquecimento das folhas. Os sintomas apareceram depois das chuvas que aconteceram no fim do ano de 2021. A comunidade possuía 6 amostras para serem submetidas a análise. Na ocasião, Wilton, liderança comunitária, relatou ter receio do transbordamento ou até rompimento do açude da Agropéu, localizado nas proximidades da comunidade.

LINK DE REGISTRO:

[Atividade do dia 04.01.2022 - Saco Barreiro Coleta de água e conversa com liderança.docx](#)

8º Atividade

DATA: 12/05/2022



DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

No dia 12 de Maio de 2022 estivemos na Comunidade para realização de um campo de reaproximação e identificação de danos. Mesmo após todos os relatos coletados, era necessário uma atuação conjunta, no que hoje seria um novo processo, pois os membros da comunidade já conseguem se reconhecer enquanto pessoas atingidas. Dentro desse processo formativo, foi necessário realizar uma atividade em que reafirmamos o papel do Instituto enquanto assessoria jurídica, a consulta específica do anexo 1.3 para povos e comunidades tradicionais, a vinda de uma consultoria especializada e colocarmos a possibilidade da construção de um protocolo de consulta com a comunidade. Após o diálogo com as lideranças da associação da comunidade, e da resposta afirmativa com relação ao interesse na realização da construção do protocolo, montamos uma agenda de campos futuros para reuniões com a comunidade, seja para tratar sobre o anexo 1.3 e sobre o protocolo de consulta.

9º Atividade

DATA: 19/05/2022

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

No dia 19 de maio de 2022 foi realizada uma reunião na Comunidade Quilombola Saco Barreiro, tendo como objetivo uma devolutiva dos resultados das análises das cisternas de algumas famílias, além de falar sobre a análise da água do córrego do Pari. A equipe responsável pela elaboração da proposta de campo foi a da coordenação das ciências ambientais. Na reunião foi colocado a importância das análises realizadas para a luta coletiva pela melhoria da água na região. Sendo posto pela comunidade que esses documentos vão ser utilizados quando houver a perfuração de novo poço artesiano, que proverá água do lençol freático. Pela equipe de direitos, foi falado sobre a possibilidade de fornecer informações de como poderiam dar encaminhamento dos resultados. Nesse ponto, foi reforçado que o Instituto Guaicuy não possui autonomia para dar andamento a esse processo. Dentre as falas das pessoas presentes, destaca-se uma forte preocupação da comunidade com o consumo da água do córrego Pari. Também sobre esse assunto, informaram que o córrego vem de Papagaios/MG, sendo esse município um dos atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho.

10° Atividade

DATA: 25/05/2022

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

No dia 25 de maio de 2022 o Instituto Guaicuy esteve presente no território, juntamente com a consultoria CAMPO, para apresentação da consultoria e para realização de uma explicação sobre as noções introdutórias sobre protocolo de consulta.

LINK DE REGISTRO:

[Reunião presencial na Comunidade Quilombola Saco Barreiro - 26.05.2022.docx](#)

Quadro 23

 LOCAL DA ATIVIDADE	DATA DA ATIVIDADE	ASSUNTO
Comunidade Quilombola Saco Barreiro	06/08/2021	Campo de reconhecimento
Comunidade Quilombola Saco Barreiro	02/09/2021	Diagnóstico Cultural com a Caracterização das manifestações culturais e mapeamento de danos da comunidade
Comunidade Quilombola Saco Barreiro	17/09/2021	Devolutivas e PTR
Comunidade Quilombola Saco Barreiro	10/11/2021	Reunião com a comunidade sobre assessoria e o anexo 1.3
Comunidade Quilombola Saco Barreiro	18/11/2021	Consulta do 1.3 (votação)
Comunidade Quilombola Saco Barreiro	17/12/2021	Diálogo sobre coletas realizadas
Comunidade Quilombola Saco Barreiro	04/01/2021	Chuvas ocorridas em dezembro e janeiro de 2021
Comunidade Quilombola Saco Barreiro	12/05/2022	Campo de reaproximação e levantamento de danos
Comunidade Quilombola Saco Barreiro	19/05//2022	Devolutivas relacionada a água e as cisternas
Comunidade Quilombola Saco Barreiro	26/05/2022	Noções introdutórias sobre protocolo de consulta

- **COLETAS REALIZADAS NA COMUNIDADE**



Diante do cenário colocado, foi necessário a realização de coletas no Córrego e em cisternas localizadas na Comunidade. Tendo em vista que garantir a qualidade da água é essencial para a saúde das pessoas e para a segurança de processos produtivos, por isso, é fundamental o monitoramento periódico de parâmetros por meio de análises físico-químicas e microbiológicas. A partir de uma boa análise, é possível estimar exatamente quais ações e quão efetivas elas devem ser para se adequar ao estabelecido por lei.

Muito mais que uma obrigação legal, o controle de qualidade da água utilizada é crucial para garantir a saúde da comunidade. Se a norma for negligenciada, a consequência é a transmissão de uma série de doenças, causadas pelo consumo de líquidos que podem estar contaminados. Diante disso, o Instituto Guaicuy, realizou ao longo de outubro de 2021 a maio de 2022, sendo seis coletas em cisternas de moradores da comunidade e duas coletas no Córrego do Pari.

Quadro 24

 LOCAL DA COLETA	DATA DA COLETA	DATA DA DEVOLUTIVA
Cisterna da Casa do Wilton	25/10/2021	17/12/2021
Córrego do Pari	29/11/2021	19/05/2022
Córrego do Pari	11/02/2022	19/05/2022
Cisterna da Casa do Wilton	01/04/2022	19/05/2022
Cisterna da Casa da Neide	01/04/2022	19/05/2022
Cisterna da Casa da Eide	01/04/2022	19/05/2022
Cisterna da Casa da Leandra	01/04/2022	19/05/2022
Cisterna da Casa do Vânio	01/04/2022	19/05/2022

● **CRONOGRAMA FUTURO DAS ATIVIDADES EXTERNAS A SEREM REALIZADAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SACO BARREIRO**

Assim, pautando o desenvolvimento de suas atividades junto ao quilombo de Saco Barreiro, visto que possui lógica de organização social diversa e detém direitos específicos. Dentre esses direitos, está o direito à consulta prévia, livre e informada formalizado pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Esse direito prevê que todas as decisões que afetam os modos de vida de alguma comunidade tradicional devem passar pelo debate junto a mesma, com antecedência a sua

prática e que deve ocorrer nos moldes que a comunidade indicar. Nesse sentido, visando manter a articulação com a comunidade quilombola de Saco Barreiro, aprofundando o diálogo e sedimentando a estrada que lhes permite chegar à reparação em razão do desastre-crime, se faz necessário um cronograma de atividades para tratar sobre o protocolo de consulta.

Quadro 25

Datas proposta	Atividades a serem realizadas	Equipe necessária
26/05/2022	Noções introdutórias sobre protocolo de consulta.	Direitos , Saúde e Assistência social
08/06/2022	Entrega de documento produzido pela assessoria com orientações sobre as perguntas/respostas que devem constar no protocolo de consulta. Perguntas geradoras - protocolo de consulta	Direitos
10/06/2022	Diálogo, de modo remoto, com as lideranças do quilombo, para esclarecer dúvidas acerca do documento produzido e enviado pela ATI.	Direitos
Junho/ Julho/ Agosto	A comunidade irá se organizar, para discutir sobre os pontos que deverão constar no Protocolo de Consulta. A ATI estará à disposição para esclarecimento de dúvidas.	Direitos e Mobilização
Junho/ Julho/ Agosto	A Consultoria estará no território, acompanhada pela ATI. Como já informado à comunidade, os elementos trabalhados poderão ser utilizados na elaboração do protocolo de consulta.	Ciências Sociais e Direitos
Junho/Julho/ Agosto	Consulta específica em relação dos PCTS, anexo I.3	Direitos, Ciências Sociais, Mobilização, Coordenação Territorial, e Saúde e Assistência social
23/08/2022	Debate com a comunidade sobre o documento de Perguntas/respostas que devem constar no protocolo de consulta.	Direitos, Ciências Sociais, Mobilização e Saúde e Assistência social
30/08/2022	Auxílio à comunidade na construção do protocolo de consulta.	Direitos, Ciências Sociais, Mobilização e Saúde e Assistência social
07/09/22	Auxílio à comunidade na construção do protocolo de consulta.	Direitos, Ciências Sociais, Mobilização e Saúde e Assistência social
-	Validação do protocolo de consulta pela comunidade, na data em que ela julgar adequada. A ATI estará à disposição para esclarecimento de dúvidas.	Direitos e Mobilização



-	Divulgação do protocolo de consulta, com auxílio da ATI, a pedido da comunidade.	Direitos e Comunicação
---	--	------------------------

3. Pescadores Artesanais e Ribeirinhos

No Brasil, a atividade pesqueira é classificada, e distinguida dentre suas várias modalidades, de acordo com a Lei 11.959, de 26 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, da seguinte maneira:

- I. Pesca não comercial, que é subdividida em:
 - a) científica; b) amadora; c) de subsistência.
- II. Pesca comercial, que se subdivide em:
 - a) industrial e b) artesanal. (Brasil, 2009).

Em relação à pesca comercial, a referida Lei (11.959/09), em seu artigo 8, inc. I (um), alínea "a", a define como: "praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte". O art. 4, parágrafo único, complementa incluindo na atividade "os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal."

Neste sentido, a Lei considera e estabelece como pescador artesanal não só o homem ou a mulher que faz a captura do peixe, mas, também, todos os demais, desde aqueles que confeccionam os materiais necessários para a atividade até os que realizam a limpeza e o processamento do pescado. Além destes, há também aqueles que auxiliam no transporte e comercialização dos peixes capturados de forma artesanal (em regime autônomo; em economia familiar e/ou, ainda, através de parcerias), complementando um ciclo socioeconômico que garante a reprodução social da categoria.

A pesca artesanal pode ainda ser dividida em dois subgrupos, pescadores cadastrados e não cadastrados. O primeiro são aqueles que exercem a profissão de maneira

formal, estando devidamente cadastrados nas colônias de pesca¹³ e/ou nos órgãos competentes - hoje, a Secretaria de Aquicultura e Pesca, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, possuindo o documento de Registro Geral da Pesca (RGP) ou o protocolo de pescador profissional. O segundo, são aqueles que exercem a profissão sem nenhum tipo de cadastro em órgãos competentes; comumente chamados de "pescadores clandestinos"¹⁴.

Neste sentido, uma questão crucial para entender a existência social do grupo e os diversos conflitos que permeiam a prática da pesca profissional artesanal, diz respeito à questão da identidade. De acordo com Valêncio (2007), a identidade do pescador profissional artesanal repousa

"(...) na afirmação da sua territorialidade, do seu direito de estar no lugar e dele retirar seu provimento, de entender que sua sobrevivência reside na fruição multidimensional daquele lugar. O conjunto de práticas sociais relacionadas ao trabalho está geograficamente referido, isto é, as referências territoriais da pesca compreendem tanto as particularidades ambientais de dado trecho do rio onde se quer atuar quanto os tipos de acordo que se faz para a exploração coletiva do mesmo".

Sendo a territorialidade e a ligação estabelecida com os cursos d'água um ponto essencial a reprodução material e simbólica dos pescadores artesanais, são muitos os efeitos produzidos pelo que um desastre, reforçando e potencializando a um nível preocupante aquilo que Valêncio (2007) chamou de "produção social da inexistência" do pescador profissional artesanal.

O rompimento da barragem da Vale potencializa sobremaneira o risco de extinção da categoria, que deve receber um segundo aspecto da construção da identidade social do grupo que pretendemos trabalhar "vem dos sentidos partilhados, dentre os quais

¹³ Apesar de ser instâncias que carregam consigo diversos conflitos e críticas por parte de muitos pescadores, as Colônias de Pesca se constituem como importantes esferas de representação da classe de pescadores profissionais artesanais.

¹⁴ Como afirma Valêncio (2007, p.23), importante ressaltar que existe terceiro subgrupo, "constituído por aqueles que estão cadastrados nas colônias de pesca e que, efetivamente, não podem ser considerados pescadores profissionais". De acordo com a autora, "são amadores, e o cadastramento visou a garantir, para sua conveniência, o direito de uso de equipamentos permitidos apenas aos profissionais, assim como tentar fazer jus à aposentadoria e aos benefícios afins". A existência desses diferentes subgrupos de pescadores, expressa diversos conflitos entre eles, que devem ser levados em consideração ao propormos qualquer tipo de trabalho com eles.



se destaca uma sintonia com os movimentos e necessidades da natureza" (Valêncio, 2007, pg.29).

O pescador profissional artesanal estabelece uma relação simbiótica tão forte entre o peixe, a água e todo o ecossistema que o permeia, que faz com que o grupo se diferencie sobremaneira dos demais sujeitos que compõem a cadeia da pesca. Inclusive, como afirma Garcia (2014, pg.59), este "modus vivendi dos pescadores artesanais se encaixa perfeitamente na definição de comunidade tradicional oferecida pelo legislador". De acordo com o autor, esta definição cabe a eles devido a seis fatores constitutivos/declaratórios do título de comunidade tradicional, que são os seguintes:

- a. Os pescadores artesanais, enquanto comunidade, formam grupos culturalmente diferenciados da maioria que compõe a sociedade;
- b. Os pescadores artesanais possuem formas próprias de organização social;
- c. Os pescadores artesanais ocupam e usam territórios (litoral e leitos de rios e lagos) e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, por meio de atividades de baixo impacto ambiental;
- d. Os pescadores artesanais vivem em uma estreita relação com o ambiente natural;
- e. Os pescadores artesanais utilizam conhecimentos, técnicas e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- f. E, acima de tudo, as comunidades de pescadores artesanais se reconhecem como uma comunidade tradicional (Garcia, 2014, pg.59)¹⁵.

É justamente por esses fatores agravadores que propomos focar as atividades com a categoria socioproductiva específica dos/as pescadores/as profissionais artesanais e de subsistência. Os demais grupos que compõem a cadeia da pesca, que também foram seriamente afetados pelo crime da Vale, deverão ser contemplados nas diversas outras formas de atuação do Instituto Guaicuy no território atingido.

Importante ressaltar aqui que, geralmente, estes pescadores, apesar de estarem inseridos em comunidades que são bastante diversas em termos de composição societária, eles

¹⁵ Sobre este último tópico é importante ressaltar o que foi abordado na nota técnica produzida pelo Instituto Guaicuy, explicando essa questão do auto reconhecimento de comunidades tradicionais ainda não referendadas pelo Estado e que, muito comumente, passam a reivindicar o status de tradicionalidade justamente a partir de conflitos que os impelem a se reafirmarem enquanto tal; como é o caso dos conflitos ambientais oriundos de desastres como este da Vale, entre outros. Ver nota técnica disponível em: [Nota técnica - PCT's não certificados](#)

constituem o que Aderval Costa Filho costuma chamar de “coletivos tradicionais”. Diferente de comunidades tradicionais onde os membros possuem fortes laços de parentesco e proximidade das residências, no caso de coletivos tradicionais as famílias estão mais espaçadas ao longo das cidades e territórios.

A territorialidade dos pescadores artesanais nas regiões de atuação do Instituto Guaicuy pode ocorrer de forma distinta em relação a uma comunidade, a depender da localidade abordada. Em algumas situações, pode-se configurar coletivos dispersos que compartilham modos de vida e práticas comuns, conformando laços sociais que dizem de um grupo culturalmente distinto, embora o parentesco não seja fator essencialmente embasador.

A categoria “ribeirinhos” é atribuída àquelas pessoas que estabelecem historicamente uma relação íntima com os rios e suas várzeas, canais e igarapés. Enquanto grupo, os ribeirinhos centram sua economia produtiva em práticas de subsistência e comercialização de pequeno porte através da pesca artesanal, caça e extrativismo. Suas relações sociais, por sua vez, também costumam se estabelecer em torno do uso e proximidade com as águas em um ambiente compartilhado.

No contexto socioeconômico das regiões 04 e 05, as populações ribeirinhas estão associadas ao “ofício tradicional do pescado”, atividade caracterizada pela pesca artesanal, que faz uso da mão de obra familiar, uso de pequenas embarcações e comercialização de pequeno porte.

Nesse sentido, trabalhamos aqui com os referidos pescadores profissionais artesanais (II. b) e de subsistência (I.c), uma vez que, embora a legislação faça distinção entre estas duas modalidades, nos territórios em questão estão intimamente relacionadas.

3.1 Ações do Instituto Guaicuy com os Pescadores Artesanais e Ribeirinhos

O Instituto Guaicuy desenvolveu atividades específicas para grupos de pescadores. Esses trabalhos tiveram como base o entendimento de que nas regiões em que atua a atividade da pesca é fundamental para a subsistência de várias famílias atingidas.



Primeiramente, é importante observar que foi feito um levantamento de dados sobre os grupos de pescadores existentes nas áreas atingidas. Esses dados estão organizados a partir de três incursões no campo. O Diagnóstico Familiar sobre Perdas das pessoas atingidas (DFIPA) Fluxos 1 e 2 nas regiões 4 e a Pesquisa Domiciliar na região 5.

Essas incursões não tinham o objetivo específico de trabalhar apenas com pescadores e pescadoras, mas registraram variáveis úteis para caracterizar esse grupo e parte dos danos sofridos por ele. O DFIPA fluxo 1 da região 4 foi a primeira incursão no campo para levantamento de dados sobre pescadores, ocorreu no período de outubro a novembro de 2020. Os dados produzidos indicam que dentre os 994 entrevistados (entre residentes e sítiantes da região 4), 846 pescavam antes do rompimento, e apenas 180 ainda o faziam no momento da pesquisa, demonstrando que a pesca é uma atividade extensiva no território. No conjunto dos 994 domicílios, em ao menos 220 se obtinha alguma renda com a pesca ou com suas atividades relacionadas antes do rompimento.

Na área 5, a Pesquisa Domiciliar entrevistou 2.280 pessoas (entre moradores e sítiantes), e dentre essas ao menos 1.669 pescavam antes do rompimento. Em pelo menos 692 domicílios (do total de 2.280 entrevistados), a pesca era realizada com a finalidade de comercialização do pescado.

Tendo por base a compreensão de um extenso número de pescadores e pescadoras nas regiões 4 e 5, foram pensadas atividades específicas para fazer o levantamento de danos desses grupos sociais. Dentre essas, se destaca a metodologia da cartografia social.

A cartografia social é uma técnica participativa, intermediada por profissionais, que permite que grupos tracem os contornos espaciais significativos por meio da elaboração de mapas temáticos, que retratam, no caso, as experiências cotidianas da comunidade e o papel da pesca. Foram realizadas 13 cartografias sociais entre setembro e dezembro de 2021, com a participação total de 240 pessoas. Ocorrem quatro experiências na R4, uma na R5 Oeste e oito na R5 Leste. Diversos relatos de danos emergiram durante as cartografias sociais, sendo aquelas relacionadas à perda de renda a mais recorrente nas diferentes localidades. O relatório das atividades da Cartografia podem ser acessados pelo link: [Atividades de levantamento de danos na pesca artesanal e piscicultura](#)

Quadro 26 - Cartografia social na A4

Cartografia social com Pescadores da Área 4

Área	Onde	Data	Total de participantes
A4	Cartografia Cachoeira do Choro 1	01/09/2021	16 pessoas
A4	Cartografia Cachoeira do Choro 2	02/10/2021	26 pessoas
A4	Cartografia Social Angueretá	16/10/2021	20 pessoas
A4	Cartografia Social Encontro das Águas	23/10/2021	12 pessoas

Quadro 27 - Cartografia Social - Área 5 Oeste.

Cartografia social - Área 5 Oeste

Área	Onde	Data	Total de participantes
A5O	Cartografia Social Biquinhas	31/08/2021	22 pessoas

Quadro 28 - Cartografia Social no Parque das Nações (Três Marias)

Cartografia social - Área 5 Leste

Área	Onde	Data	Total de participantes
A5L	Cartografia Social Parque das Nações (Três Marias)	02/09/2021	27 pessoas
A5L	Cartografia Social Porto Melancias (Três Marias)	13/10/2021	15 pessoas
A5L	Cartografia Social Chico da Roça, Recanto do Peixe Vivo e Recanto da Siriema (Felixlândia)	21/10/2021	18 pessoas
A5L	Cartografia Social Barra do Paraopeba (Felixlândia)	18/11/2021	9 pessoas
A5L	Cartografia Social Faveira (Felixlândia)	19/11/2021	14 pessoas
A5L	Cartografia Social Riachão (Felixlândia)	25/11/2021	15 pessoas



A5L	Cartografia Social Lago Dos Cisnes (Felixlândia)	02/12/2021	16 pessoas
A5L	Cartografia Social Paraíso (Felixlândia)	03/12/2021	14 pessoas

Por sua vez, o Instituto Guaicuy realiza diversas atividades na qual estão inseridos também, os pescadores artesanais, como reuniões de núcleos comunitários, acolhimentos, plantões e atividades coletivas. As atividades coletivas nas localidades ocorrem por vezes com pescadores que compõem, por exemplo, a nucleação dedicada a esse público em Morada Nova de Minas (área 5 Oeste). Entre dezembro de 2020 e maio de 2022, houve no local, junto aos pescadores nucleados reuniões temáticas que abordaram os temas: reconhecimento territorial, PTR, além dos anexos 1.1, 1.3 e a matriz de danos. Além disso, ainda na área 5 Oeste atividades coletivas voltadas aos pescadores ou com a presença demarcada deles em outras localidades nucleadas como os pescadores da Sede de Abaeté (com 10 atividades), e mesmo em localidades ainda não nucleadas, como Campo Alegre, onde houve 5 atividades com presença de pescadores. Ademais, ainda nessa regional, houve também 2 edições do Encontro Mulheres das Águas, para tratar especificamente do público feminino.

A represa de Três Marias, e o rio São Francisco são os principais pontos de pesca dos moradores das 10 cidades atingidas pelo desastre da Vale e assessoradas pelo Instituto Guaicuy, definidas como área 4 (Curvelo e Pompéu), área 5 leste (Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté) e área 5 oeste (Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Abaeté, Martinho Campos). Como principais características relacionadas a pesca nestas áreas temos, prioritariamente a pesca artesanal como principal fonte de renda entre os pescadores comerciais, sendo que não foi identificado nenhuma categoria de pesca industrial.

É sabido que as 3 regiões compreendem mais de 3.000 pescadores artesanais profissionais ligados à alguma colônia de pesca da região, isso sem considerar os não-comerciais e de subsistência.

Foram realizadas também duas atividades virtuais com o público de pescadores artesanais, a primeira atividade foi o “**Webnário: pesca após a lama**” que pode ser assistido pelo link [Webnário: pesca após a lama](#).

E uma segunda atividade que foi o seminário virtual “**2 anos e meio do rompimento: a atividade pesqueira na bacia do Rio Paraopeba e Lago de Três Marias**” em parceria com a CAMF e as demais Atis que pode ser assistido pelo link: [2 anos e meio do rompimento: a atividade pesqueira na bacia do Rio Paraopeba e Lago de Três Marias](#)

Perspectivas de atuação junto aos pescadores artesanais

O Ministério da Cidadania, através da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, reconhece os pescadores artesanais como Povos e Comunidades Tradicionais (<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>).

Assim temos os pescadores e pescadoras artesanais do território como público prioritário e que deverão encontrar na Frente da Pesca, inserida no GT especificidades, ações e princípios gerais que garantam:

- Atendimento e acolhimento familiar dentro do território;
- Apoio às organizações e ao processo de governança, na busca pela garantia que as comunidades sejam representadas nas tomadas de decisões;
- Garantia de recebimento de informações e segurança dos dados;
- Levantamento e tratamento de dados que garantam a transversalidade de gênero, raça e idade;
- Contribuir para o acesso efetivo ao PTR;
- Promover o controle social e participação informada dos pescadores e pescadoras nas etapas de implementação dos projetos do Anexo 1.3 e Anexo 1.1;
- Identificar, acompanhar e encaminhar as demandas por medidas emergenciais das comunidades e pessoas atingidas na bacia do rio Paraopeba e nos municípios do entorno do reservatório de Três Marias;

III. Produtos referentes aos variados segmentos de PCTs produzidos pelo IG

Quadro 29

Título do Produto	Produto	Link de acesso
Proposta de roteiro	Trata-se de um documento produzido pelas	ATIS + CAMF _ PROPOSTA DE



das ATIs para o processo de consulta qualitativa informada aos povos e comunidades tradicionais sobre os critérios e formas de comprovação para o programa de transferência de renda à população atingida do acordo judicial.	ATIS e CAMF, apresentado aos compromitentes, que tem como objetivo apresentar propostas para a garantia dos direitos às especificidades dos povos e comunidades tradicionais no âmbito do anexo I.2, mais especificamente em relação à necessidade de consulta livre e informada a essas populações sobre as formas de comprovação para o programa de transferência de renda, proposta para definição de territorialidade e de recebimento de forma coletiva.	ROTEIRO DAS ATIs PARA O PROCESSO DE CONSULTA QUALITATIVA INFORMADA AOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS SOBRE OS CRITÉRIOS E FORMAS DE COMPROVAÇÃO PTR (1).pdf
Grupos vulnerabilizados na matriz de danos	O documento elaborado pelo IG elencou e analisou oito grupos que tiveram suas vulnerabilidades intensificadas em decorrência do rompimento da barragem em Brumadinho, são eles: crianças, adolescentes e juventudes; mulheres; povos e comunidades tradicionais; população negra; famílias em situação de insegurança alimentar e, por fim, Idosos. Por meio desse estudo, o Instituto Guaicuy objetivou especificar quais as perdas e os prejuízos que essas coletividades sofreram e incorporá-los à matriz de danos.	Grupos Vulnerabilizados na Matriz de Danos.pdf
Manual: Rios, Povos e Comunidades Tradicionais	O manual em questão expõe a diversidade cultural e social presente nos grupos denominados de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) nas regiões assessoradas pelo IG. Além disso, busca ampliar o conhecimento sobre essas populações e, para isso, sistematiza estudos, pesquisas e normas técnicas com o intuito de se ter uma base teórica para identificar e diferenciar as diversas comunidades tradicionais existentes nos territórios, as quais recebem atendimentos das equipes do Instituto Guaicuy.	Manual Rios, Povos e Comunidades Tradicionais.pdf
Proposta de construção de diretrizes PCTs sem certificação - Instituto Guaicuy	Trata-se de documento que apresenta as diretrizes de atuação do Instituto Guaicuy em relação aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). No documento há uma sistematização de normas jurídicas nacionais e internacionais que referenda o “autoreconhecimento” dos PCTs como um critério legal, independentemente da certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) ou pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).	PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES PCTS SEM CERTIFICAÇÃO - INSTITUTO GUAICUY.pdf

Relato de campo - Diagnóstico cultural - CTCEL*	O documento discorre sobre atividades de campo realizadas pela equipe de Coordenação de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer (CTCEL) quanto ao aspecto da vida cultural dos atingidos, que foi alterada devido ao rompimento da barragem na região de Brumadinho. Ademais, essa sistematização resultou em um levantamento de perdas e prejuízos, os quais foram incorporados à matriz de danos.	Relato de Campo Diagnóstico Cultural CTCEL (1).pdf
Segundo fluxo de campo de diagnóstico cultural - caracterização das manifestações culturais e mapeamento de danos*	A partir desse fluxo em campo, a equipe da Coordenação de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer (CTCEL) finalizou as entrevistas presenciais nos territórios com o intuito de mapear as características culturais e sociais das áreas e dos atingidos em decorrência do rompimento da barragem em Brumadinho. Após esse momento, ocorrerá uma devolutiva para os atingidos em forma de um mapa cultural que será disponibilizado por meio de redes sociais.	Segundo fluxo de campo do Diagnóstico Cultural Caracterização das manifestações culturais e mapeamento de danos.pdf

* Em relação ao **“Diagnóstico Cultural”** é importante mencionar que a atividade foi essencial enquanto um mapeamento inicial, uma “ponte” para a identificação de aspectos de tradicionalidade e possíveis PCTs. Tal levantamento foi realizado com o intuito de identificar danos e obter mais informações para compor a caracterização das regiões de atuação do Instituto Guaicuy com o enfoque nas manifestações culturais, a partir do diálogo com agentes e grupos culturais. Portanto, a realização do Diagnóstico Cultural nas áreas 4 e 5 foi estruturada em três etapas. A primeira etapa aconteceu junto à Coordenação de Articulação Institucional Territorial, através de reuniões virtuais com os gestores públicos das temáticas de cultura, turismo, educação, lazer e esporte para o levantamento de dados secundários sobre o patrimônio, a atualização dos calendários culturais dos municípios, informações sobre as manifestações culturais e levantamento de contatos para a mobilização das etapas posteriores.

Na segunda etapa realizou-se o “Encontro Cultural”, uma atividade virtual com as comunidades. A proposta desse encontro foi estabelecer uma aproximação com as pessoas envolvidas nas manifestações culturais das comunidades para o levantamento de informações e contatos. Essa etapa foi fundamental para buscar mais elementos sobre a



dinâmica dessas manifestações culturais e para a mobilização e articulação da etapa posterior.

A terceira etapa foi a realização das visitas presenciais nas comunidades com o objetivo de identificar/caracterizar as manifestações culturais e mapear danos através da aplicação de entrevistas semiestruturadas em profundidade com as pessoas atingidas. O levantamento durou aproximadamente 6 meses e foi dividido em dois fluxos de trabalhos em campo, no total foram realizadas 78 entrevistas nas regiões 4 e 5.

Através do Diagnóstico Cultural, tivemos a oportunidade de estabelecer contato com pessoas atingidas pertencentes a PCTs, dentre eles estão integrantes do Quilombo Saco Barreiro, pescadores artesanais e benzedeiros. O levantamento também possibilitou a identificação de formas de expressão tradicionais como o Congado, que é uma das mais expressivas e populares manifestações culturais de Minas Gerais. Trata-se de uma “forma de cortejo real incluindo canto, danças e, frequentemente, entrecos com representações teatrais”.

Os dados, relatos e análises, através de uma comunhão de diferentes coordenações do Instituto Guaicuy, ressaltam a incidência dos danos às relações familiares, de amizade e vizinhança, nas relações e atividades culturais, identitárias e de pertencimento comunitário. Apesar da dificuldade de valoração desses danos específicos, a dimensão imaterial que os compõem incide sobre as relações interpessoais dos atingidos das regiões 4 e 5, justificando também a necessidade de sua reparação.

IV. Comunicação

A equipe de Comunicação do Instituto Guaicuy vem realizando desde 2020, conjuntamente com as demais coordenações do Instituto Guaicuy, uma série de produtos relacionados aos Povos e Comunidades Tradicionais.

É primordial, enquanto Assessoria Técnica Independente, subsidiar através de seus produtos de comunicação a construção de uma visibilidade, não excludente, para as pessoas atingidas, proporcionando um espaço de aparição para os PCTs e as diversas formas de expressão tradicionais a eles vinculados.

Os materiais de comunicação produzidos tiveram, portanto, como objetivo dar visibilidade a essas comunidades e contribuir no levantamento dos danos sofridos pelas mesmas em decorrência do rompimento da barragem da Vale S/A.

Esses produtos contribuem também na participação informada à medida que demonstram, de forma didática e acessível, as particularidades das coletividades tradicionais, reforçando a necessidade de tratamento diferenciado, previsto no Acordo.

O levantamento imagético realizado, assim como os relatos coletados se configuram enquanto documentação de patrimônio imaterial, que tem relevância enquanto registro arquivístico dessas práticas, podendo subsidiar o processo de reparação integral e inclusivo desses povos, a curto, médio e longo prazo.

Para a realização dos produtos de comunicação, foram coletados relatos variados de pessoas atingidas de comunidades tradicionais através de técnica de entrevista em áudio e vídeo, bem como foram coletadas imagens de práticas culturais, indumentárias tradicionais e demais artefatos de cultura material. Assim como relatos dos danos e impactos sofridos em decorrência do rompimento.

Foram realizados materiais em suportes variados como vídeo, áudio e texto com veiculação em plataformas digitais (*Youtube, Instagram, Facebook*) e impressas (jornal impresso). Também foi realizado trabalho de assessoria de imprensa. Os conteúdos produzidos tiveram como público alvo as pessoas atingidas e a sociedade civil.

Redes Sociais:

O Instagram é um dos canais digitais de maior audiência do Guaicuy. Na sua gestão, produz-se conteúdos/produtos de diferentes formatos, como carrossel fixo e carrossel animado, post arte, vídeo para reels, story, além de coberturas ao vivo e lives. As pautas são pensadas nas reuniões editoriais da Comunicação Externa e levantadas com outras equipes do Guaicuy. Depois é elaborado o calendário editorial e a designação de cada pauta ao seu responsável para apuração, entrevistas quando necessárias, levantamento de imagens ou vídeos, decupagem e por fim, o material revisado e aprovado é enviado para a diagramação e postado na rede. Após a publicação, os conteúdos postados são analisados e metrificados em uma tabela para medir audiência, públicos, interações e engajamento



No caso do Facebook, os conteúdos são publicados a partir do que é produzido para o Instagram, Youtube e para o site, com o compartilhamento de *link* direto de matérias.

Vídeos:

Realizamos vídeos em diversos formatos, como reportagens, pílulas explicativas, documentários, vídeos animados e vídeos explicativos. Para a realização dos mesmos estão envolvidas as seguintes etapas: levantamento de pauta de acordo com as demandas das atividades de campo e demais assuntos pertinentes às pessoas atingidas; reunião de pauta; entrevistas em campo; decupagem do material; roteirização; edição; montagem; tratamento de cor; exportação; revisão e aprovação dos materiais; divulgação em plataformas digitais.

Texto:

Levantamento de pautas de acordo com as demandas das atividades de campo e demais assuntos pertinentes às pessoas atingidas, elaboração dos conteúdos de texto para os diversos canais (*WhatsApp*, *site* e impressos); aprovação dos textos com os pontos focais/responsáveis por cada tema, inclusão no site e divulgação.

Assessoria de Imprensa:

A assessoria de imprensa tem a função de representar a voz da organização perante os canais de comunicação, instigando os veículos de comunicação a abordarem os temas trabalhados e discutidos pelo Guaicuy com propriedade científica, intelectual e prática.

As pautas são pensadas em reuniões com a equipe de comunicação e aprovadas de acordo com calendário do Instituto. Depois, são elaboradas sempre com o amparo técnico da equipe multidisciplinar do Guaicuy, entrevistas com fontes especializadas, leitura de documentos e materiais técnicos e dos depoimentos das pessoas atingidas sobre o assunto em questão. Em seguida, são enviadas para um *mailing* de jornalistas locais e nacionais. Por último, acontece o acompanhamento da pauta, com a criação do clipping

interno, a partir do interesse dos comunicadores sobre o tema, e da mediação para que as entrevistas ocorram da melhor forma possível.

Nas tabelas abaixo listamos os principais produtos realizados pela equipe de Comunicação da ATI Paraopeba com os PCTs, assim como os produtos relacionados ao diagnóstico cultural feito pelo Instituto Guaicuy.

Quadro 30

PCTs				
Data	Identificação/ Título produto	Distribuição	Link	Categoria
24/05/2022	Carrossel composto de imagens, texto e vídeos: Guaicuy realiza pesquisa com Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e Povos de Religião Ancestral de Matriz Africana	Instagram	https://www.instagram.com/p/Cd86E4es9vn/	Consultoria PCTs
24/05/2022	Guaicuy realiza pesquisa com Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e Povos de Religião Ancestral de Matriz Africana	Facebook	https://fb.watch/dgAGPOXk kv/	Consultoria PCTs
23/05/2022	Post: Levantamento de danos dos Povos e Comunidades Tradicionais e Povos de Religião Ancestral de Matriz Africana	Instagram	https://www.instagram.com/p/Cd6QZaJsoq7/	Consultoria PCTs
20/05/2022	Pesquisa Guaicuy - Povos e Comunidades Tradicionais e Povos de Religião Ancestral de Matriz Africana	WTP; Youtube	https://youtu.be/9RNtgVf7O-8	Institucional
19/11/2021	Matéria: Dia Nacional da consciência negra: precisamos refletir sobre racismo e mineração	Site	https://guaicuy.org.br/dia-nacional-da-consciencia-negra/	Quilombolas e indígenas
30/03/2021	Artigo: (In)segurança e soberania alimentar das pessoas atingidas pelo desastre-crime da Vale S/A	Site	https://guaicuy.org.br/inseguranca-e-soberania-alimentar-das-pessoas-atingidas-pelo-desastre-crime-da-vale-s-a/	PCTs

Quadro 31

PCTs KAXIXÓS				
Data	Identificação/ Título produto	Distribuição	Link	Categoria



20/05/2022	Matéria: Guaicuy iniciará levantamento de danos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e dos Povos de religião de Matriz Africana	Site	https://guaicuy.org.br/levantamento-de-danos-povos-e-comunidades-tradicionais/	Kaxixós
12/05/2022	Sem rio para celebrar: rompimento da barragem da Vale em Brumadinho afasta indígenas Kaxixó do Rio Pará	Release imprensa	https://guaicuy.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Release-abril-indi%CC%81gena-1-1.pdf https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/02/interna_gerais.1291920/suspeita-de-contaminacao-do-rio-para-em-minas-ameaca-aldeias-kaxixo.shtml https://ufmg.br/comunicacao/noticias/comunidades-tradicionais-prejudicadas-pelo-desastre-de-brumadinho-continuam-desamparadas	Kaxixós
12/05/2022	Luta do Povo Kaxixó por reconhecimento como atingido	Facebook	https://www.facebook.com/107238850651160/posts/pfbid02zBzPqhYBsZbe4LfWdPV2vYFRFgNaSKZtyMjNVmjxbmgdKg4eYLFJw9njJ473qRgKl/	Kaxixós
12/05/2022	Luta do Povo Kaxixó por reconhecimento como atingido	Instagram	https://www.instagram.com/p/CKmFz-alFc0/	Kaxixós
04/05/2022	No dia dos povos indígenas, Guaicuy relembra luta Kaxixó e desafios no processo de reparação	Site	https://guaicuy.org.br/no-dia-dos-povos-indigenas-guaicuy-relembra-luta-kaxixo-e-desafios-em-processo-de-reparacao-apos-rompimento-da-barragem-da-vale/	Kaxixós
01/05/2022	Comunidade Kaxixó tem casas alagadas pela cheia do Rio Pará em Pompéu, MG	Release imprensa	https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2021/01/21/representante-de-comunidade-indigena-faz-apelo-e-grupo-kaxixo-do-capao-do-zezinho-e-imunizado-em-martinho-campos.ghtml	Kaxixós
19/04/2022	Post: Protocolo dos indígenas Kaxixó, prejudicados pelo desastre da Vale no Paraopeba busca garantir escuta à comunidade sobre processo de reparação de danos	Instagram	https://www.instagram.com/p/CdeOapkso42/	Kaxixós
19/04/2022	Protocolo dos indígenas Kaxixó, prejudicados pelo desastre da Vale no Paraopeba busca garantir escuta à comunidade sobre processo de reparação de danos	Facebook	https://www.facebook.com/institutoguaicuy/photos/a.130385695003142/745574466817592/	Kaxixós

19/04/2022	Matéria: Protocolo dos indígenas kaxixó busca garantir escuta à comunidade sobre processos de reparação dos danos	Site	https://guaicuy.org.br/protocolo-lancado-pelos-indigenas-kaxixo-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-da-vale-busca-garantir-escuta-a-comunidade-sobre-processos-de-reparacao-dos-danos/	Kaxixós
19/04/2022	Post: Povo indígena Kaxixó é incluído pela Fundação Getúlio Vargas no Programa de Transferência de Renda (PTR), que faz parte do acordo entre Vale e Poder Público.	Instagram	https://www.instagram.com/p/CdJdPBisWrr/	Kaxixós / PTR
19/04/2022	Nota sobre o PTR para os Kaxixós	Travessia/Impresso		Kaxixós - PTR
18/04/2022	Matéria: PTR: Indígenas Kaxixó recebem FGV e previsão para o início do cadastramento	Site	https://guaicuy.org.br/indigenas-kaxixo-recebem-fgv-e-previsao-de-inicio-do-cadastramento-para-ptr/	Kaxixós
20/03/2022	Matéria: No dia dos povos indígenas, Guaicuy relembra luta Kaxixó e desafios no processo de reparação	Site	https://guaicuy.org.br/no-dia-dos-povos-indigenas-guaicuy-relembra-luta-kaxixo-e-desafios-em-processo-de-reparacao-apos-rompimento-da-barragem-da-vale/	Kaxixós
12/02/2022	Vídeo-retrato Altair, vice-cacique da aldeia Capão do Zezinho	Facebook	https://fb.watch/dgB7AytYBI/	Kaxixós
28/01/2022	Post: Vídeo-retrato Altair, vice-cacique da aldeia Capão do Zezinho	Instagram	https://www.instagram.com/p/CcjAFHMMbO4/	Kaxixós
31/08/2021	Guardiões das florestas: Cerca de 35% de toda a área preservada na América Latina estão em terras indígenas	Facebook	https://www.facebook.com/107238850651160/posts/pfbid02di7UWWvfqa2N2PYKLbcFPs4WWcQZcwAykJ2v9hz5SKRqTSfLSHqdueTOFFn7HaXjl/	Kaxixós
09/08/2021	Post: No Dia Internacional dos Povos Indígenas, Liderjane Kaxixó, liderança indígena em Minas Gerais, e Camilo Niño, do povo Arhuaco da Colômbia, trazem reflexões sobre as relações dos povos com a natureza	Instagram	https://www.instagram.com/p/CSXuipJsY3t/	Kaxixós
09/08/2021	Matéria: “Sem o rio Pará, um pedaço do Kaxixó vai embora”	Site	https://guaicuy.org.br/sem-o-rio-para-um-pedaco-do-kaxixo-vai-embora/	Kaxixós
04/08/2021	Depoimento de Otávio Kaxixó	Facebook	https://www.facebook.com/107238850651160/posts/pfbid02Gj5H6kX8FCk33L8bDkaks65LqXAvZbQEdMy4QVxZzBmQY5on9ZHE3VRNpLniqvYCl/	Kaxixós
19/04/2021	Carrrossel de imagens: depoimento de Otávio Kaxixó	Instagram	https://www.instagram.com/p/CN2YdKiFcZS/	Kaxixós



19/04/2021	Vídeo Retrato - Kaxixós	Youtube; WTP	https://youtu.be/YbW2DI799gQ	Kaxixós
19/04/2021	Post sobre o Povo Kaxixó	Facebook	https://www.facebook.com/institutoaguicuy/photos/a.130385695003142/485746162800425/	Kaxixós
19/04/2021	Post sobre o Povo Kaxixó	Instagram	https://www.instagram.com/p/CM40NHgl-x/	Kaxixós
26/03/2021	Carrossel composto por texto, imagens e vídeo: Confira cartas escritas por pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Vale três anos após o desastre	Instagram	https://www.instagram.com/p/CZSb-dmsrcz/	Kaxixós
26/03/2021	Matéria: Mídia destaca luta do povo Kaxixó por reconhecimento como atingido dois anos após desastre da Vale	Site	https://guaicuy.org.br/midia-destaca-luta-do-povo-kaxixo/	Kaxixós
28/01/2021	Comunidades tentam ser reconhecidas como atingidas	Contato imprensa	https://esportes.yahoo.com/noticias/comunidades-tentam-ser-reconhecidas-como-161000352.html?guccounter=1 https://www1.folha.uol.com.br/otidiano/2021/01/comunidades-buscaram-ser-reconhecidas-como-atingidas-dois-anos-apos-desastre-em-brumadinho.shtml	Kaxixós
28/01/2021	Vale ignora indígenas e quilombolas atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho	Contato imprensa	https://www.socialismocriativo.com.br/vale-ignora-indigenas-e-quilombolas-atingidos-pelo-rompimento-da-barragem-em-brumadinho/	Kaxixós
28/01/2021	Índios Kaxixó denunciam contaminação em rio de MG	Contato imprensa	https://noticias.r7.com/minas-gerais/mg-no-ar/videos/indios-kaxixo-denunciam-contaminacao-em-rio-de-mg-04082021	Kaxixós
24/01/2021	AMEAÇAS AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: Lacunas legais e políticas	Contato imprensa	https://www.oecdwatch.org/wp-content/uploads/sites/8/2022/03/Bridging-Brazilian-governance-gaps-Indigenous-peoples-rights-PT.pdf	Kaxixós
07/07/2020	Post: Lamento de indígenas Pataxó	Facebook	https://www.facebook.com/107238850651160/posts/pfbid0KnKiruMWRVWV7zv8ScPztteu8dq3Wn3dQz8NqK2GZBfo4grWpcmFJgBVCqv7vQbCl/	Kaxixós
07/07/2020	Post: Lamento de indígenas Pataxó	Instagram	https://www.instagram.com/tv/CE1naBip3uC/?utm_source=ig_web_copy_link	Kaxixós

Quadro 32

PCTs - PESCADORES ARTESANAIS				
Data	Identificação/ Título produto	Distribuição	Link	Categoria
10/05/2022	Matéria: Histórias de Pescadores: Nós e o rio, o Rio em nós	Site	https://guaicuy.org.br/historias-de-pescador-nos-e-o-rio-o-rio-em-nos/	Pescadores artesanais
31/3/2022	Matéria: Encontro virtual no próximo sábado (24) discute pesca profissional artesanal após a lama	Site	https://guaicuy.org.br/encontro-virtual-pesca-profissional-artesanal/	Pescadores artesanais
18/03/2022	Matéria: Atingidos discutem a “pesca após a lama” no Rio Doce e Paraopeba	Site	https://guaicuy.org.br/encontro-virtual-pesca-lama/	Pescadores artesanais
22/02/2022	Matéria: O que você perguntou na live “Pesca após a lama”, o Guaicuy responde	Site	https://guaicuy.org.br/o-que-voce-perguntou-na-live-pesca-apos-a-lama-o-guaicuy-responde/	Pescadores artesanais
22/12/2021	Depoimento de Dona Luzelina, morada de Lago dos Cisnes	Facebook	https://fb.watch/dgFOQRz73q/	Pescadores artesanais
15/10/2021	Post: depoimento de Dona Luzelina, morada de Lago dos Cisnes	Instagram	https://www.instagram.com/p/CLrlrg-F-XB/	Pescadores artesanais
15/10/2021	Depoimento de Ana e Cosme, moradores de São José do Buriti	Facebook	https://fb.watch/dgFSnvJLFu/	Pescadores artesanais
15/09/2021	Post: depoimento de Ana e Cosme, moradores de São José do Buriti	Instagram	https://www.instagram.com/p/CLUJuS_F31X/	Pescadores artesanais
15/09/2021	Carrossel composto de imagens, texto e vídeos: Guaicuy homenageia trabalhadoras e trabalhadores em maio, mês que marca a luta por melhores condições de trabalho e vida.	Instagram	https://www.instagram.com/p/CdZGguiMYbw/	Pescadores artesanais
20/08/2021	Matéria: Lembrança e saudades: águas que fluem contra o apagamento causado pela mineração exploratória	Site	https://guaicuy.org.br/memorias-e-saudades-de-antes-do-rompimento-da-barragem/	Pescadores artesanais
18/08/2021	Post: Cartografia Social com Pescadores e Pescadoras	Instagram	https://www.instagram.com/p/CbQn0Lysmcc/	Pescadores artesanais
03/08/2021	Post: Vídeo-retrato Dedé	Instagram	https://www.instagram.com/p/CaSvx8XFjBa/	Pescador artesanal
29/06/2021	Boletim Piracema: depoimento de pescadores	Impresso	https://drive.google.com/file/d/10uGxR5iV97C92n-9_9isnSBKBrnovLID/view?usp=sharing	Pescadores artesanais
29/06/2021	Boletim Piracema: depoimento de pescadores e agricultora	Impresso	https://drive.google.com/file/d/1Jx5j0vOh0Xu_cbCTGw2JQlhyr198Hulk/view?usp=sharing	Pescadores artesanais e agricultora



			p=sharing	
29/06/2021	Matéria: Pesca: seminário discute sobre a atividade na Bacia do Rio Paraopeba e na represa de Três Marias	Site	https://guaicuy.org.br/seminario-pesca-bacia-do-paraopeba-represa-de-tres-marias/	Pescadores artesanais
29/06/2021	Dia do Pescador	Facebook	https://fb.watch/dgEdvJ10D3/	
29/06/2021	Post em comemoração ao Dia do Rio das Velhas e o Dia do Pescador	Instagram	https://www.instagram.com/p/CQtpjDQI4oW/	Pescadores artesanais
09/06/2021	Video-retrato - Homero	WTP; Youtube	https://youtu.be/buKy0kBfv9c	Pescadores artesanais
09/06/2021	Video-retrato - Ana e Cosme	WTP; Youtube	https://youtu.be/nK3cDoDWRKM	Pescadores artesanais
02/06/2021	Vídeo-retrato com João, pescador de Morada Nova de Minas	Facebook	https://fb.watch/dgEy797M-H/	Pescadores artesanais
02/06/2021	Post: João, pescador de Morada Nova de Minas.	Instagram	https://www.instagram.com/p/COOLrdtlvHd/	Pescadores artesanais
14/05/2021	Existe peixe onde há lama? Dia do pescador	Release imprensa	https://guaicuy.org.br/existe-peixe-onde-ha-lama/ https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/saiba-como-ficou-a-vida-de-pescadores-nas-regioes-atingidas-por-barragens-em-minas	Pescadores artesanais
05/05/2021	Depoimento de Júlio César, pescador	Facebook	https://www.facebook.com/institutoguaicuy/photos/a.130385695003142/502895281085513/	Pescadores artesanais
28/04/2021	Post: depoimento de Júlio César, pescador	Instagram	https://www.instagram.com/p/COBgI6dFFWc/	Pescadores artesanais
28/04/2021	Vídeo-retrato Seu João	WTP; Sociais; Youtube	Redes Site, https://youtu.be/_3OwnOAG0zQ	Pescadores artesanais
26/04/2021	Barqueata de São José do Buriti	Facebook	https://www.facebook.com/107238850651160/posts/pfbid0Zd21ukJ7nBw2CDsd2hHkhHnj1SBKsRzArSmiYWhkk1Xx9Bid2bJ2NmVFRW5gSs8Ml/	Pescadores artesanais
23/04/2021	Carrossel de imagens e vídeos: Barqueata de São José do Buriti	Instagram	https://www.instagram.com/p/CKeiBrxF4w7/	Pescadores artesanais

23/04/2021	Matéria de texto e vídeo: Histórias de pescadores: Um rio em forma de oração à vida	Site	https://guaicuy.org.br/historias-de-pescadores-um-rio-em-forma-de-oracao-a-vida/	Pescadores artesanais
22/04/21	Post: Vídeo-retrato Sr. Norberto	Instagram	https://www.instagram.com/p/CXyyU211ThD/	Pescadores artesanais
22/04/2021	Vídeo-retrato com Antônio, Alexandre e Micaela	Facebook	https://fb.watch/dgEnQIN2Y9/	Pescadores artesanais
22/04/2021	Post: Vídeo-retrato com Antônio, Alexandre e Micaela	Instagram	https://www.instagram.com/p/CP6KLnGJxL/	Pescador artesanal e Turismo
24/02/2021	Post: Dia Internacional da Mulher Trabalhadora Rural	Instagram	https://www.instagram.com/p/CVD_oTjtCtc/	Pescadores artesanais
24/02/2021	Dia Internacional da Mulher Trabalhadora Rural	Facebook	https://www.facebook.com/institutoguaicuy/photos/a.130385695003142/613340236707683/	Pescadores artesanais
15/02/2021	Vídeo: Cartografia Social com Pescadores e Pescadoras em Cachoeira do Choro	Facebook	https://fb.watch/dgCNg_fydu/	Pescadores artesanais
15/02/2021	Vídeo: Cartografia Social com Pescadores e Pescadoras em Cachoeira do Choro	Instagram	https://www.instagram.com/p/CT2CyHuFHst/	Pescadores artesanais
04/02/2021	Matéria: De Brumadinho à Três Marias: Aprendendo a ficar de pé e falar, mesmo pesando o coração	Site	https://guaicuy.org.br/de-brumadinho-a-tres-marias-aprendendo-a-ficar-de-pe-e-falar-mesmo-pesando-o-coracao/	Pescadores artesanais

Quadro 33

DIAGNÓSTICO CULTURAL				
Data	Identificação/ Título produto	Distribuição	Link	Categoria
28/07/2022	Carrossel composto de imagens, texto e vídeos: Guaicuy homenageia trabalhadoras e trabalhadores em maio, mês que marca a luta por melhores condições de trabalho e vida.	Instagram	https://www.instagram.com/p/CdrUWY-sF66/	Artesanato e turismo
27/05/2022	Feira da Saúde de Vau das Flores	Facebook	https://fb.watch/dgBe7-dDCp/	Agricultura, dança, artesanato e gastronomia
17/05/2022	Post: Feira da Saúde de Vau das Flores	Instagram	https://www.instagram.com/p/CcGbO6xsTES/	Agricultura, dança, artesanato e gastronomia



22/04/2022	Matéria: Primeira Feira de Saúde de Vau das Flores	Site	https://guaicuy.org.br/primeira-feira-da-saude-de-vau-das-flores/	Agricultura, dança, artesanato e gastronomia
19/04/2022	Matéria: Guaicuy lança o Mapa Cultural Interativo	Site	https://guaicuy.org.br/guaicuy-lanca-mapa-cultural-interativo/	Tradições culturais
08/04/2022	Post: Mulheres do Barro	Instagram	https://www.instagram.com/p/CasVtPGliH-/	Artesanato
08/04/2022	Carrossel composto por texto e imagens: Saberes Artesanais: receita centenária de Nívea Almeida	Instagram	https://www.instagram.com/p/CWYuzjorGXX/	Saberes Artesanais
04/2022	Matéria e vídeo: ASSISTA: Tinga das Gerais, artista de Três Marias, conta como desastre da Vale afetou renda, cultura e turismo	Site	https://guaicuy.org.br/assista-tinga-das-gerais-artista-de-tres-marias-counta-como-desastre-da-vale-afetou-renda-cultura-e-turismo-na-regiao/	Tradições culturais e Turismo
10/03/2022	Dia Internacional da Música. Tinga das Gerais. Rio, sertão, almas e tambores	Facebook	https://fb.watch/dgCyloiEaU/	Tradições culturais
04/03/2022	Dia Internacional da Música. Tinga das Gerais. Rio, sertão, almas e tambores	Instagram	https://www.instagram.com/p/CUfkaIGLWzL/	Tradições culturais
01/2022	Postagem com Eliana Marques, moradora de Cachoeira do Choro	Facebook	https://www.facebook.com/107238850651160/posts/pfbid0X9JE934i3VNS8NTkAJRiZCHE7v2pgJrnfrxfwDfSyXLVY6a7HkwVpsA6nLBMYkACI/	Artesanato
11/11/2021	Carrossel com imagens de Eliana Marques, moradora de Cachoeira do Choro	Instagram	https://www.instagram.com/p/CTp5FHHsQsI/	Artesanato
27/10/2021	Post: Levantamento das manifestações culturais nos territórios atingidos	Instagram	https://www.instagram.com/p/CTj9s-Xg3Ac/	Tradições culturais
01/10/2021	Matéria: Encontro Cultural reúne artistas e produtores culturais da região do Lago de Três Marias para refletir sobre o cenário após rompimento e pandemia	Site	https://guaicuy.org.br/encontro-cultural/	Tradições culturais
01/10/2021	Matéria: Roda de Cultura: pessoas atingidas de Pompéu e Curvelo conversam sobre festas, música e saudade	Site	https://guaicuy.org.br/roda-de-cultura-comunidades-pompeu-curvelo/	Tradições culturais
10/09/2021	Roda de cultura virtual conversa com artistas e moradores dos municípios da região oeste do Lago de Três Marias	Facebook	https://www.facebook.com/107238850651160/posts/pfbid022Qy9qWRHYtaJhuAaP5rKWpbbiY9Feq8dNcyU1PaZWqpq1k2rAf3QteEj5tcaLT1nl/	Tradições culturais
10/09/2021	Matéria: Roda de cultura virtual conversa com artistas e moradores dos municípios da região oeste do Lago de Três Marias	Site	https://guaicuy.org.br/cultura-no-lago-de-tres-marias-roda-eventos-locais/	Tradições culturais

08/09/2021	Post: Convite para Encontro Cultural com comunidades	Instagram	https://www.instagram.com/p/CRxEs0RFUM8/	Tradições culturais
03/09/2021	Carrossel com imagens e texto: Conservas em comotas	Instagram	https://www.instagram.com/p/CRpS3dQLBjq/	Saberes artesanais
27/08/2021	Carrossel composto de texto e imagens sobre os direitos dos pescadores e pescadoras	Instagram	https://www.instagram.com/p/CRUlnyjLdH6/	Pescador artesanal
20/08/2021	Carrossel composto de texto e imagens: Você conhece o Côbu?	Instagram	https://www.instagram.com/p/CRHsACgtoeL/	Saberes artesanais
18/08/2021	Podcast: Águas Gerais - Saberes artesanais. Uma potência econômica?	Site	https://guaicuy.org.br/aguas-gerais-saberes-artesanais-uma-potencia-economica/	Tradições culturais, Cultura
04/08/2021	Matéria: De Brumadinho à Três Marias: Aprendendo a ficar de pé e falar, mesmo pesando o coração	Site	https://guaicuy.org.br/de-brumadinho-a-tres-marias-aprendendo-a-ficar-de-pe-e-falar-mesmo-pesando-o-coracao/	Depoimento de organizadores da barqueata
04/08/2021	Carrossel composto de imagens sobre o levantamento das manifestações culturais no território atingido	Instagram	https://www.instagram.com/p/CTF7D-Rh86O/	Tradições culturais
03/08/2021	Vídeo: Convite Encontro Cultural com comunidades	WTP; Redes Sociais; Site	https://youtu.be/ur4MDLykl_w	Institucional
30/07/2021	Convite para Encontro Virtual Pesca Após a Lama	Facebook	https://www.facebook.com/107238850651160/posts/pfbid0PyKK35H9t7pvcH6G6wCRsblvEJ1FKkjrderiWHkVeVmKSby6RnKkwPe5j5khwpBAL/	Institucional
29/07/2021	Post: convite para Encontro Virtual Pesca Após a Lama	Instagram	https://www.instagram.com/p/CN-I_h6l8n0/	Institucional
25/07/2021	Boletim Piracema: matéria sobre cultura, depoimentos de pescadores/as	Impresso	https://guaicuy.org.br/a-6a-edicao-do-boletim-piracema-esta-no-ar/	Tradições culturais, pescadores artesanais
22/07/2021	Post: Carrancas	Facebook	https://www.facebook.com/107238850651160/posts/pfbid02pVfhDQ3jYDEziY4fevBkxzY3qyKVH8Ty2zsPE6k3svNVJiCyQsktjrK9x1a91c9Wl/	Artesanato
22/07/2021	Carrossel de imagens: carrancas	Instagram	https://www.instagram.com/p/CFX2xIOPB0y/?utm_source=ig_web_copy_link	Artesanato
14/07/2021	Vídeo: Levantamento das manifestações culturais no território atingido	WTP; Redes Sociais; Site, youtube	https://youtu.be/hHrDofRecR0	



09/07/2021	Vídeo-retrato: Dona Jacira	Youtube	https://youtu.be/KiEfi91BPkw https://www.brasildefatomg.com.br/2022/01/25/artigo-pedimos-as-autoridades-que-ajam-em-favor-dos-que-pedem-pelas-vidas	Congado
15/06/2021	Vídeo-retrato com Dona Zezé	Facebook	https://fb.watch/dgDN4RSx6D/	Congado
22/04/2021	Post: Vídeo-retrato com Dona Zezé	Instagram	https://www.instagram.com/p/CSKeOK3Lv2d/	Congado
04/02/2021	Vídeo-retrato - Dona Zezé	WTP; Redes Sociais; Site	https://youtu.be/fRvc-eml8UA	Congado

PLANO DE AÇÃO COMUM PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA DE PCTs DA BACIA DO PARAÓPEBA

Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são coletividades que apresentam dinâmicas sociais, culturais, socioambientais, econômicas e religiosas próprias e, com isso especificidades nos modos de vida e organização social e territorial. Conforme Decreto nº 6.040/2007, conceitua-se:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e **usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução** cultural, social, **religiosa**, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A bacia do rio Paraopeba é caracterizada, em sua extensão, pela existência de múltiplas, diversas e heterogêneas expressões desses povos e comunidades. Ao curso do tempo foram a força, a dimensão simbólica e a vida das águas do rio Paraopeba que organizaram a dinâmica territorial de muitos desses povos. Desse modo, em razão das especificidades destes coletivos, e da própria proteção legal que lhes é garantida, tanto pela legislação brasileira quanto por meio dos instrumentos internacionais, que lhes

assegura o direito de que seus modos de vida sejam respeitados em espaços de tomada de decisão, **faz-se necessário que sejam consideradas tais singularidades e diversidade dos povos e comunidades tradicionais, assim como os povos e comunidades de tradição religiosa ancestral de matriz africana na elaboração e execução de todas as etapas e dispositivos contidos no Acordo Judicial firmado para a reparação dos danos difusos e coletivos causados pelo rompimento das barragens B-I, B-IV E B-IVA / Córrego do Feijão.**

A seguir serão apresentados nos tópicos concernentes a este Plano de Ação apontamentos e ações fundamentais para efetivação de direitos e participação dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bacia do Paraopeba com base na atuação e trabalho das Assessorias Técnicas Independentes.

4. Objetivo Geral

Apresentar e definir formas de atuação junto aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) da Bacia do Paraopeba, atingidos pelo rompimento das barragens B-I, B-IV E B-IVA/Córrego do Feijão, considerando diretrizes específicas para a garantia de direitos e efetiva participação no processo de reparação integral.

5. Objetivos específicos

- Garantir a participação considerando as especificidades de cada segmento tradicional, a partir da Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI);
- Definir espaços de articulação próprios que possibilite estabelecer definições de atuação nos processos decisórios;
- Garantir efetiva incidência no Sistema de Participação, considerando as especificidades relativas às formas de organização social, interesses comunitários, territorialidade e ritos de cada segmento tradicional;
- Garantir o fortalecimento institucional comunitário;
- Garantir o direito à autodeclaração, considerando a necessidade de acompanhamento e diagnósticos a serem produzidos pelas Assessorias Técnicas Independentes (ATIs);
- Apresentar ações necessárias juntamente aos PCTs, no que se refere ao mapeamento e georreferenciamento das comunidades;



- Definir os mecanismos de atuação e participação, por meio de metodologias específicas, no trabalho entre as ATIs e PCTs;
- Realizar diagnóstico territorial e ambiental;

6. Metodologia

Os aspectos metodológicos aplicados pelas Assessorias Técnicas Independentes na Bacia do Paraopeba trazem definições e práticas próprias às instituições, bem como do processo de trabalho desenvolvido junto às pessoas atingidas. As especificidades metodológicas são amplamente descritas e apresentadas nos Planos de Trabalho das ATIs, considerando a dinamização das equipes, as áreas temáticas e de atuação, e as necessidades do território, a partir de demandas individuais e coletivas.

Algumas abordagens metodológicas são norteadoras para o trabalho junto às pessoas atingidas e também na elaboração de diagnósticos e dados primários, qualitativos e quantitativos. O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), se caracteriza como metodologia usualmente aplicada, assim como o uso de outras abordagens qualitativas, como as cartografias sociais, rodas de conversas e etnografias.

A aplicação dessas metodologias está diretamente relacionada às formas de mobilização de cada ATI, podendo ser organizadas por meio dos Grupos de Atingidas e Atingidos (GAAs) e Rodas de Diálogo (RDs), no caso da AEDAS; as Comissões de Atingidos, pelo NACAB; os Núcleos Comunitários, pelo Instituto Guaicuy e; DRPs pelo Insea.

Em todos os casos, as bases do trabalho das ATIs são fundamentadas na Mobilização e Participação Social, que norteia os processos participativos e de tomada de decisão, considerando a autonomia dos sujeitos, a partir da educação popular e processos pedagógicos inclusivos, que possibilite uma construção coletiva dos entendimentos, bem como participação efetiva e engajada.

No que se refere, diretamente ao acompanhamento dos Povos e Comunidades Tradicionais, são necessários o estabelecimento de mecanismos próprios, que respeite as especificidades de cada segmento tradicional, como a temporalidade, territorialidade, formas de organização social, na qual os aspectos simbólicos possuem dimensão total da vida - social, política, econômica, religiosa. Desse modo, o acompanhamento dos PCTs demanda um trabalho de adaptação metodológica de todas as atividades das ATIs para o cumprimento do Protocolo de Consulta, Livre e Informada, que tem por objetivo fazer

com que o exercício do direito à consulta prévia seja emancipatório. Instrumento fundamental para participação efetiva e qualificada dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Desse modo, é *mister* considerar dentro das metodologias de atuação com os PCTs cronogramas próprios e específicos que possam efetivamente incluir as necessidades, interesses dessas coletividades, e sobretudo, a efetivação de direitos.

7. Diretrizes

Na atuação com os Povos e Comunidades Tradicionais devem ser considerados fundamentos relacionados à dinâmica social de cada segmento tradicional, em seus aspectos múltiplos e multidimensional na efetivação de direitos.

Considerando a perspectiva da *interseccionalidade das vulnerabilidades* que se interpõe na realidade social de determinadas coletividades, possibilita mapeamento de interesses específicos e transversais, relacionados a marcadores sociais da diferença - raça, classe, gênero, geração, religião, atividade laboral - que permite formulação de ações direcionadas.

Considerando a *transversalidade* no sentido de potencializar as ações, com a integralização de prioridades e necessidades de vários grupos específicos.

Considerando o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) e à autodeclaração, conforme previsto nos instrumentos jurídicos abaixo:

- **Convenção nº169 da OIT, art. 7º, 1.** *Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.*
- **Decreto Presidencial n.º 5.051, de 19 de abril de 2004(Brasil)** *que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, favoreceu um avanço no reconhecimento de direitos fundamentais dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.*



- **Decreto 6.040/2007, Art. 1º VII** - *promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses.*
- **Acordo Judicial, cláusula 11.11** - *A execução deste instrumento levará em consideração as especificidades e singularidades de povos e comunidades tradicionais, por meio de consulta prévia, livre e informada.*
- **Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016**, *que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.*

Considerando a salvaguarda do patrimônio material e imaterial, conforme previsto nos instrumentos e documentos jurídicos fundamentados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

- **Decreto nº 3.551, de agosto de 2000**, *que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e dá outras providências.*
- **Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006**, *que promulga a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.*
- **Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados (2015)**, *com as diretrizes para a atuação das Superintendências Estaduais do IPHAN com os bens culturais registrados pertencentes a suas circunscrições.*

8. Ações comuns

Considerando, o contexto de trabalho das ATIs, diante o Acordo Judicial, assinado em 4 de fevereiro de 2020, são necessárias ações que incluam efetivamente a participação dos PCTs, em face as suas especificidades e com priorização de suas demandas, que possibilite coesão no processo participativo. A seguir são apresentadas as ações comuns por eixos temáticos.

a. *Encontros regionais, interregionais e a nível de Bacia*

As instâncias locais correspondem à maneira de organização já praticada em cada região, sejam elas comissões, grupos de atingidas e atingidos, núcleos, organizações inter

comissões, organizações municipais entre outras, essa instância contém representações dos Povos e Comunidades de todas as 5 regiões e são acompanhados pelas ATIs.

As instâncias locais e regionais correspondem à organização já estabelecida em cada uma das Regiões, sem prejuízo de futuras inclusões e/ou alterações. Conforme apresentado e detalhado no Sistema de Participação das Assessorias técnicas independentes, em respeito a metodologia própria

O Espaço Inter-Regional deverá ser construído pelas pessoas atingidas e por elas validado para que possa ser efetivamente implementado. Neste espaço estarão reunidos representantes das 05 regiões, tendo como atribuições gerais a apresentação e o acompanhamento de demandas, solicitação de informações referentes ao processo reparatório e auxílio em sua divulgação, diálogo com o poder público e outros atores envolvidos sobre o processo reparatório, dentre outras.

Todos os espaços compõem um quantitativo significativo e representantes dos mais diversos segmentos dos povos e Comunidades Tradicionais, para que consigam garantir a pauta da diversidade e plural dos PCTs a nível de Bacia do Paraopeba e Largo Três Marias.

Todas as 3 instâncias são assessoradas pelas ATIs conforme os mesmos apresentam as demandas e a forma de acompanhamento própria, levando em consideração a consulta livre, prévia e informada dos Povos e Comunidades Tradicionais, considerando o formato das reuniões, seja presencial ou online, a temporalidade da reunião, em respeito ao calendário tradicional e as pautas importantes e específicas para os PCTs.

b. Formações com os PCTs, temáticas e eixos

A temática dos Povos e Comunidades Tradicionais é transversal a todas as área temáticas, tal como atravessam pelos temas referente ao processo de reparação integral, sejam dentro dos anexos, acompanhamento das pessoas atingidas, controle social, estudos e perícias e demandas emergenciais, tal como também os eixos temáticos que são afetados e considerados no processo, sejam eles Patrimônio cultural, patrimônio material e imaterial, cultura, lazer, esporte, turismo, Educação, Serviço socioassistencial, Economia, trabalho, renda, Moradia, infraestrutura, patrimônio, Saúde e Socioambiental.



O alcance dos debates para ocorrer a nível da população atingida e aqui em especificamente os Povos e Comunidades Tradicionais se **faz necessário o debate a nível de formação com esse grupo**, primeiramente para entender como as suas demandas em respeito as suas especificidades são tangenciadas a esses povos e segundo para informá-los como o processo está ocorrendo e como podemos considerá-los levando em consideração o respeito a consulta livre, prévia e informada.

c. Mapeamento e georreferenciamento das comunidades

Ao longo do percurso de atuação das assessorias técnicas da Bacia do rio Paraopeba entre os anos de 2020 a 2022, as instituições buscaram mapear e identificar os Povos e Comunidades Tradicionais e Povos de Terreiro e de Matrizes Africanas atingidas pelo desastre do rompimento de barragem de Fundão. Como já apresentado anteriormente, as ATIs já identificaram e mapearam diversos povos e já consolidou a relação de trabalho e de confiança com esses sujeitos. No entanto, devido ao processo histórico de invisibilização dessas comunidades ainda é **necessário o mapeamento e georreferenciamento de novas comunidades que porventura ainda estão em processo de identificação pelas ATIs**. Esse mapeamento ocorre a partir das consultorias contratadas para esse devido fim e o georreferenciamento será realizado pela equipe das ATIs *in loco* com GPS e posteriormente, a produção de um mapa com as delimitações dessas comunidades.

d. Controle social: fortalecimento do sistema de participação

O controle social por parte dos Povos e Comunidades Tradicionais é fundamental para a garantia da efetivação da participação desses grupos sociais no processo de reparação que lhes é de direito. Diante disso, as ATIs, respeitando e efetivando o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, irão fortalecer nos espaços de diálogos formados com esses povos em conjunto das ATIs, formas de instrumentalização para que possam exercer efetiva participação e tomadas de decisões que lhes melhor atendem tanto nos espaços locais quanto nos regionais do Sistema de Participação.

e. Materiais de comunicação específicos aos PCTs, formas de acesso e transparência

Em meio à diversidade de realidades, existem aqueles grupos que sofrem o que chamamos de marcadores históricos do racismo que por sua vez gera violência e opressão, dentre outras mazelas sociais. São grupos que, marcados pela ancestralidade, territorialidade, demarcação da identidade, saberes, fazeres e viveres, dos modos de vida, lutam ainda hoje para serem reconhecidos como sujeitos de direitos, tendo sua humanidade plenamente reconhecida. É o caso dos Povos e Comunidades e Tradicionais.

Essa realidade, impõe que seja assegurada, na prática, com especial relevância, a implementação dos direitos étnicos e territoriais conquistados historicamente – e aqueles ainda em disputa -, de acordo com as culturas, costumes e formas próprias de organização desses povos e comunidades.

As ATIs se empenham para que sejam respeitadas as especificidades culturais, os sistemas jurídicos próprios e as decisões coletivas desses grupos. Também, tem buscado garantir as premissas de que sejam ouvidos e participem das decisões que afetam seus modos de vida e territórios. Nesse sentido, almeja-se uma comunicação fundada em princípios que valorizem e respeitem as especificidades e a diversidade dos PCTs. Um processo de comunicação que esteja também alinhado a um processo educativo que utilize a informação como o instrumento fundamental na assegurar da participação efetiva, do controle social, da afirmação de direitos a tanto tempo almejados pelos PCTs.

Dessa maneira, deve-se a comunicação, com a transversalidade que assume no processo de reparação integral e justa, proporcionar informação de modo acessível para que seja possível aos PCTs, a partir dos seus processos e arranjos organizativos tradicionais decidirem as perspectivas mais cabíveis aos seus modos de vida. Sem a pretensão de limitar as formas, técnicas e tecnologias no processo de informação aos PCTs, as ações e atividades devem ter a comunicação como aliada, utilizando-se de ferramentas informativas e didáticas em formatos diversos, como reportagens escritas, audiovisuais e materiais impressos como cadernos, cartilhas, boletins, banners, folders, cartazes, faixas. Ainda, de forma a ampliar a abordagem e a visibilidade a respeito dos danos e direitos dos PCTs, utilizaremos estratégias de Assessoria de Imprensa.



f. Anexo I.1

Assegurar, proporcionalmente, uma parcela específica dos recursos previstos para esse anexo, de modo que os PCTs possam na sua coletividade deliberar sobre os projetos e as linhas de crédito e microcrédito condizentes a realidade de cada segmento tradicional das várias regiões da bacia do rio Paraopeba e do Lago Três Marias. Nesse sentido, sugere-se para o novo Plano de Trabalho das ATIs, encontros comunitários, regionais e inter-regionais específicos para escuta, construção de entendimentos, consensos e deliberações a respeito da participação dos PCTs neste anexo.

g. Anexo I.2

Os únicos critérios a ser definido para incluir os PCTs residentes nas 5 regiões, para além das delimitadas pelo juízo para caracterizar as pessoas como atingidas, devem ser a autodeclaração/autorreconhecimento e o território tradicional, nos termos das normas legais vigentes, notadamente a Lei Estadual nº 21.147/2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, e o Decreto Estadual no 47.289/2017, que a regulamenta.

Contudo, deve-se respeitar o Protocolo de Consulta específico de cada segmento de PCTs que eventualmente existir, mas também desenvolver metodologias para as atividades e ações, que devem ser definidas e detalhadas no novo Plano de Trabalho das ATIs, necessárias à inclusão ao PTR, que respeitem igualmente o Direito à Consulta e Consentimento Prévio, Livres e Informados, de modo a assegurar os meios aos quais os PCTs querem ser consultados respeitando suas culturas, tradições e organização social, para os segmentos que não tenham Protocolo de Consulta Específico.

h. Anexo I.3 e I.4

Considerando as orientações do Comitê de Compromitentes para a realização da Consulta Popular para seja estabelecido um procedimento específico a ser realizado de Consulta Popular dos Anexos I.3 e I.4 para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), com cronograma de realização definido para o período de 01 junho a 10 de agosto de 2022,

cabe enfatizar, apenas, que as ATIs apresentaram relação de PCTs e as respectivas datas para realização da referida ação.

i. Matriz de danos

No âmbito da Matriz de Danos, a questão dos PCTs tem sido discutida no Grupo de Trabalho de Matriz de Danos, para que se pudesse entender qual seria o tratamento dado a esses grupos populacionais. Entende-se que são possíveis duas abordagens relativas aos danos sofridos por PCTs, as quais se complementam: a majoração de valores dos danos sofridos, para o caso de danos generalizados (que foram sofridos amplamente na Bacia, não se limitando aos PCTs); e o levantamento e valoração de danos específicos, aqueles sofridos de maneira específica pelos PCTs.

No contexto dessas discussões, uma das frentes de trabalho foi a Frente PCTs com as ATIs e CAMF. Conforme encaminhado no seminário realizado entre as assessorias técnicas independentes (ATIs) no dia 11/2/2022, no dia 18/2/2022 ocorreu reunião com representantes de três ATIS, AEDAS, IG e NACAB, e também da CAMF com o objetivo de realizar alinhamento entre as ATIs sobre a inserção (ou não) dos PCTs na então chamada matriz preliminar e também arazoado até então em construção. A diretriz da reunião era a seguinte:

“Fatores Agravadores: Aprofundar sobre a estratégia metodológica em relação aos fatores agravadores e danos específicos. Refletir sobre abordar ou não os danos específicos na Matriz Prévia. Apontar diretrizes sobre os fatores agravadores, refletindo também a valoração dos danos. Compreender quais são estes fatores agravadores (gênero, raça, FVF, idade, etc.), e apontar uma abordagem de cada grupo dentro do documento arazoado e na Matriz Final. Demarcar os sujeitos e as suas diversas realidades sociais, e implicações para **metodologias e abordagens sociais**. Conversar sobre o nome “Fatores Agravadores” ou “Grupos Específicos”.

A partir dela, as ATIs expuseram os grupos específicos e-ou marcadores sociais com os quais até então trabalham. Restou exposto também os acúmulos de cada uma das ATIs sobre os mencionados grupos-marcadores.

E, então, iniciou-se discussão sobre a melhor forma de incluir os grupos específicos e/ou marcadores sociais na matriz de danos e arazoado em construção, se seria o caso de indicar danos específicos ou fatores agravadores conforme o grupo que sofreu danos gerais. Ao cabo, restou encaminhado, entre outros, a junção dos apontamentos e consensos



discutidos na reunião. Ainda, levar tais apontamentos e consensos para os espaços de discussão internos das ATIs e trazer como devolutiva os resultados da reflexão na próxima reunião, que ainda não ocorreu.

j. Situação de demandas emergenciais

Os grupos na sociedade identificados enquanto vulneráveis, são os não pertencentes a hegemonia e não são contemplados em diversos aspectos de conquistas de direitos. Esses grupos são constituídos por indivíduos e coletivos que se encontram em uma posição não-dominante no Estado e que têm características religiosas, étnicas, linguísticas próprias, decorrentes de fatores históricos e sociopolíticos vulneráveis, vivenciando conflitos agrários ou habitantes de terras inférteis, com fraca ou nula capacidade de produção de vida material com base nos costumes e tradições, ausência de saneamento básico, infraestrutura mínima para sobrevivência, e até mesmo falta de políticas públicas.

Assim, pode-se compreender a vulnerabilidade desses grupos culturalmente diferenciados justamente devido às suas formas próprias e diversas da organização, que são múltiplas, a partir das diferenciação de um grupo para o outro.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) nega a ideia de um universalismo que não admite as diferenças e contempla outras formas de vulnerabilidade, tornando notório pessoas tradicionalmente invisíveis ou excluídas socialmente.

As condições de vulnerabilidade e risco social são decorrentes de fatores históricos e sociopolíticos. As situações de conflitos e discriminação vivenciadas nos territórios, e com os indivíduos os colocam em situação de risco e vulnerabilidade social. **As questões étnicas e raciais que são estruturais no contexto brasileiro são promotoras de discriminações que fomentam as vulnerabilidades de determinadas populações que devem ser enfrentadas.**

As assessorias nesse sentido fazem atendimento aos Povos e Comunidades Tradicionais levando em consideração a situação de vulnerabilidade que esse grupo se encontra, atendendo-os conforme as demandas.

k. Assistência técnica em perícias (CTC/UFMG) e em estudos (ERSHRE e reparação socioambiental)

É comum que a situação das pessoas que tiveram seus direitos ameaçados ou lesados se agrave pelos prejuízos decorrentes da defesa dos seus direitos, seja pela contratação de empresas ou pela contratação de profissionais que por vezes ocultam das partes interessadas informações relativas ao processo de reparação.

Nesse contexto que se constitui o trabalho de defesa e acompanhamento das assessorias técnicas independentes, que em respeito ao Direito à Informação previsto constitucionalmente no art. 5º, inciso XXXIII, bem como no art. 10 da Lei Nº 12.527, e ainda de acordo com seus escopos de trabalho, devem garantir que as pessoas atingidas tenham acesso aos dados e informações ainda que técnicas, para se assegurar a participação livre e informada em todo o processo de reparação.

A Resolução Conjunta SEPLAG/SES/SEMAD/FEAM nº 01, de 22 de setembro de 2021 estabelece a governança dos estudos de risco e determina que as ATIs são responsáveis por garantir o direito à informação às pessoas atingidas e possibilitar a participação nos processos de reparação dos danos decorrentes do rompimento. Com isso e diante desse cenário, as ATIs, têm realizado acompanhamento às Comissões e ao conjunto de famílias atingidas, estabelecendo essas atividades como uma etapa fundamental para execução dos estudos de maneira participativa, ampla e que consequentemente, possam trazer resultados mais representativos do território, impactando diretamente nas medidas de reparação previstas.

Diante desse cenário e considerando que os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) estão contemplados na assistência técnica e nos estudos relacionado a ERSHRE e ao plano de reparação, e cientes de que se faz necessário que as ATIs tenham maiores informações a respeito do plano de trabalho e cronograma das atividades específicas aos PCTs e como está previsto, ao cumprimento dos Protocolos de Consulta Prévia, é que as ATIS elaboraram ofícios para o Comitê Pró-Brumadinho e para Defensoria Pública Estadual, tendo como objetivo o respeito às singularidades dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) presentes no território, conforme preconiza a Convenção 169 da OIT.

Cumprir informar, no que concerne aos Povos e Comunidades Tradicionais, que vêm sendo desenvolvidas de forma concomitante e sob a supervisão das Instituições de Justiça



(MPF, MPMG e DPMG), atividades assecuratórias em respeito aos direitos e garantias fundamentais dos PCTs, com metodologia específica adaptada e buscando atender às necessidades específicas que respeitem as peculiaridades inerentes à tradicionalidade de cada uma dessas comunidades. Cita-se como exemplo, a equipe executora dos ERSHRE que já foi comunicada da importância e necessidade de se atentar ao protocolo de consulta e as peculiaridades dos PCT' em sua atuação.

Ressalta-se que as ATIs, em seu processo de acompanhamento da reparação integral das comunidades atingidas, têm buscado - e assim continuarão a fazer - maiores informações sobre a assistência técnica em perícias e em estudos, seja do ERSHRE ou reparação socioambiental, como forma de garantir a assessoria das pessoas atingidas, especialmente dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

9. CONSULTORIAS

É por meio das consultorias especializadas, com a elaboração de laudos e diagnósticos aprofundados, que permite uma complementação ao trabalho desenvolvido pelas ATIs, estabelecer análises completas e comparadas. Possibilitando uma compreensão total das dinâmicas do território, a partir de uma análise situacional e localizada., sobretudo no que se refere aos PCTs. A seguir são apresentados os processos de trabalho entre as ATIs e consultorias especializadas por região, algumas já contratadas ou em contratação.

AEDAS

Na região 1 tal como na região 2 a grande maioria das consultorias por áreas temáticas contratadas pela Aedas (seja Economia Trabalho e Renda; Moradia, Infraestrutura e Patrimônio; Patrimônio Cultural, cultura, esporte e lazer; Saúde; Socioambiental; Educação e Serviço Socioassistencial) realizaram trabalho com os PCTRAMA e com as comunidades Quilombolas, seja de forma específica ou de forma geral, mas com o intuito de fazer levantamento de danos nas áreas temáticas com os Povos e Comunidades Tradicionais assessorados, para tanto por vezes os produtos tiveram informações gerais que cabem ao PCTRAMA e também produtos detalhados ao grupo.

AEDAS - Região 1

1. CONCATU - TR 05/2020: Levantamento da situação documental das comunidades quilombolas de Marinhos, Rodrigues, Ribeirão e Sapé e dos danos relativos a aspectos ambientais, sociais e culturais

Área a qual se relaciona: Patrimônio, cultura, esporte e lazer

Data do contrato: 01/2021 a 09/2021

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: Realizar o levantamento da situação documental das comunidades quilombola de Marinhos, Ribeiros, Rodrigues e Sapé no município de Brumadinho/MG. Levantamento dos danos relativos aos aspectos ambientais, sociais e culturais causados em decorrência do espalhamento dos rejeitos da barragem da mina Córrego do Feijão.

Status: finalizada.

Quadro 34

Produto	Descrição do produto	Entregas
Produto 1 - Relatório I: Relatório da reunião de apresentação do projeto da AEDAS à equipe da consultoria especializada.	Será realizada uma reunião inicial para estabelecimento das diretrizes metodológicas de execução do serviço e de relacionamento com a equipe da AEDAS e Coordenações vinculadas ao trabalho direto com essas comunidades, estabelecendo a periodicidade de entregas e reuniões de acompanhamento por parte das Equipes fixas da AEDAS. Sendo necessário, poderá ser realizadas mais de uma reunião com esta finalidade	Reunião inicial para estabelecimento das diretrizes metodológicas de execução do serviço; Estabelecimento de relacionamento com a equipe da AEDAS e Coordenações vinculadas ao trabalho direto com essas comunidades; Estabelecimento de periodicidade de entregas e reuniões de acompanhamento por parte das Equipes fixas da AEDAS
Produto 2 - Documento com proposta metodológica e técnica contendo o planejamento das etapas para a execução da consultoria.	Apresentação do Planejamento e Metodologia para execução de todos os objetivos e entrega dos produtos explicitados no presente Termo de Referência, com a validação das quatro	Apresentação do Planejamento e Metodologia para execução de todos os objetivos e entrega dos produtos explicitados no presente Termo de Referência;



	Comunidades Quilombolas, conforme estabelecido pelo Protocolo de Consulta.	Validação do Planejamento e Metodologia pelas quatro Comunidades Quilombolas, conforme estabelecido pelo Protocolo de Consulta
Produto 3 – Relatório II: Relatório descritivo e analítico sobre a situação documental e apresentação de proposta metodológica para delimitação territorial.	Descrição e análise da situação documental e produção de mapas que contemplem a delimitação territorial, com georreferenciamento dos principais pontos de referência destes territórios, realizado em diálogo com as comunidades quilombolas.	<p>Descrição e análise da situação documental;</p> <p>Produção de mapas que contemplem a delimitação territorial, com georreferenciamento dos principais pontos de referência destes territórios, realizado em diálogo com as comunidades quilombolas;</p> <p>Elaboração documentos do Dossiê I e II e Relatório Técnico II.</p>
Produto 5 - Relatório IV: Documento com sistematização de levantamento de dados secundários e primários, com atenção aos danos causados às referidas comunidades quilombolas pelo desastre sociotecnológico causado pelo rompimento e soterramento das Barragens da Mina do Córrego do Feijão.	Elaboração de documento contendo o Estado da Arte, levantamento de dados acessados em diálogo com a Fundação Cultural Palmares (FCP) e INCRA, bem como com as comunidades quilombolas listadas. O documento deve conter descrições em linguagem científica dos danos levantados a partir das bases de dados acessadas, bem como uma análise integrada que demonstre as correlações existentes entre os diversos dados obtidos, apontando informações que	<p>Relatório descritivo e analítico com fundamentação metodológica e delimitação territorial;</p> <p>Desenvolvimento de delimitação territorial a partir de Cartografia Social</p> <p>Adequação de delimitação territorial às normativas do INCRA;</p> <p>Elaboração do Relatório Técnico III.</p> <p>Elaboração de documento contendo o Estado da Arte, levantamento de dados acessados em diálogo com a</p>

	possibilitem a caracterização, extensão, duração e reversibilidade dos impactos relativos ao Patrimônio Cultural, sendo ele Material, Imaterial e/ou Natural, presentes nas comunidades quilombolas atingidas pelo rompimento da barragem.	Fundação Cultural Palmares (FCP) e INCRA, bem como dos quilombos Marinhos, Ribeirão, Rodrigues e Sape Análise integrada que demonstre as correlações existentes entre os diversos dados obtidos, apontando informações que possibilitem a caracterização, extensão, duração e reversibilidade dos impactos relativos ao Patrimônio Cultural, sendo ele Material, Imaterial e/ou Natural, presentes nas comunidades quilombolas atingidas pelo rompimento da barragem.
Produto 6 - Cartilha de orientação à população quilombola	Material elaborado em linguagem adequada que contemple o contexto local, contendo um compilado de informações documentais e de danos levantados e ainda informações cartográficas que caracterizem o território pertencente às comunidades quilombolas e orientem a população quilombola atingida	Material elaborado em linguagem adequada que contemple o contexto local, contendo um compilado das informações documentais e de danos levantados Informações cartográficas que caracterizem o território pertencente às comunidades quilombolas e orientem a população quilombola atingida.

2. CONECTARET - TR 01/2021: Levantamento dos danos ao acesso e ao desenvolvimento das atividades de cultura, turismo, esporte e lazer.

Área a qual se relaciona: Patrimônio, cultura, esporte e lazer

Data do contrato: 14/06/2021 a 31/01/2022

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação



Objetivo: Aprofundar na identificação e na análise dos danos causados em decorrência do desastre sociotecnológico da barragem, no acesso e nas atividades da área de cultura, turismo, esporte e lazer no município de Brumadinho. Levará ainda em consideração o levantamento a ser realizado com o intuito de mapear as experiências de Cultura, Patrimônio Cultural, Esporte, Lazer e Turismo identificadas a partir da inserção nos distritos que compõem a divisão administrativa do município: Sede, Aranha, Piedade do Paraopeba, São José do Paraopeba e Conceição do Itaguá.

Status: finalizada.

Quadro 35

PRODUTOS	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	ENTREGAS
Produto 1 - Relatório I:	Relatório da reunião de apresentação do projeto da AEDAS à equipe da consultoria especializada.	Objetivos, produtos, metodologias e rotinas de trabalho alinhados entre contratante e Política e abordagem institucional da AEDAS apresentada e apropriada pela contratada; Diretrizes de relacionamento com a equipe e de construção do Plano de Trabalho da Consultoria definidas e acordadas entre contratante e contratada; Relatório das reuniões elaborado, entregue e aprovado.
Produto 02 - Documento com proposta metodológica e técnica contendo o planejamento das etapas para a execução da consultoria.	Elaboração da Matriz de Planejamento pela equipe técnica do projeto; Visitas técnicas de sensibilização comunitária e de apresentação da proposta de consultoria; Definição do fluxograma de atividades.	Proposta metodológica e técnica organizada em etapas e atividades, estabelecendo prazos, agenda de visitas e divisão de tarefas entre a equipe, de acordo com cada eixo e produto da consultoria; Matriz de Planejamento organizada e alinhada de acordo com as demandas e expectativas de cada distrito abrangido pela proposta; Fluxos de trabalho bem definidos, com clareza com relação à

		<p>sequência de cada etapa, aos agentes envolvidos, às pessoas da equipe responsáveis e às atividades planejadas;</p> <p>Plano de Trabalho elaborado, entregue e aprovado.</p>
<p>Produto 03 - Relatório II: Relatório descritivo e analítico contendo um inventário de bens tombados e em vias de tombamento, bem como das manifestações culturais, atividades e serviços relacionados ao turismo, esporte e lazer presentes no território.</p>	<p>Sistematização do Quadro de mudança de paradigmas (comparativo) por território;</p> <p>Oficinas de nivelamento de conceitos e do marco legal (no âmbito da cultura, patrimônio, turismo e lazer);</p> <p>Análise de dados secundários, conforme documentos sugeridos no Termo de Referência e outros identificados nas etapas anteriores;</p> <p>Construção de inventário participativo;</p> <p>Oficinas de Cultura e Patrimônio;</p> <p>Oficinas de mapa da sociobiodiversidade.</p>	<p>Objetivos e indicadores do desenvolvimento do trabalho em cada distrito definidos e bem alinhados entre contratante, contratada e população atingida;</p> <p>População local informada e apropriada sobre conceitos e marcos legais acerca do que se convencionou como patrimônio material, imaterial e natural;</p> <p>Bens tombados, em vias de tombamento, manifestações culturais, atividades e serviços relacionados ao turismo, esporte e lazer identificados e mapeados;</p> <p>Impactos socioeconômicos do rompimento e soterramento das barragens percebidos e analisados;</p> <p>Marcos culturais, patrimoniais, turísticos e de lazer de cada distrito georreferenciados, com seus circuitos e integrações analisados;</p> <p>Inventário, elaborado, entregue e aprovado em formato de relatório descritivo e analítico.</p>
<p>Produto 04 - Relatório III: Relatório metodológico e analítico que contenha as rotas e circuitos de trocas de bens, informações e serviços nas áreas referentes a este</p>	<p>Análise de dados secundários, conforme documentos sugeridos no Termo de Referência e outros identificados nas etapas anteriores, aplicando a técnica de</p>	<p>Impactos socioeconômicos do rompimento e soterramento das barragens percebidos e analisados, contemplando mapa cartográfico;</p> <p>Relatório metodológico e analítico,</p>



<p>Termo de Referência, e as interrupções desses fluxos a partir do desastre sociotecnológico, de forma que contemple os cinco distritos do Município de Brumadinho.</p>	<p>análise de conteúdo; Mapeamento/Inventário participativo dos empreendimentos turísticos - e produção associada - da região; Construção de Tabela de bens e serviços da sociobiodiversidade e atividade econômica dos territórios; Levantamento da potencialidade criativa, artística, empreendedora de base comunitária</p>	<p>que recomponha o traçado dos circuitos dos bens, atividades e serviços interrompidos nos cinco distritos, elaborado, entregue e aprovado; Registro dos bens e serviços relacionados à sociobiodiversidade e aos serviços turísticos voltados ao lazer e à atividade econômica, impactados ou não, de cada território participante; Desenho de um cenário de diversificação econômica, correlacionando o turismo convencional e à mineração praticados na região.</p>
<p>Produto 05 - Relatório IV: Documento com sistematização de levantamento de dados secundários e primários, com atenção aos danos causados às populações dos cinco distritos do Município de Brumadinho pelo desastre sociotecnológico após o rompimento e soterramento das Barragens da Mina do Córrego do Feijão.</p>	<p>ATIVIDADES PROPOSTAS: Grupos focais; Entrevistas semiestruturadas; Revisão bibliográfica; Análise de conjuntura junto aos órgãos e autarquias oficiais de turismo, cultura e planejamento, bem como o Circuito turístico em que a região está inserida</p>	<p>Estado da arte acerca dos temas desenvolvidos revisado e sistematizado, com referência nas áreas socioambiental, da saúde e das ciências humanas e econômicas, voltado para a caracterização e análise da extensão, duração e reversibilidade dos impactos do desastre sociotecnológico nos cinco distritos; Percepções – especificidades individuais e coletivas, e de cada território – sobre os danos causados às populações registradas de forma multidisciplinar, intercomunitária e abrangente, constituindo um importante registro do momento histórico vivenciado na região; Documento com sistematização do levantamento de dados secundários e primários elaborado, entregue e</p>

		aprovado;
<p>Produto 06 - Entrega de materiais de cunho educativo, em plataformas digitais e impressas, permitindo a edição dos mapas, de modo que eles possam ser continuamente alimentados, e que contenham a cartografia dos circuitos das atividades relacionadas à cultura, turismo, esporte e lazer, com delimitação do território dos cinco distritos do Município de Brumadinho. Deve ainda contemplar os danos levantados através dos dados secundários juntamente com a análise integrada gerada, em linguagem adequada e contextualizada à realidade dos e das atingidos e atingidas.</p>	<p>Mapas da sociobiodiversidade por território; e tabela de bens, circuitos e manifestações culturais; Edição de cartilha – prioritariamente em formato digital, para posterior impressão, caso seja de interesse da contratante – com a consolidação dos aprendizados e saberes despertados e construídos na execução da presente proposta</p>	<p>Materiais de cunho educativo elaborados, aprovados e distribuídos, em linguagem contextualizada, contendo a cartografia dos circuitos das atividades relacionadas à cultura, turismo, esporte e lazer, com delimitação do território dos cinco distritos do município de Brumadinho, bem como dos impactos e danos sofridos pelo rompimento e soterramento das barragens;</p> <p>Disponibilização de cartilhas, mapas e vídeos contendo a metodologia adotada em formato digital.</p>
<p>Produto 07 - Produto Final em linguagem científica que contenha um compilado de todas as análises e informações levantadas e uma proposta de divulgação para apresentação dos resultados dos produtos da pesquisa da Consultoria, em consonância com a metodologia participativa da AEDAS.</p>	<p>Triangulação de métodos; Transcrição de entrevistas; Tabulação de questionários aplicados; Interlocução com a bibliografia adotada.</p>	<p>Relatório de cunho científico elaborado, entregue e aprovado, com a sistematização dos seis meses de trabalhos desenvolvidos nos cinco distritos, que dialogue com o referencial teórico e metodológico adotado, considerando a análise multidisciplinar da equipe técnica envolvida no projeto.</p>

3. Levantamento de danos socioambientais na cidade de Brumadinho

Área a qual se relaciona: Socioambiental

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: levantar e divulgar informações para as pessoas atingidas sobre a qualidade dos recursos hídricos, solos, sedimentos, ar e fauna e flora impactados pelo desastre



sociotecnológico. Dar segurança à população para os diversos usos das águas, no consumo de peixes e na produção de alimentos cultivados em solos potencialmente contaminados. Empoderar as comunidades por meio da participação informada sobre os danos, impactos e possíveis caminhos de reparação provenientes do rompimento da barragem da Vale S.A. E também subsidiar os atingidos e atingidas com informações confiáveis sobre a exposição a contaminantes ou outros agentes de risco ecológico.

Status: finalizada.

Produto 1 - Plano de trabalho com proposta metodológica e técnica, alinhada com os princípios e diretrizes da AEDAS, contendo o planejamento detalhado das atividades que serão realizadas durante a execução da consultoria, bem como a definição do Plano de trabalho de campo. O Plano de Trabalho dependerá de avaliação e aprovação pela equipe da AEDAS, e deverá ser construído em diálogo com a Associação;

Produto 2 - Boletim informativo e/ou outros materiais de comunicação complementares voltados a divulgação para as pessoas atingidas da Região 1, em mídias e/ou redes sociais, com explicação didática e em linguagem acessível, facilitada por elementos ilustrativos (infográficos, ilustrações etc), sobre a metodologia do estudo com ênfase no Plano Amostral.

Produto 3 - Relatórios parciais, contendo o diagnóstico parcial de danos e impactos a partir das análises integradas dos parâmetros investigados relacionados à caracterização do rejeito de mineração, à bioacumulação de metais em amostras de peixes, contaminação de águas superficiais, águas subterrâneas, água para consumo humano e dessedentação animal, ar, solos e sedimentos fluviais das áreas atingidas da Região 1, em cada campanha, de acordo com plano amostral e cronograma de coleta de amostras estabelecido. Deverão conter também a apresentação e análise da tabela de atributos quali-quantitativos, em que deverão estar especificados os dados sobre o tipo de objeto amostrado durante a campanha de campo, bem como a apresentação de mapas temáticos com a identificação dos pontos de coleta.

Produto 4 - Boletins informativos parciais contendo, de forma didática, ilustrativa e educativa os resultados do diagnóstico parcial, apresentados nos Relatórios parciais, de danos e impactos das análises de caracterização do rejeito de mineração, à bioacumulação de metais em amostras de peixes e dos parâmetros investigados sobre a contaminação de águas superficiais, subterrâneas, água para consumo humano e dessedentação animal, ar, solos e sedimentos das áreas atingidas, de acordo com plano amostral e o cronograma de coleta de amostras estabelecido.

Produto 5 - Relatório final de diagnóstico de danos e impactos decorrentes do rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da mina córrego do feijão da empresa VALE S.A., contendo os resultados obtidos a partir da caracterização do rejeito de mineração, da análise de bioacumulação de metais em amostras de peixes e de todas as análises de amostras de água superficial, água subterrânea, água para consumo humano e dessedentação animal, ar, solos e sedimentos das áreas atingidas da Região 1. Deverá conter também a apresentação e análise da tabela de atributos quali-quantitativos, em que deverão estar especificados os dados sobre o tipo de objeto amostrado durante a campanha de campo, bem como a apresentação de mapas temáticos com a identificação dos pontos de coleta. Os resultados sistematizados nesse relatório devem ser correlacionados com dados secundários e séries históricas de monitoramento ambiental da região produzidos por pesquisas sem vínculos com a empresa Vale S.A. (não ter sido prestadora de serviço, cliente comercial, contratada, parceira, nem financiadas) e/ou de instituições públicas e privadas. Este relatório deve ainda conter uma análise da existência de impactos socioambientais nas áreas atingidas, decorrentes da exposição a contaminantes ou outros agentes de efeito danoso ao meio ambiente, relacionado ao rompimento das barragens de rejeito na Região 1.

Produto 6 - Boletim informativo final, construído com base em referências de metodologias para comunicação de riscos, como preconizado no guia “Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência”, 2018, contendo de forma didática, ilustrativa e educativa, o diagnóstico de danos e impactos primários e a análise da existência de impactos socioambientais decorrentes da exposição a contaminantes ou outros agentes de efeito danoso ao meio ambiente, decorrente do rompimento das barragens de rejeito na Região 1, relacionados à caracterização do rejeito de mineração, a análise de bioacumulação de metais em amostras de peixes e a todas as campanhas de coletas e análises de amostras de água superficial, subterrânea, água para consumo humano e dessedentação animal, ar, solos e sedimentos da Região 1.

4. Levantamento de danos à moradia, infraestrutura e bens móveis

Área a qual se relaciona: Moradia, infraestrutura e patrimônio

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: levantamento de todos os danos causados à moradia, desde as casas, passando pelas comunidades e até os territórios atingidos. Serão feitos estudos e avaliações sobre



as edificações, sobre os bens individuais perdidos ou danificados e sobre as infraestruturas e serviços urbanos e rurais que tiveram suas condições alteradas pelo rompimento, modificando a qualidade de vida das pessoas atingidas.

Status: finalizada

Produto 1 - Plano de trabalho: contendo o método, os procedimentos metodológicos, o planejamento e as ferramentas de execução do trabalho proposto, incluindo as adequações e demais informações necessárias ao planejamento do presente Termo de Referência, em conformidade com a Cláusula Sexta deste Termo de Referência, de forma que a cada entrega seja especificado que procedimentos metodológicos, quais resultados e conteúdos esperados a serem entregues;

Produto 2 - Pesquisa bibliográfica e documental: apresentação e entrega do relatório contendo a sistematização referente a pesquisa bibliográfica e documental sobre os danos ao habitat atingido, considerando a disponibilização de infraestruturas e serviços urbanos e rurais e equipamentos públicos e as condições das moradias, de acordo com detalhamento previsto nos itens 6.4, 6.5, 6.6, e 6.7 deste Termo de Referência;

Produto 3 - Proposta metodológica para identificação, categorização (qualificação) e medição (quantificação) dos danos à moradia e aos serviços e infraestruturas decorrentes do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, de acordo com detalhamento previsto no item 6.8 e em conformidade com os requisitos metodológicos gerais detalhados na Cláusula sexta deste Termo de Referência;

Produto 4 - Relatório parcial I do levantamento de danos à moradia e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais, conforme detalhamento dos itens 6.9, 6.10 e 6.11 deste Termo de Referência; 1.2.6.

Produto 5 - Relatório parcial II do levantamento de danos à moradia e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais, conforme detalhamento dos itens 6.13, 6.14, e 6.15 deste Termo de Referência;

Produto 6 - Relatório final do levantamento de bens materiais móveis e de uso pessoal danificados, destruídos e/ou perdidos e os métodos de valoração dos mesmos;

Produto 7 - Relatório final do levantamento total de danos à moradia e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais, incluindo a proposta de categorização de grupos de atingidos que sofreram os danos;

Produto 8 - Relatório propositivo contendo propostas de medidas e parâmetros de reparação integral dos danos identificados para as categorias de grupos de atingidos que sofreram tais danos, conforme detalhamento do item 6.15.

AEDAS - Região 2

1. Levantamento dos danos ao acesso e atividades de Cultura, Turismo, Esporte, e Lazer

Área a qual se relaciona: Patrimônio, cultura, esporte e lazer.

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: O Objetivo Geral desta Consultoria Especializada é a identificação e análise dos danos causados pelo rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da Mina do Córrego do Feijão da Empresa Vale S.A às populações atingidas dos municípios de Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas, no que diz respeito ao acesso e desenvolvimento das atividades na área de cultura, turismo, esporte e lazer, tal como previsto no Plano de Trabalho da AEDAS. **Status:** finalizada

Referente ao PCTRAMA.

Status: Em execução

Para o ano de 2021, conforme previsão no Termo de Referência 01/2021 e contrato assinado, as entregas aconteceram da seguinte maneira:

Reunião Inicial - Entrega realizada no dia 26/05/2021

Produto 1 - Relatório I- Descrição: Relatório da reunião de apresentação do projeto da AEDAS à equipe da consultoria especializada, e alinhamentos entre contratada e contratante sobre a construção do Plano de Trabalho da Consultoria. Entrega realizada no dia 18/07/2021

Produto 2 - Descrição: Plano de Trabalho. Documento com proposta metodológica e técnica contendo o planejamento das etapas para a execução da consultoria. Entrega realizada no dia 18/07/2021

Produto 3 - Relatório II - Descrição: Relatório descritivo e analítico contendo um inventário das manifestações culturais, atividades e serviços relacionados ao turismo, esporte e lazer presentes no território atualmente e as existentes anterior ao desastre sociotecnológico. Entrega realizada no dia 05/12/2021



Para o ano de 2022, conforme aditivo assinado dia 07/12/2021 e revisão do cronograma proposto anteriormente, a previsão de recebimento de produto é:

Produto 4 - Relatório III - Descrição: Relatório metodológico e analítico que contenha as rotas e circuitos de trocas de bens, informações e serviços nas áreas referentes a este Contrato, e as interrupções desses fluxos a partir do desastre sociotecnológico, de forma que contemple as cidades de Betim, Igarapé, Mário Campos, Juatuba e São Joaquim de Bicas. Entrega prevista para o dia 31/12/2022 Recebemos produto final no dia 14/01/22. Para ser validado no dia 17/02/22.

Produto 5 - Relatório IV - Descrição: Relatório com sistematização de levantamento e análise de dados secundários e primários, com atenção aos danos causados às populações afetadas pelo desastre sociotecnológico, nos municípios que compõem a Região 02. Entrega prevista para o dia 04/01/2022 - Recebemos o produto final e já validado no dia 14/01/2022.

Produto 6 - Relatório V - Descrição: Entrega de materiais de cunho educativo, em plataformas digitais e impressas, permitindo a edição dos mapas, de modo que eles possam ser continuamente alimentados, e que contenham a cartografia dos circuitos das atividades relacionadas à cultura, turismo, esporte e lazer, com delimitação do território dos municípios que compõem a Região 02. Deve ainda contemplar os danos levantados através dos dados secundários juntamente com a análise integrada gerada, em linguagem adequada e contextualizada à realidade dos e das atingidos e atingidas. Em execução: Entrega prevista para o dia 05/02/2022 -

Produto 7 - Relatório VI- Descrição: Relatório Final. Documento em linguagem científica que contenha um compilado de todas as análises e informações levantadas e uma proposta de divulgação para apresentação dos resultados dos produtos da pesquisa da Consultoria, em consonância com a metodologia participativa da AEDAS. Entrega prevista para o dia 15/02/2022

2. Levantamento de aspectos ambientais (fase 1)

Área a qual se relaciona: Socioambiental

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: Realizar o levantamento de aspectos e impactos ambientais (meio Físico e Biótico) em decorrência do espalhamento dos rejeitos da barragem da mina do Córrego do Feijão, sistematizando relatórios, resultados de coletas e análises de dados já efetuados pelos órgãos ambientais e/ou de pesquisa e demais atores pertinentes com vistas ao levantamento do estado da arte dos indicadores e impactos ambientais. **Status:** Finalizada

Produto 1 - Relatório da(s) reunião(ões) de apresentação e alinhamento das atividades da consultoria especializada contratada, com as diretrizes técnico-pedagógicas de atuação e a organicidade da AEDAS e sua Equipe Técnica. Produto entregue e finalizado.

Produto 2- Relatório final com a proposta metodológica e técnica contendo o planejamento das etapas para a execução da consultoria para levantamento de dados secundários; Produto entregue e finalizado.

Produto 3 - Relatório de diagnóstico ambiental com base no levantamento de dados secundários provenientes de estudos elaborados pelas instituições ambientais e/ou de pesquisa, bem como demais fontes confiáveis acerca das condições e danos ambientais gerais, com atenção especial às questões relacionadas à água (acesso, distribuição, fornecimento de água potável e restrições aos usos da água pós rompimento) e alterações na socioagrobiodiversidade no que se refere às relações de usos múltiplos da população da Região de Mario Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba e Betim, após o rompimento da barragem de rejeitos da Mina I Córrego do Feijão. Produto entregue e finalizado.

Produto 4- Documento contendo a primeira aproximação da Análise Integrada apresentando Matriz de Interações que demonstrem as correlações existentes entre os dados obtidos no levantamento dos impactos ambientais, apontando evidências que possibilitem a caracterização da: fonte, distribuição, extensão, origem, duração, acumulação, sinergia, magnitude e reversibilidade dos impactos levantados e a relação com os usos múltiplos da socioagrobiodiversidade pelas comunidades atingidas pelo rompimento da barragem. Produto entregue e finalizado.

Produto 5 - Documento elaborado com base no levantamento do conjunto de atores sociais públicos e privados, relacionados à questão ambiental com atuação nos municípios de de Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Juatuba e Betim-MG, apontando suas respectivas atribuições, manifestações, jurisprudência, relação com as famílias



atingidas e suas ações e contradições em curso de modo a construir o cenário da Governança Ambiental sobre o desastre sociotecnológico. Produto entregue e finalizado.

Produto 6 - Relatório sobre o levantamento dos secundários com vistas ao aprimoramento da Análise Integrada e suas Matrizes de Interações a partir das orientações/referências/parâmetros do produto 1.2.4, que venham a subsidiar a construção de mapa amostral, definição de indicadores e coleta de dados primários. Produto entregue e finalizado

3. Levantamento de aspectos ambientais (fauna, flora, águas, solo e ar) em decorrência do espalhamento dos rejeitos (fase 2)

Área a qual se relaciona: Socioambiental

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: Realizar a coleta de amostras e análise de qualidade da água subterrânea, da água superficial, da água fornecida para consumo humano e dessedentação animal, do ar, do solo, dos sedimentos fluviais a fim de obter um panorama dos danos, impactos e possíveis medidas de reparação socioambientais na Região 2 a partir de dados primários, que possibilitem inferir sobre a contaminação dos recursos hídricos, do ar, do solo e avaliar os riscos ambientais associados à exposição de contaminantes provenientes do rompimento. **Status:** Em execução

Produto 1 - Plano de trabalho com proposta metodológica e técnica, alinhada com os princípios e diretrizes da AEDAS, contendo o planejamento detalhado das atividades que serão realizadas durante a execução da consultoria. O Plano de Trabalho dependerá de avaliação e aprovação pela equipe da AEDAS. Produto entregue e finalizado.

Produto 2 - Boletim informativo e outros materiais de comunicação complementares voltados a divulgação para as pessoas atingidas da Região 2, em mídias e/ou redes sociais, com explicação didática e em linguagem acessível, facilitada por elementos ilustrativos (infográficos, ilustrações etc.), sobre a metodologia do estudo com ênfase no Plano Amostral. Produto entregue e finalizado.

Produto 3 - Relatórios parciais, contendo o diagnóstico parcial de danos e impactos a partir das análises integradas dos parâmetros investigados relacionados contaminação de Águas superficiais, Águas subterrâneas, solos e sedimentos fluviais das Áreas atingidas da Região 2, em cada campanha, de acordo com plano amostral e cronograma de coleta

de amostras estabelecido. Deverão conter também a apresentação e análise da tabela de atributos qualiquantitativos, em que deverão estar especificados os dados sobre o tipo de objeto amostrado durante a campanha de campo, bem como a apresentação de mapas temáticos com a identificação dos pontos de coleta.

Produto 4 - Relatórios parciais, contendo o diagnóstico parcial de danos e impactos a partir das análises integradas dos parâmetros investigados relacionados contaminação de Águas superficiais, Águas subterrâneas, solos e sedimentos fluviais das Áreas atingidas da Região 2, em cada campanha, de acordo com plano amostral e cronograma de coleta de amostras estabelecido. Deverão conter também a apresentação e análise da tabela de atributos qualiquantitativos, em que deverão estar especificados os dados sobre o tipo de objeto amostrado durante a campanha de campo, bem como a apresentação de mapas temáticos com a identificação dos pontos de coleta.

Produto 5 - Boletim informativo parcial contendo, de forma didática, ilustrativa e educativa os resultados do diagnóstico de danos e impactos dos parâmetros investigados sobre a contaminação de águas superficiais, subterrâneas, solos e sedimentos das áreas atingidas, de acordo com plano amostral e o cronograma de coleta de amostras estabelecido.

Produto 6 - Relatório final de diagnóstico de danos e impactos decorrentes do rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da mina córrego do feijão da empresa VALE S.A., contendo os resultados obtidos a partir das análises de amostras de água superficial, água subterrânea, solos e sedimentos das áreas atingidas da Região 2. Deverão conter também a apresentação e análise da tabela de atributos qualiquantitativos, em que deverão estar especificados os dados sobre o tipo de objeto amostrado durante a campanha de campo, bem como a apresentação de mapas temáticos com a identificação dos pontos de coleta. Os resultados sistematizados nesse relatório devem ser correlacionados com dados secundários e séries históricas de monitoramento ambiental da região produzidos por instituições públicas e privadas, sem vínculos com a empresa Vale S.A. (não ter sido prestadora de serviço, cliente comercial, contratada, parceira, nem ter tido projetos financiados). Este relatório deve conter uma análise da existência de impactos socioambientais nas áreas atingidas, decorrentes da exposição a contaminantes ou outros agentes de efeito danoso ao meio ambiente, relacionado ao rompimento das barragens de rejeito na Região 2.



Produto 7 - Boletim informativo final, contemplando as referências de metodologias para comunicação de riscos (como o "Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência", 2018), contendo de forma didática, ilustrativa e educativa, o diagnóstico de danos e impactos primários e a análise da existência de impactos socioambientais decorrentes da exposição a contaminantes ou outros agentes de efeito danoso ao meio ambiente, decorrente do rompimento das barragens de rejeito na Região 2, relacionados a todas as campanhas de coletas e análises de amostras de Água superficial, subterrânea, solos e sedimentos dos municípios da Região 2.

4. Estudo para recuperação do Rio Paraopeba e tributários(afluentes)

Área a qual se relaciona: Socioambiental

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: Analisar a disponibilidade hídrica do rio Paraopeba, tributários e aquíferos subterrâneos e os potenciais de contaminação de água subterrânea e superficial em decorrência do espalhamento dos rejeitos, a fim de dinamizar formas eficazes e efetivas de cuidar das águas e seus usos, subsidiando esforços para reverter o processo de danos e perdas em curso; assim como, a fim de aprofundar o diagnóstico socioambiental dos danos materiais ou imateriais, patrimoniais ou morais, bem como danos coletivos, difusos ou individuais homogêneos com relação aos usos múltiplos dos recursos hídricos, em atendimento à execução do plano de trabalho do projeto de – assessoria técnica aos atingidos e atingidas. **Status:** Em execução

Produto 1 - Plano de trabalho com proposta metodológica e técnica, alinhada com os princípios e diretrizes da AEDAS, contendo o planejamento detalhado das atividades que serão realizadas durante a execução da consultoria. O Plano de Trabalho dependerá de avaliação e aprovação pela equipe da AEDAS. Produto entregue e finalizado.

Produto 2 - Documento contendo a Caracterização e Mapeamento Geoambiental dos 5 (cinco) municípios da região 2, compostos por: Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas. Produto entregue e finalizado.

Produto 3 - Diagnóstico e Mapeamento dos Usos Múltiplos, Gestão e Danos das Águas. Produto entregue e finalizado.

Produto 4 - Relatórios técnicos de diagnóstico da situação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos nas comunidades atingidas. Produto entregue e em fase de revisão.

Produto 5 - Laudos técnicos de avaliação da segurança hídrica para cada um dos 5 (cinco) municípios da Região 2. Produto entregue e em fase de revisão.

Produto 6 - Relatórios técnicos circunstanciados de proposição de recuperação dos recursos hídricos.

5. Levantamento de danos às moradias nas comunidades, aos bens móveis e danos à infraestrutura - Diagnóstico do Habitat

Área a qual se relaciona: Moradia, Infraestrutura e Patrimônio.

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: A consultoria tem por objetivo a realização de diagnóstico do habitat (ambiente habitado) atingido pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da empresa Vale S.A., em Brumadinho, bem como os danos relativos a ações de reparação, a partir do levantamento completo de danos à moradia, ao patrimônio individual de bens móveis e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais, fundamentando a elaboração de propostas da Matriz de Reparação de Danos, em conjunto com as pessoas atingidas. **Status:** Em execução

PRODUTO 0 - Relatório da reunião inicial:

I. Relatoria da reunião inicial realizada no dia 29/09/2021, com pontos acordados durante a reunião;

II. Apresentação das diretrizes metodológicas gerais de execução do serviço, contemplando aquelas acordadas durante a reunião;

III. Apresentação das diretrizes metodológicas gerais de relacionamento com a equipe da AEDAS e coordenações, contemplando a periodicidade de entregas e reuniões de acompanhamento por parte das equipes fixas da AEDAS, acordadas durante a reunião.

Produto entregue e finalizado

PRODUTO 1 - Plano de Trabalho: Apresentação e entrega do Plano de Trabalho com proposta metodológica e técnica e o planejamento das etapas para a execução da consultoria. Produto entregue e finalizado.



PRODUTO 2 - Relatório da Pesquisa Bibliográfica e Documental: Apresentação e entrega do relatório referente a pesquisa bibliográfica e documental sobre os danos ao habitat atingido, considerando a disponibilização de infraestruturas e serviços urbanos e rurais e equipamentos públicos e as condições das moradias na Região 2, composta pelo/s seguinte/s município/s: Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba, além do Município de Mateus Leme – MG. Produto entregue e finalizado.

PRODUTO 3 - Proposta Metodológica: Apresentação da proposta metodológica para identificação, categorização (qualificação) e medição (quantificação) dos danos à moradia e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais, induzidos, agravados ou relacionados ao rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da empresa Vale S.A. Produto entregue e finalizado.

PRODUTO 4 - Relatório parcial I do levantamento de danos à moradia e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais: Entrega e apresentação do primeiro relatório parcial do levantamento dos danos à moradia e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais. Produto entregue e finalizado.

PRODUTO 5 - Relatório parcial II do levantamento de danos à moradia e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais: Entrega e apresentação do segundo relatório parcial do levantamento dos danos à moradia e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais. Produto entregue e finalizado.

PRODUTO 6 - Relatório final do levantamento de bens materiais móveis e de uso pessoal danificados, destruídos e/ou perdidos e os métodos de valoração dos mesmos: Entrega e apresentação do relatório final contendo a relação dos bens materiais móveis e de uso pessoal danificados, destruídos e/ou perdidos, separada em categorias, com as correspondentes propostas de valoração dos mesmos para fins de reparação. Produto entregue e em fase de revisão.

PRODUTO 7 - Relatório final do levantamento de danos à moradia e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais: Entrega e apresentação do relatório final contendo o levantamento dos danos à moradia e às infraestruturas e serviços urbanos e rurais, incluindo a proposta de categorização de grupos de atingidos que sofreram os danos. Produto entregue em fase de revisão.

Produto 8 - Relatório propositivo de medidas e parâmetros de reparação: Entrega e apresentação do relatório propositivo contendo propostas de medidas e parâmetros de reparação integral dos danos identificados para as categorias de grupos de atingidos que sofreram tais danos. Produto entregue em fase de revisão.

Produto 9 - Materiais informativos: Entrega e apresentação do material informativo voltado à comunicação dos principais resultados do diagnóstico junto à população atingida, com uma breve sistematização do levantamento completo de danos à moradia, aos bens móveis, à infraestrutura e elaboração de propostas de medidas e ações visando a reparação integral. Produto entregue em fase de revisão.

6. Levantamento documental e dos danos aos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa de Matriz Ancestral

Área a qual se relaciona: Povos e comunidades tradicionais

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: O objetivo geral desta Consultoria Especializada é realizar um levantamento da situação documental das Unidades Territoriais Tradicionais - UTT utilizadas pelos PCTRAMA e um estudo pormenorizado dos danos materiais ou imateriais, patrimoniais ou morais, bem como danos difusos ou individuais homogêneos relativos aos aspectos sociais e culturais dos PCTRAMA, e ainda propor a categorização, extensão e a reversibilidade dos danos bens materiais e imateriais aos PCTRAMA, assim como fomentar a definição de parâmetros e diretrizes que permitam delimitar a reparação integral aos PCTRAMA. **Status:** Em execução

PRODUTO 1 - Relatório da reunião inicial. Produto entregue e finalizado.

Produto 2- Plano de Trabalho : Apresentação e entrega do Plano de Trabalho com proposta metodológica e técnica e o planejamento das etapas para a execução da consultoria. Produto entregue e finalizado. Produto entregue e finalizado.

Produto 3 – Coleta de dados Primários das UTTs

Produto 4 – Diagnóstico da situação documental das UTTs PCTRAMA”.

Produto 05 –Relatório Parcial do Diagnóstico dos danos materiais e imateriais aos PCTRAMA



Produto 06 –Cartilha para os PCTRAMA, comunicando a caracterização sócio histórica e cartorial, e o diagnóstico dos danos materiais e imateriais;

Produto 07 –Relatório Final ao que tange o tema dos Povos e Comunidades Tradicionais PCTs, e especialmente aos PCTRAMA.

7. Levantamento de danos a agricultura e animais (Fase 1)

Área a qual se relaciona: Economia, trabalho e renda.

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: Consultoria especializada para realizar diagnóstico inicial contendo a identificação as principais demandas emergenciais do conjunto dos/as agricultores/as atingidos/as. **Status:** Finalizada

Produto 01- Relatório da reunião, presencial ou via videoconferência, para estabelecimento de diretrizes de execução do serviço e de relacionamento com a equipe da AEDAS e Coordenação local. Produto entregue e finalizado

Produto 02- Relatório de planejamento e metodologia de execução. Produto entregue e finalizado

Produto 03 - Dossiê temático I - dos danos à agricultura. Levantamento, sistematização e análise de dados secundários de identificação do público de agricultores, cadeias ou arranjos produtivos e dados gerais das temáticas da agricultura. Relacionado ao item 1.2.1 dos objetivos específicos.

Dossiê temático II - dos danos aos animais . Levantamento, sistematização e análise de dados secundários de identificação do público de criadores de animais e dos danos aos animais (cadeias de espécies domesticadas de interesse comercial, afetivo, produtivo e de autoconsumo). Relacionado ao item 1.2.2 dos objetivos específicos. Produto entregue e finalizado

Produto 04 - Relatório contendo detalhamento dos danos à agricultura e animais a partir do cruzamento e análise dos dados secundários e dados primários, coletados em campo. Produto entregue e finalizado

Produto 05 - Relatório contendo o detalhamento dos danos à agricultura e animais a partir do cruzamento e análise dos dados secundários e dados primários, coletados em campo. Produto entregue e finalizado

Produto 06 - a) Relatório final incluindo tipologia dos agricultores(as), identificação das demandas emergenciais e danos à agricultura e aos animais na Região 2- Mário Campos, Betim, Juatuba, Igarapé, São Joaquim de Bicas. b) Disponibilização dos dados em planilha excel e/ou formatos compatíveis com o Sistema de Informações da Aedas. Produto entregue e finalizado.

8. Levantamento de danos emergenciais da saúde (Fase 1) Área a qual se relaciona: Saúde

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: Realizar um estudo aprofundado sobre os danos emergenciais em saúde da população atingida pelo rompimento da barragem do Complexo da Mina do Córrego do Feijão. **Status:** Finalizada

Produto 01 - Relatoria da primeira reunião para delimitação das diretrizes da prestação de serviços e elaboração do Plano de Trabalho. Produto entregue e finalizado

Produto 02 - Relatório técnico inicial com Plano de Trabalho, planejamento e a metodologia que será desenvolvida no levantamento de dados e para realizar o diagnóstico sobre o estado de saúde/doença. Produto entregue e finalizado

Produto 03 - Relatório de resultados parciais da pesquisa a partir dos dados secundários. Produto entregue e finalizado

Produto 04 - 2º Relatório dos resultados parciais da pesquisa a partir dos dados secundários. Produto entregue e finalizado

Produto 05 - Relatório de apresentação de resultados parciais a partir do levantamento de dados primários. Produto entregue e finalizado

Produto 06 - Plano de Trabalho de campo atualizado. Produto entregue e finalizado

Produto 07 - Relatório parcial da pesquisa a partir dos dados primários coletados junto aos atingidos, aos profissionais de saúde da rede existente e dos profissionais da rede de educação referentes aos municípios da Região 2. Produto entregue e finalizado

Produto 08 - Relatório parcial de análise de dados da pesquisa. Produto entregue e finalizado



Produto 09 - Diagnóstico final de danos à saúde e necessidades emergenciais. Produto entregue e finalizado

9. Levantamento de Danos a Pesca (Fase 1):

Área a qual se relaciona: Economia, trabalho e renda

Escopo ao qual se relaciona: Matriz de reparação

Objetivo: Realizar de diagnóstico contendo ampla caracterização etnográfica, socioeconômica e socioambiental que permita contextualizar a atividade pesqueira e de aquicultura em todas suas modalidades a fim de identificar os danos, gerados pelo rompimento da barragem da Vale S/A, de curto e longo prazo aos atingidos e atingidas na Região 2 - Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba. **Status:** Finalizada

Produto 01 - Relatório de reunião, presencial ou via videoconferência, para estabelecimento de diretrizes de execução do serviço e de relacionamento com a equipe da AEDAS e Coordenação local. Produto entregue e finalizado

Produto 02 - Planejamento e Metodologia da Pesquisa - Plano de Trabalho e metodologia de execução. Produto entregue e finalizado

Produto 03 - Relatório I - Levantamento e sistematização de dados secundários - Relatório de levantamento de todos os atores políticos e institucionais que guardam relação com as tomadas de decisão que envolvem as atividades de pesca e aquicultura. Ademais, incluir levantamento dos indivíduos que possuem Registro Geral da Atividade Pesqueira (ativo ou inativo) Relacionado à cláusula 1ª Itens 1.2.1 e 1.2.2. Produto entregue e finalizado

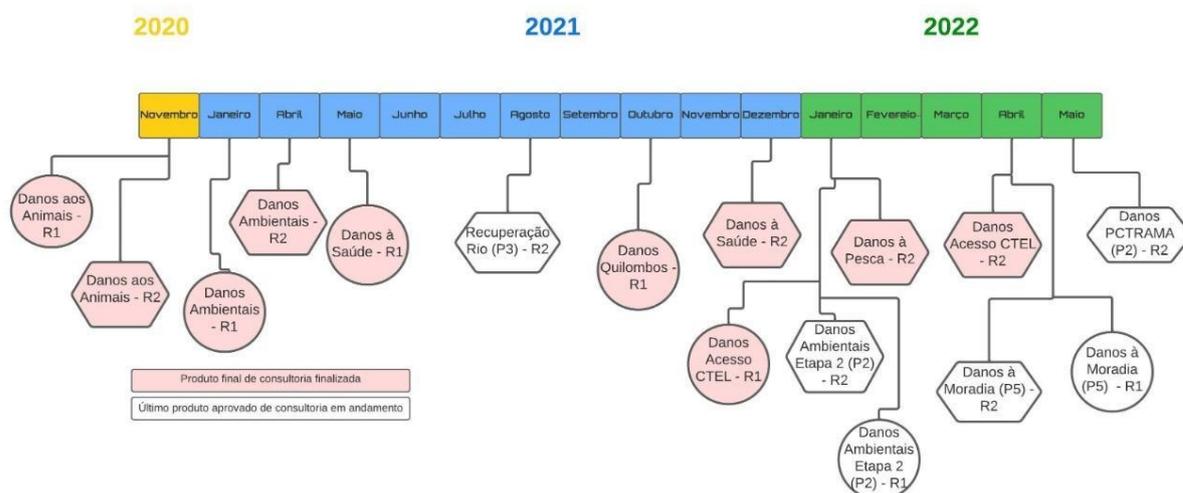
Produto 04 - Levantamento e descrição inicial dos danos aos(às) pescadores(as) e aquicultores(as). Produto entregue e finalizado

Produto 05 - Levantamento e sistematização de dados primários de identificação da atividade pesqueira segundo o Decreto No 8.425 31 de Março de 2015 e a sentença que consta nos autos do processo de nº0521.16.005494-1 (com atenção especial ao pescador de fato), assim como da cadeia ou arranjos produtivos (do beneficiamento e processamento ao consumidor final) e dados gerais da temática da pesca, identificando a relação entre os pescadores(as) e a atividade pesqueira (incluindo levantamento de informações sobre tipos de peixes pescados e cultivados, rotas de pesca, temporalidade da pesca e etc). Produto entregue e finalizado

Produto 06 - a) Relatório final incluindo análise e tipologia dos pescadores(as) e aquicultores(as), caracterização etnográfica e identificação das demandas emergenciais e danos à pesca e aquicultura (e seus praticantes) nos municípios da Região 2 (relativos a todos os objetivos específicos da cláusula quinta). b) Disponibilização dos dados em planilha do excel, gráficos e/ou formatos compatíveis com o Sistema de Informações da AEDAS.

Produto 07 - Cartilha Digital de orientação aos(as) pescadores(as) e aquicultores (as).
 Produto entregue e finalizado

Linha do tempo de entregas das consultorias



ATI-INSEA – Região 2

Planejamento para contratação de Consultoria de Arquitetura

O objetivo da consultoria será acompanhar e auxiliar no planejamento de diretrizes na dinâmica de ocupação e construção de infraestruturas coletivas e habitacionais da aldeia, conforme possibilidades oferecidas pelo território e adequação à produção e reprodução socioespacial das famílias indígenas.



NACAB – Região 3

Enquanto as equipes nos escritórios trabalham junto às comunidades quilombolas na construção de instrumentos que permitam assegurar o direito à Consulta Livre, Esclarecida e de Boa Fé, são encaminhadas as contratações de consultorias especializadas para a realização de diagnósticos de identificação e caracterização de outras comunidades e coletivos tradicionais, povos de terreiros e outras expressões religiosas de matriz africana, que sofrem afetações provocadas pelo desastre-crime.

As consultorias contratadas já encerraram o trabalho que tem permitido a qualificação e uma melhor caracterização sistematizada dos danos causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho a esses coletivos e as múltiplas dimensões de seus modos de vida e territorialidades.

Com foco nos povos e comunidades de tradição religiosa de matriz africana, o NACAB estabeleceu relação com o CENARAB, organização de amplo reconhecimento na representação política e organizativa de tais coletivos. Até hoje as tratativas caminham na direção do estabelecimento de parceria que tem rendido a realização de diversos eventos, que tem como base os referidos estudos, acima citados, além da mediação no diálogo com as lideranças locais do segmento de PCTRAMA.

A empresa CONFLUÊNCIA, por sua vez, foi contratada para fazer o mapeamento e caracterização de outros coletivos tradicionais, como Comunidades de Pescadores/as Artesanais, Comunidades Ribeirinhos, Povos Ciganos, Extrativistas, e demais comunidades que já haviam apresentado indícios de tradicionalidade ou que reivindicavam para si esse estatuto.

Nesse sentido, a equipe de pesquisadoras da CONFLUÊNCIA se articulou com cada Escritório de Campo da ATI Paraopeba Nacab para realizar em campo o trabalho junto a esses coletivos, buscando traços específicos (parentesco, pertencimento ao território, práticas culturais, relação com o Rio Paraopeba, atingimentos) que permitissem, por um lado, caracterizar a tradicionalidade de cada grupo e, por outro, identificar os tipos específicos de atingimentos sofridos. No território de abrangência do escritório de Pará de Minas a empresa realizou visitas na comunidade d’Os Rosas (município de Moqué) e na comunidade de Pindaibas (município de Pequi).

A interface do trabalho no campo realizado pelas equipes locais e os estudos e pesquisas a realizados convergiram com o compromisso do NACAB em visibilizar os povos e comunidades tradicionais existentes na região potencializando a promoção de

meios para efetiva e qualificada participação nos processos decisórios relativos aos seus direitos e interesses nas tratativas de reparação dos danos sofridos.

Instituto Guaicuy – Regiões 4 e 5

1. “CONSULTORIA PARA MAPEAMENTO E LEVANTAMENTO DOS DANOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (PCTs) E DOS POVOS DE TERREIROS E COMUNIDADES DE MATRIZ AFRICANA DAS REGIÕES 4 E 5¹⁶”, prestada pela empresa “Cultura, Meio-Ambiente e Patrimônio - CAMPO

Os Povos e Comunidades Tradicionais, bem como os Povos de Religião Ancestral de Matriz Africana, são reconhecidos enquanto grupos portadores de direitos específicos¹⁷ dada a relação que mantêm entre si e com a natureza.

A partir do desastre sociotécnico do rompimento da barragem de Brumadinho, suas práticas sociais, econômicas e religiosas foram, por isso, colocadas em risco. Dentre as diversas consequências possíveis estão o agravamento da vulnerabilidade socioeconômica, perda de saberes e patrimônios culturais e, em última instância, o próprio desaparecimento de práticas e grupos.

Nesse sentido, o Instituto Guaicuy tem, desde o início de seu trabalho enquanto Assessoria Técnica Independente das regiões 04 e 05, pautado a necessidade de identificação dos Povos e Comunidades Tradicionais e dos Povos de Religião Ancestral de Matriz Africana e o levantamento de seus danos materiais e imateriais. Inicialmente,

¹⁶ O objetivo é realizar um diagnóstico socioantropológico para a caracterização de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana das Regiões 4 e 5 da bacia do rio Paraopeba, bem como levantar danos materiais e imateriais gerados a estes povos e comunidades, decorrentes do desastre.

¹⁷ Embora tais categorias sejam situacionais, as definições tendem a se basear no marco legal instituído pelo art. 3º, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e do art. 2º, da Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, segundo o qual considera-se PCTs: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;



em agosto de 2020, foi instituído o *Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais*, o qual realizou levantamento e sistematização iniciais e coordenou os primeiros diálogos com alguns dos PCTs do território. Tal *Grupo de Trabalho* foi coordenado pelo setor de Direitos das Pessoas Atingidas do Instituto Guaicuy, com atuação multidisciplinar dos demais setores do IG.

Foi no âmbito do *Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais* que se realizaram os primeiros diálogos internos e externos com o objetivo de contratar equipe de consultoria específica para operacionalizar o trabalho de identificação e caracterização dos danos a estas populações. Assim, entre o fim do primeiro semestre e início do segundo semestre de 2021 foram realizados diálogos com instituições como o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA) e o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB).

Posteriormente, com o amadurecimento interno do Instituto Guaicuy sobre a temática dos PCTs e demais grupos sociais específicos, concluiu-se pela instituição de *Grupo de Trabalho* outro, desta vez, dedicado a todos os grupos sociais específicos. É neste contexto que, em novembro de 2021, é instituído o *Grupo de Trabalho Especificidades*, que é coordenado pelo setor de Pesquisa em Ciências Sociais e secretariado pelo setor de Direitos das Pessoas Atingidas do Instituto Guaicuy. Como o *Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais*, o *Grupo de Trabalho Especificidades* é um espaço multidisciplinar e horizontal que se forma com o intuito de discutir e planejar ações voltadas ao atendimento deste público. Tais atividades estão divididas em diferentes frentes de trabalho, que se encarregam de temas específicos. São elas: Frente de Povos e Comunidades Tradicionais, Frente Pescadores, Frente População Negra, Frente Mulheres, Frente Infâncias e Juventudes e Frente Idosos.

No bojo dessas discussões, a Frente de Povos e Comunidades Tradicionais deu seguimento e aprimorou o levantamento e sistematização inicialmente realizados no âmbito do *Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais* e que consistiram no levantamento de dados secundários acerca das comunidades auto reconhecidas inseridas nas regiões de atuação do IG e, paralelamente, sistematização das informações primárias acerca dos aspectos de tradicionalidade encontrados pelos técnicos em trabalhos de campo de reconhecimento, pesquisa, nucleação e acolhimento. A partir da análise destes resultados preliminares e diante das limitações internas de pessoal para execução da

atividade, a necessidade de contratação de uma equipe de consultoria para operacionalizar o trabalho de identificação e caracterização dos danos a estas populações tornou-se imperativa.

Em metodologia diferente e mais condizente com a realidade apresentada, o setor de Pesquisa em Ciências Sociais, ao coordenar não apenas o *Grupo de Trabalho Especificidades*, mas também a contratação da consultoria, realizou uma audiência pública na data de 19 de novembro de 2021, na qual a ATI apresentou aos representantes legais das empresas interessadas, *Práxis Projetos e Consultoria*, *Etnourbe Pesquisa Social*, *Campo*, *Cenarab* e *Atto Ambiental*, os objetivos do estudo. Cumprida esta etapa, o IG recebeu das interessadas uma avaliação técnica e proposta de preço médio, que ajudaram a fundamentar posteriormente o edital e o termo de referência do contrato. Para construção destes documentos, também chamado de Plano Básico, integrantes do GT Especificidades se reuniram em uma frente temporária denominada “Frente de Acompanhamento”, posteriormente denominada Frente Consultoria¹⁸, que igualmente é conduzida pelo setor de Pesquisa em Ciências Sociais, responsável pela elaboração, monitoramento e avaliação do estudo.

O Projeto Básico da contratação da consultoria prevê ainda que a realização do estudo dos PCTs e Povos de Religião Ancestral de Matriz Africana deve gerar produtos de acordo com cada fase do estudo. São eles:

- 1) *Plano de Trabalho*;
- 2) *Relatórios de Campo (a cada sete dias de campo, um relatório)*;
- 3) *Relatório consolidado de campo (após a conclusão da fase de campo, com caracterização dos Povos e Comunidades estudados)*;
- 4) *Análise socioantropológica e de Danos*.

A modalidade definida para o processo licitatório foi convite e o edital e os anexos do processo foram publicados no site do Instituto Guaicuy no dia 21 de fevereiro¹⁹. A

¹⁸ A hoje Frente Consultoria é composta por analistas de todas as áreas temáticas do Instituto (Pesquisa em Ciências Sociais, Direitos, Saúde, Estudos Ambientais, Estudos Agrários, Coordenações de Campo) ligados ao GT Especificidades.

¹⁹ [Instrumento Convocatório para Convite nº001_2022_Consultoria PCTs e PCTRAMAS.pdf](#)



realização da abertura dos envelopes contendo proposta técnica e proposta de preço das empresas concorrentes ocorreu nos dias 7 e 8 de março de 2022. Após avaliação dos critérios técnicos e demais documentos de habilitação apresentados pelas empresas, foi declarada vencedora a Consultoria Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio - CAMPO²⁰.

Conforme previsto no cronograma inicial, durante as quatro primeiras semanas do trabalho, correspondente ao período entre os meses de abril e maio de 2022, ocorreram as primeiras reuniões de alinhamento metodológico com a contratada, que a partir destas elaborou o seu Plano de Trabalho. Esse primeiro produto teve por objetivo definir as diretrizes metodológicas do estudo, bem como a delimitação do cronograma, das localidades a serem percorridas, das estratégias de mobilização e comunicação em campo, logística, dentre outros aspectos práticos do trabalho.

Com apoio da Frente Consultoria, o setor de Pesquisa em Ciências Sociais validou a listagem de possíveis Povos e Comunidades Tradicionais e Povos de Religião Ancestral de Matriz Africana. O processo de validação contou com a revisão de todas as coordenações de campo e da gerência do IG, bem como articulação político institucional com secretarias de cultura dos municípios das regiões 04 e 05. Ao todo, foram indicadas 34 comunidades que apresentaram aspectos de tradicionalidade, como, por exemplo: presença de pesca artesanal, festas tradicionais, práticas de cura, terreiros e igrejas dedicadas a santos padroeiros. Nessa listagem, destacou-se também a indicação de povos já auto reconhecidos, a Aldeia Indígena Kaxixó e o Quilombo do Saco Barreiro.

Com a estruturação do Plano de Trabalho, o cronograma dos cinco meses de atuação da consultoria foi aprovado, conforme estabelecido no edital e no contrato. Sinteticamente, o cronograma foi planejado com o seguinte desenvolvimento, conforme tabela abaixo²¹.

Quadro 36

Produto/Mês	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.
--------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

²⁰ [Termo de Homologação do Resultado Final - Convite 001_2022.pdf](#)

²¹ De 08 de abril a 18 de maio de 2022: Elaboração e revisão do Plano de Trabalho (Produto 1); 23 de maio a 26 de julho de 2022: Desenvolvimento dos trabalhos de campo em três etapas, com intervalo de uma semana entre elas (Produto 2); 29 de julho a 16 de agosto de 2022: Consolidação dos dados da pesquisa de campo e caracterização dos PCTs (Produto 3); 19 de agosto a 08 de setembro de 2022: Elaboração e revisão da análise histórica, cultural, legal e de danos dos PCTs (Produto 4).

Elaboração e revisão do Plano de Trabalho (Produto 1)								
Desenvolvimento dos trabalhos de campo (Produto 2)								
Consolidação dos dados caracterização dos PCTs (Produto 3)								
Elaboração e revisão da análise e levantamento dos danos (Produto 4)								

De acordo com o Plano de Trabalho da consultoria, os objetivos específicos do estudo são elencados a seguir:

- *Identificar e caracterizar os PCTs e Povos e Comunidades de Terreiro/Povos e Comunidades de Matriz Africana em suas dimensões socioculturais, históricas, territoriais e socioambientais específicas;*
- *Identificar e caracterizar os modos de fazer e viver que constituem o patrimônio material e imaterial dessas comunidades e povos;*
- *Identificar e caracterizar as práticas tradicionais de cuidado com a saúde e bem-estar dos coletivos, comunidades e povos, suas condições de vida e saúde;*
- *Identificar e localizar, por meio de informações georreferenciadas, lugares significativos para as comunidades e povos (fontes de água, roças e outros espaços produtivos, marcos territoriais, quintais, edificações de uso coletivo, etc.);*
- *Identificar e caracterizar os danos materiais e imateriais sofridos pelas comunidades e povos, em suas dimensões diversas, em decorrência do desastre socioambiental e tecnológico;*
- *Levantar e localizar, por meio de informações georreferenciadas e mapeamentos participativos, áreas e lugares significativos que tenham sofrido atingimento pelo desastre;*
- *Analisar e correlacionar, por meio de uma abordagem interdisciplinar, as especificidades étnicas, socioculturais, territoriais, ecológicas e cosmológicas dos PCTs*



e Povos e Comunidades de Terreiro/Povos e Comunidades de Matriz Africana identificados aos danos gerados pelo desastre.

- *Identificar os danos específicos a estas populações, para fundamentar a matriz de danos das pessoas atingidas das regiões 04 e 05²².*

A metodologia qualitativa foi escolhida para o trabalho e inclui: entrevistas em profundidade, mapeamentos participativos e diagnósticos rápidos participativos (DRPs). Os diferentes métodos serão aplicados de acordo com a etapa de trabalho e o perfil sociocultural de cada localidade participante do estudo. A coleta de dados está dividida em três momentos, a saber: Campo 1, de Identificação, Campo 2, de Caracterização e Campo 3, de levantamento de danos específicos.

O Campo 1, de Identificação, consiste na primeira visita às localidades indicadas na listagem preliminar fornecida pelo Instituto Guaicuy para apresentação da pesquisa e reconhecimento territorial. Com o suporte do IG, que assessora os pesquisadores a todo momento, são também acionados os interlocutores-chave já conhecidos pela ATI e identificadas localmente outras pessoas atingidas portadoras de saberes tradicionais que estejam interessadas e disponíveis a participar da pesquisa. Durante estas conversas são realizadas perguntas sobre práticas locais, história da comunidade, autorreconhecimento como povos tradicionais e solicitada a indicação de outros povos e comunidades tradicionais na região, caso saibam. O objetivo é realizar uma conversa breve e levantar o maior número de informações possíveis para a próxima fase de caracterização.

O Campo 2 tem por objetivo caracterizar o perfil social, cultural, econômico e ambiental dos PCTs e Povos e Comunidades de Religião Ancestral de Matriz Africana das regiões 04 e 05. Para isso, as pessoas identificadas na primeira fase serão contatadas a fim de realizar entrevistas que versam sobre sua história de suas vidas e da comunidade onde residem. O trabalho de caracterização também contará com o aprofundamento sobre as redes de parentesco, formas de ritualização e de produção. Espera-se que a partir deste fio condutor seja possível compreender a história da comunidade e de seus moradores como um todo, auxiliando na etapa de levantamento dos danos.

²² INSTITUTO GUAICUY. Consultoria para mapeamento e levantamento dos danos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e dos Povos e Comunidades de Religião Ancestral de Matriz Africana das Regiões 4 e 5. Plano de trabalho. 2022.

O Campo 3 será reservado a realização do diagnóstico de danos sofridos por estas populações já previamente identificadas e caracterizadas. Além do reconhecimento e demarcação de espaços simbólica e materialmente importantes para as pessoas atingidas participantes, serão também executadas metodologias participativas que visam chegar a uma visão compartilhada sobre quais e de que maneira os danos incidiram sobre o território em questão, sempre tendo como norte os aspectos de tradicionalidade levantados nas etapas anteriores.

Ao fim dessas etapas, a consultoria irá apresentar os resultados em formato de relatório consolidado por comunidade relacionando os achados da pesquisa à bibliografia, dados secundários e marcos legais específicos de proteção a tais populações. Espera-se que ao fim do desenvolvimento da consultoria o Instituto Guaicuy tenha dados capazes de identificar e caracterizar os danos sofridos pelos Povos e Comunidades Tradicionais e Povos de Religião Ancestral de Matriz Africana de maneira a possibilitar a construção da matriz de danos e auxiliar na busca pela proteção de seu conhecimento e reparação integral.

2. Consultoria “Projeto de Capacitação e Treinamento para o Instituto Guaicuy” prestada pela empresa “Assessoria Técnica Educacional Meio Ambiente e Barragens da Universidade Rural do Rio de Janeiro (ATEMAB/UFRRJ)”

A partir da execução da consultoria da Assessoria Técnica Educacional Meio Ambiente e Barragens da Universidade Rural do Rio de Janeiro (ATEMAB/UFRRJ), por meio do Projeto de Capacitação e Treinamento, entre os meses de fevereiro a maio de 2021, a construção sobre os PCTs no contexto da Matriz de Danos ganhou maiores definições, no Instituto Guaicuy . Além de capacitar a equipe para iniciar a construção da Matriz de Danos de maneira geral, o treinamento também incluiu discussões sobre os danos dos PCTs e como tratá-los, e foi importante para que a equipe construísse entendimento sobre os possíveis caminhos expostos no parágrafo anterior.

Foi no contexto da reunião com a ATEMAB do dia 16 de abril de 2021 que foram sintetizados, entre outras coisas, os seguintes pontos sobre a questão dos PCTs na Matriz de Danos:

- Importante perguntar se esses povos desejam construir um instrumento coletivo de indenização pecuniária, a Matriz de Danos.



- Pode ser necessário descaracterizar a ideia de lista de danos, de coisas a serem pagas, porque o modo de vida desses povos é diferente. Não dá pra mapear os danos individuais de povos que têm uma cosmovisão diferente, muitas vezes mais coletivista do que individual.

- Em alguns casos é possível pensar em percentuais de agravamento para os povos tradicionais, uma forma de monetizar a vulnerabilidade à qual estão sujeitos. Mas é necessário aprofundar.

Desde então, o GT Matriz de Danos produziu dois grandes produtos que abordam, entre outros temas, a questão dos PCTs. O primeiro é o Manual Interno de Macrocategorias da Matriz de Danos, de julho de 2021, que trouxe aspectos introdutórios sobre a Matriz, os passos para a sua construção e efetivação, os princípios gerais da reparação de danos e as macrocategorias de danos previamente já levantadas nos territórios atingidos. O segundo e mais recente produto foi o Dossiê de Análise dos Danos Identificados nas Regiões 4 e 5, de fevereiro de 2022, realizado a partir de uma base de dados única, a planilha de sistematização de danos, cujo processo de tabulação e classificação de danos havia sido conduzido no trimestre anterior. A estrutura de danos apresentada no Dossiê é resultado do acúmulo dos diálogos interinstitucionais realizados ao longo do trimestre com AEDAS, NACAB e CAMF.

10. Equipes responsáveis pelo acompanhamento de PCTs

Quadro 37

ATI	Contato
INSEA	Guilherme Tampieri (guilhermetampieri@gmail.com)
INSEA	Luana Fowler Fatori (luanafowler@gmail.com.br)
INSEA	Tainá Faustino Mafra ((taina.mafra@hotmail.com)
Instituto Guaicuy	Clarissa Godinho Prastes - Coordenação Temática Pesquisa em Ciências Sociais clarissa.prastes@guaicuy.org.br
Instituto Guaicuy	Gabriela Fraga Fernandez - Coordenação Temática Pesquisa em Ciências Sociais gabriela.fernandez@guaicuy.org.br

Instituto Guaicuy	Gabrielle Luz Campos - Coordenação Temática Direitos das Pessoas Atingidas gabrielle.luz@guaicuy.org.br
AEDAS	Beatriz Borges - beatrizborges@aedasmg.org
NACAB	Cláudio Rodrigues - claudiorodrigues.atir3@nacab.org.br